MUNICÍPIO DE AROUCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO

---------- **CARLOS NETO DE OLIVEIRA ESTEVES,** 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal do Concelho de Arouca: ----------

---------- **CERTIFICO,** que a Assembleia Municipal, em sessão realizada em 28 de dezembro de 2018, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, a versão final do relatório sobre o estado do ordenamento do território (2013-2017). ----------

---------- Mais certifico que a respetiva ata foi aprovada em minuta nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do art.º 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- O referido é verdade. ----------

---------- Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, 4 de janeiro de 2019. ----------

O Secretário da Mesa da Assembleia Municipal,

GRÁFICA REGIONAL - AROUCA

C. M. DE AROUCA
Reunião de 6/11/2018
Acta N.º 23/18 Fls.
~~DEFERIDO~~
aprovar à A.M.

MUNICÍPIO DE AROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

(Divisão de Planeamento e Obras)

Informação N.º 3318 **Data:** 30/10/2018 **Processo:** 2018/150.10.400/71

Remetente: Divisão de Planeamento e Obras

Assunto: AVALIAÇÃO DO PDM – RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2013-2017) - versão final

A primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Arouca foi publicada pelo aviso nº21653/2009 de 30/11 e entrou em vigor em 5/12/2009.

De acordo com o previsto no nº3, do artigo 189º, do RJIGT [1] a Câmara Municipal elaborou um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, o qual foi submetido a discussão pública, a qual decorreu entre o dia 7 de agosto´2018 e o dia 19 de setembro do mesmo ano. Neste período o Município não recebeu qualquer participação pública.

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), referente ao período 2013-2017, que se anexa à presente informação, pretende traduzir o balanço da execução do instrumento de gestão territorial objeto de avaliação (PDM), onde, partindo da análise de informação de base territorial, se procedeu à definição de uma síntese e perspetiva do estado do ordenamento do território, de forma a obter orientações para a revisão do Plano Diretor Municipal.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos previstos no nº3 do artigo 189º do RJIGT **delibere aprovar o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território 2013-2017**, em anexo e, **submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal**.

ADÉLIA NEVES DE ALMEIDA

Assinado de forma digital por ADÉLIA NEVES DE ALMEIDA
Dados: 2018.10.30 15:45:12 Z

chefe de divisão,

[1] Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei nº80/2018 de 14 de maio.

Adelia

AROUCA

RELATÓRIO DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2013-2017

Outubro de 2018

Quaternaire Portugal

AROUCA

Índice

Parte I: PLATAFORMA DE INFORMAÇÃO DE BASE TERRITORIAL 7

1. Enquadramento geográfico e administrativo 8

2. Recursos territoriais 9

2.1. Rede Natura 2000 9

2.2. Recursos hídricos 10

2.3. Reserva Ecológica Nacional 11

2.4. Baldios 12

3. População 13

3.1. População residente 13

3.1.1. Distribuição espacial e evolução 13

3.1.2. Densidade populacional 17

3.1.3. Estrutura etária 19

3.2. Natalidade e mortalidade 21

3.2.1. Taxa bruta de natalidade 21

3.2.2. Taxa bruta de mortalidade 22

3.3. Famílias 23

3.4. Alojamento 25

3.4.1. Distribuição espacial e evolução 25

3.4.2. Densidade habitacional 27

3.5. Trabalho 30

3.5.1. Desemprego 30

3.5.2. Rendimentos do trabalho 31

4. Infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos 31

4.1. Saneamento básico 31

4.1.1. Abastecimento de água 31

4.1.2. Águas Residuais 32

4.1.3. Resíduos urbanos 32

4.2. Equipamentos e serviços de saúde 33

4.3. Equipamentos e serviços de educação 34

4.4. Equipamentos e serviços de apoio social 36

4.5. Equipamentos desportivos 38
4.6. Áreas verdes urbanas 39
4.7. Rede viária, transportes e mobilidade 39
4.7.1. Rede rodoviária 39
4.7.2. Transportes públicos 40
4.7.3. Transportes escolares 41
5. Atividades 41
5.1. Estrutura do emprego 41
5.2. Estrutura empresarial 44
5.3. Agricultura, pecuária e floresta 45
5.3.1. Explorações 45
5.3.2. Mobilização de solos 46
5.4. Alojamento turístico 48
5.5. Indústria 50
5.5.1. Dinâmicas de instalação 50
5.5.2. Áreas de acolhimento empresarial 52
5.6. Edificação 53
5.6.1. Distribuição espacial e evolução 53
5.6.2. Dinâmicas edificatórias 54
6. Gestão de riscos e controlo ambiental 55
6.1. Fogos Florestais 55
6.1.1. Áreas florestais ardidas 55
6.1.2. Abertura de vias florestais 56
6.1.3. Ações de limpeza de vegetação 56
6.1.4. Queimadas 57
6.2. Riscos tecnológicos e mistos 57
6.2.1. Acidentes rodoviários 57
6.2.2. Outros riscos 62
6.3. Poluição sonora e ambiental 63
Parte II: ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 64
1. Síntese e perspetiva 65
1.1. Incidências territoriais estruturantes 65
1.1.1. Recursos territoriais 65
1.1.2. População 65

1.1.3. Provisão de infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos 65
1.1.4. Atividades produtivas 66
1.1.5. Gestão de riscos e controlo ambiental 66
1.2. Tendências de evolução 66
1.2.1. As pessoas e suas condições de vida 67
1.2.2. A base económica 67
1.2.3. A conetividade externa 67
1.2.4. Os recursos endógenos 67
2. Orientações para a revisão do Plano Diretor Municipal 68
2.1. Enquadramento 68
2.2. A estratégia de desenvolvimento Arouca 2030 71
2.3. Repercussões territoriais da estratégia Arouca 2030 72
2.4. Diretrizes para a proposta de ordenamento da revisão do PDM 73
2.5. Inventário das Estruturas Territoriais de Arouca 75

Índice de Figuras

Figura 1 – Localização do concelho de Arouca 8
Figura 2 – Freguesias do concelho de Arouca 9
Figura 3 – Rede Natura 2000 do concelho de Arouca 10
Figura 4 – Recursos Hídricos do concelho de Arouca 11
Figura 5 – Reserva Ecológica Nacional do concelho de Arouca 12
Figura 6 – Áreas Baldias do concelho de Arouca 13
Figura 7 – Variação da população residente 2001-2011 nas freguesias do concelho de Arouca 16
Figura 8 – Densidade populacional 2011 por freguesia do concelho de Arouca 18
Figura 9 - Estrutura etária da população do concelho de Arouca por freguesia em 2011 21
Figura 10 – Variação do número de alojamentos 2001-2011 27
Figura 11 – Densidade habitacional 2011 nas freguesias do concelho de Arouca 29
Figura 12 – Rede viária do concelho de Arouca 40
Figura 13 – Distribuição das unidades de alojamento por freguesia do concelho de Arouca, 2017 49
Figura 14 – Zonas industriais do concelho de Arouca 53

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – População residente no concelho de Arouca (1991, 2001, 2011 e 2016) 14

Gráfico 2 – Estrutura etária da População Residente no concelho de Arouca 19

Gráfico 3 – Evolução da taxa bruta de natalidade do concelho de Arouca 2011-2016 (‰) 22

Gráfico 4 – Evolução da taxa bruta de mortalidade no concelho de Arouca 2011-2016 (‰) 23

Gráfico 5 – Número de famílias por freguesia do concelho de Arouca em 2001 e 2011 24

Gráfico 6 – Densidade habitacional em 2011 e 2016 28

Gráfico 7 – Densidade habitacional nas freguesias do concelho de Arouca em 2011 28

Gráfico 8 – Número de desempregados, mensal, no concelho de Arouca 30

Gráfico 9 – População empregada por setor no concelho de Arouca, 2001 e 2011 42

Gráfico 10 – População empregada no concelho de Arouca, por setor de atividade, em 2011 43

Gráfico 11 – Número de empresas, no EDV, em 2011 e 2015 44

Gráfico 12 – Número de empresas, segundo o escalão de pessoal ao serviço, 2011 a 2015, no concelho de Arouca 45

Gráfico 13 – Número de pedidos de licença para mobilizações de solo, 2011 a 2017, por freguesia 48

Gráfico 14 – Evolução da área ardida e número de ocorrências, 2011-2017, no concelho de Arouca 55

Gráfico 15 – Número de acidentes de viação com vítimas, por localização geográfica, 2011 a 2017 58

Gráfico 16 – Número de mortes em acidentes de viação, por localização geográfica, 2011 a 2017 61

Gráfico 17 – Número total de feridos em acidentes de viação, por localização geográfica, 2011 a 2017 61

Gráfico 18 – Número total de feridos ligeiros em acidentes de viação, por localização geográfica, 2011 a 2017 62

Gráfico 19 - Número total de feridos graves em acidentes de viação, por localização geográfica, 2011 a 2017 62

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Evolução da População Residente 13

Tabela 2 – População residente por freguesia em 2011 14

Tabela 3 – Variação da população 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2016 15

Tabela 4 – População residente 2001 e 2011 nas freguesias do concelho de Arouca 15

Tabela 5 – Densidade populacional 2011 e 2016 17

Tabela 6 – Densidade populacional 2011 por freguesia 17

Tabela 7 – População residente por grupo etário 19

Tabela 8 - População residente por grupo etário por freguesia do concelho de Arouca 20

Tabela 9 – Taxa bruta de natalidade 21

Tabela 10 – Taxa bruta de mortalidade 22

Tabela 11 – Número de famílias 2001 e 2011 23

Tabela 12 – Número de famílias em 2001 e 2011 nas freguesias do concelho de Arouca 24

Tabela 13 – Evolução do número de alojamentos familiares clássicos 25

Tabela 14 – Variação do número de alojamentos familiares clássicos (2011-2016) 25

Tabela 15 – Número de Alojamentos por freguesia do concelho de Arouca em 2001 e 2011 26

Tabela 16 – Densidade habitacional 2011 e 2016 27

Tabela 17 – Taxa de desemprego por local de residência 2001 e 2011 30

Tabela 18 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, por município, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3), 2015 31

Tabela 19 – Indicadores de abastecimento de água 2012, 2013, 2015 e 2016 31

Tabela 20 – Indicadores de águas residuais 2012, 2013, 2015 e 2016 32

Tabela 21- Resíduos sólidos urbanos, por tipo, no concelho de Arouca (2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017) 32

Tabela 22 – Enfermeiros e médicos por 1.000 habitantes em 2012 e 2016 33

Tabela 23 - Estabelecimentos de ensino 2015 / 2016 por tipologia de ensino 34

Tabela 24 – Taxas de pré-escolarização, escolarização, retenção e transição/conclusão no ano letivo 2014/15 34

Tabela 25 - Nº de alunos por estabelecimento de ensino no concelho de Arouca 35

Tabela 26 – Número de alunos por estabelecimentos de ensino no concelho de Arouca, ano letivos 2016/17 35

Tabela 27 – Capacidade e número de utentes dos equipamentos sociais por freguesia do concelho de Arouca 36

Tabela 28 – Equipamentos sociais por tipologia 37

Tabela 29 – Equipamentos desportivos por freguesia e tipologia - 2017 38

Tabela 30 – Transportes públicos regulares no concelho de Arouca 40

Tabela 31 - População empregada, por local de residência (à data do Censos 2001) e setor de atividade económica 42

Tabela 32 - População empregada, por local de residência (à data do Censos 2011) e setor de atividade económica 42

Tabela 33 - População empregada, por local de residência e setor de atividade económica no concelho de Arouca, 2001 e 2011 43

Tabela 34 - Empresas por localização geográfica, 2011 a 2015 44

Tabela 35 - Empresas por localização geográfica e escalão de pessoal ao serviço, anual (Arouca) 44

Tabela 36 – Número de explorações segundo a dimensão, 2009 45

Tabela 37 – Evolução do número de explorações e respetiva área total (ha) 1989, 1999 e 2009 46

Tabela 38 - N.º de Pedidos de Licença para Mobilizações de solo, 2011 a 2017, e por freguesia do concelho de Arouca 47

Tabela 39 – Unidades de alojamento e respetiva capacidade de alojamento, 2012 e 2017, no concelho de Arouca 48

Tabela 40 – Unidades de alojamento e respetiva capacidade de alojamento, 2017, por freguesia 49

Tabela 41 - Instalação de estabelecimentos industriais 50

Tabela 42 - Processos de licenciamento / comunicação prévia para indústria 51

Tabela 43 – Evolução da área ardida e número de ocorrências, 2011-2017, no concelho de Arouca 55

Tabela 44 - Abertura e beneficiação de caminhos florestais, em Arouca, 2011 a 2017 56

Tabela 45 - N.º de Pedidos de notificação para limpeza de mato, em Arouca, 2011 a 2017 56

Tabela 46 - N.º de Pedidos de Queimadas, 2011 a 2017, em Arouca 57

Tabela 47 – Evolução do número de acidentes de viação com vitimas por localização geográfica, 2011 a 2017 57

Tabela 48 – Número de vítimas de acidentes de viação, por localização geográfica e tipo de vítima, 2011 a 2017 (total anual) 59

Tabela 49 – Número de feridos em acidentes de viação, por localização geográfica e gravidade, 2011 a 2017 (total anual) 60

Tabela 50 - Queixas relativas ao ruído e ao lixo, apresentadas na Câmara Municipal, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 63

Tabela 51 – Articulação entre os objetivos globais e as diretrizes para a revisão do PDM 77

AROUCA

AROUCA

Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2013-2017

Parte I: PLATAFORMA DE INFORMAÇÃO DE BASE TERRITORIAL

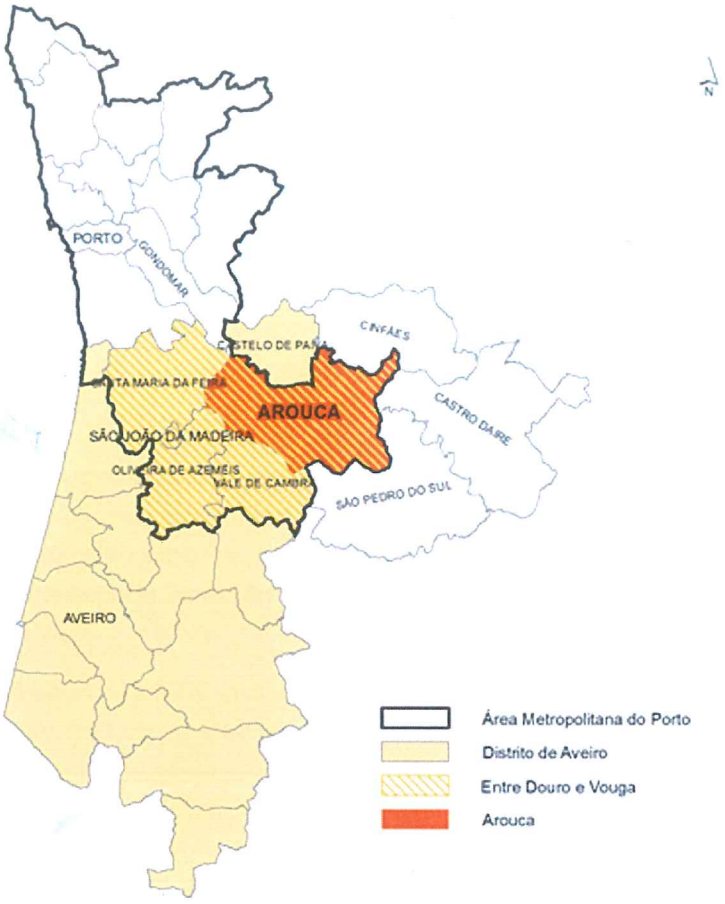
1. Enquadramento geográfico e administrativo

O concelho de Arouca, com uma área de 329 km^2, situa-se no extremo Nordeste do Distrito de Aveiro, estando administrativamente integrado na Área Metropolitana do Porto desde 28 de Janeiro de 2005. Integra a antiga NUT III do Entre Douro e Vouga, da Região do Norte de Portugal, juntamente com os concelhos limítrofes de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, e ainda S. João da Madeira.

Fazem ainda fronteira com o seu território os municípios de S. Pedro do Sul, Castro Daire, Cinfães, Castelo de Paiva e Gondomar. O posicionamento neste contexto regional traduz a situação de fronteira / interface que Arouca detém, entre as Regiões Norte e Centro de Portugal, entre os Distritos de Aveiro, Viseu e Porto e entre o Litoral (industrializado, bem servido por redes de acessibilidade, com povoamento disperso e relevo relativamente pouco acidentado) e o interior (montanhoso e deprimido do ponto de vista demográfico, social, económico e infraestrutural).

Nesta perspetiva, Arouca é ainda um município com características de interioridade, onde o relevo acidentado representa um obstáculo à fluidez das comunicações internas e com o exterior, o que tem originado dificuldades naturais à afirmação de um processo de diversificação e desenvolvimento da base económica. Acresce que tal posicionamento territorial tem uma tradução do ponto de vista institucional e administrativo que não facilita a adoção de medidas articuladas de forma a inverter a situação de isolamento.

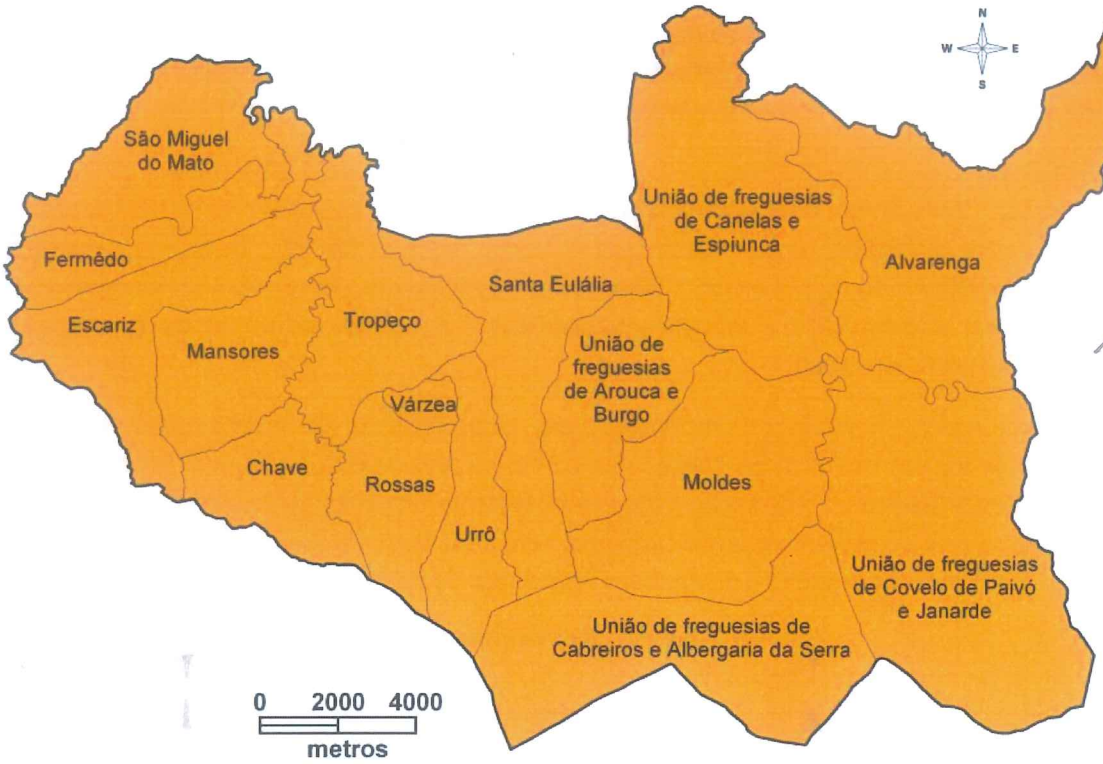
Figura 1 – Localização do concelho de Arouca



Fonte: Município de Arouca

O concelho de Arouca integra 16 freguesias.

Figura 2 – Freguesias do concelho de Arouca



Fonte: Município de Arouca

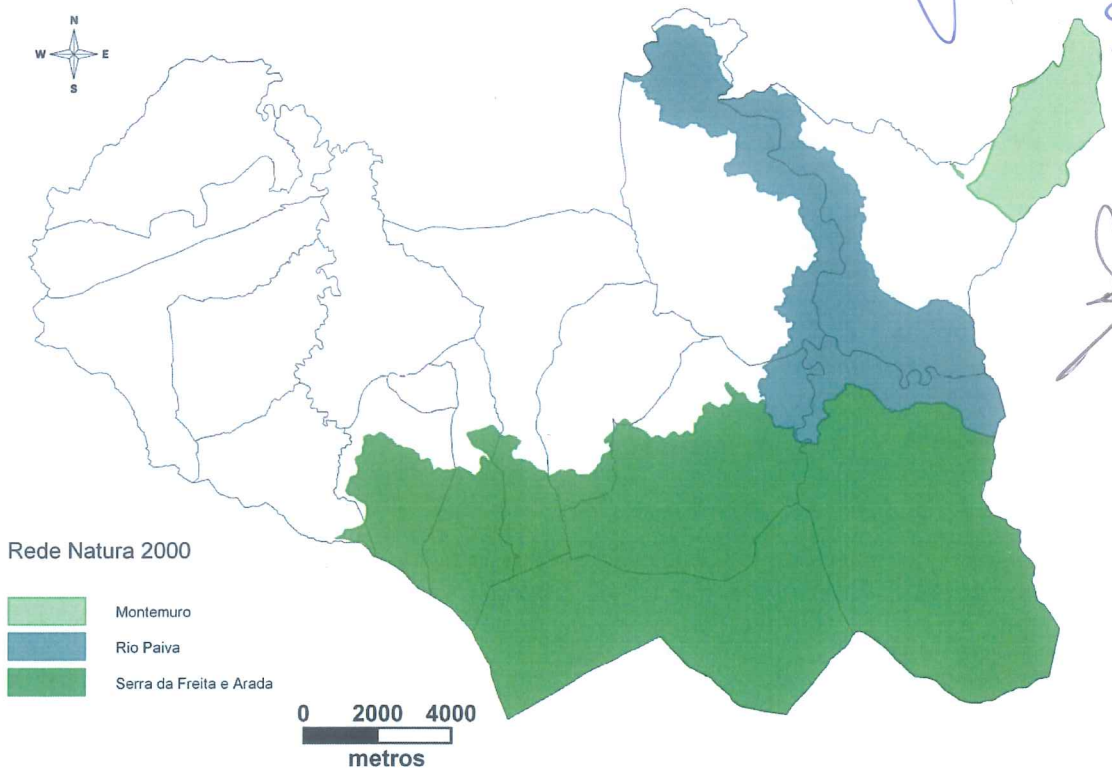
2. Recursos territoriais

2.1. Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário resultante da aplicação das Diretivas n.º 79/409/CEE (Diretiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Diretiva habitats) e tem como objetivo "contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e das flores selvagens no território Europeu dos estados membros em que o tratado é aplicável" (Plano Sectorial da Rede Natura 2000, 2005).

O concelho de Arouca é abrangido por três sítios da Rede Natura 2000 (Serra da Freita e Arada, Rio Paiva e Serra de Montemuro), que ocupam cerca de 15 319 ha (47%) da área do Concelho, integrando 10 das suas freguesias.

Figura 3 – Rede Natura 2000 do concelho de Arouca



Fonte: Município de Arouca

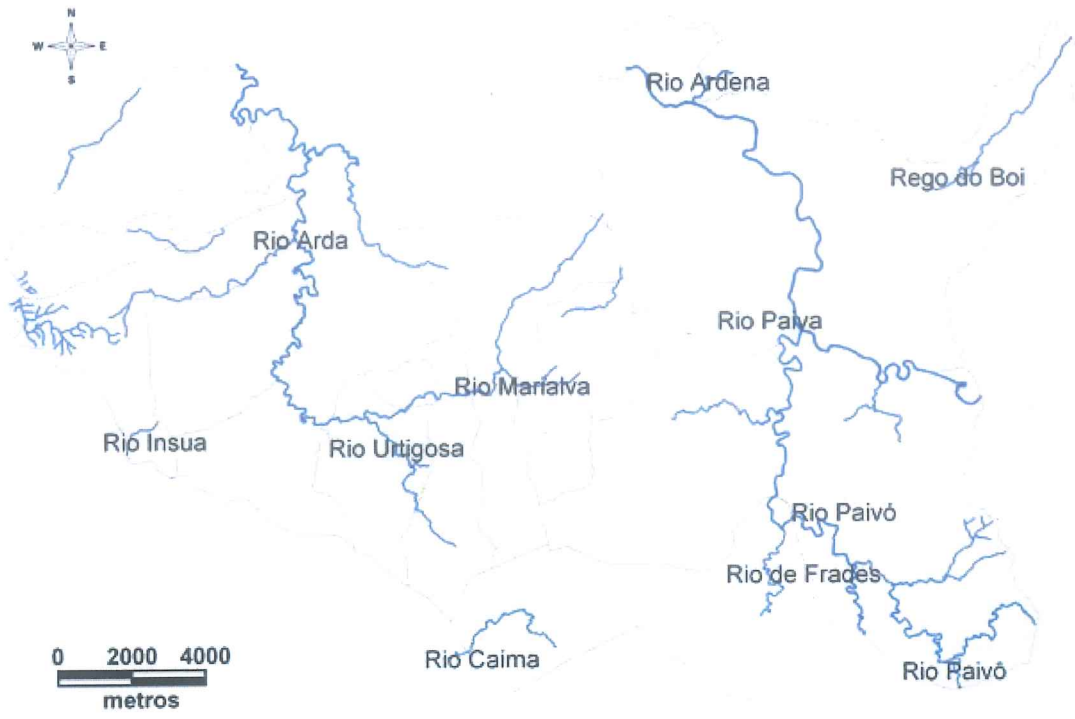
2.2. Recursos hídricos

O concelho de Arouca divide-se fundamentalmente em duas bacias hidrográficas, associadas ao rio Paiva e ao rio Arda.

O rio Paiva é um típico rio de montanha que corre ao longo de um vale encaixado de vertentes abruptas e encontra-se classificado (Resolução do Conselho de Ministros nº76/00 de 05 de Julho) na REDE NATURA 2000, a qual tem como objetivo "contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e das flores selvagens no território Europeu dos estados membros em que o tratado é aplicável". Este assume-se como uma área de elevado valor pela existência de um habitat natural onde a Lontra (considerada ameaçada) e o lagarto-de-Água (endemismo Ibérico) tomam elevado destaque.

Por seu lado, o rio Arda, outro importante recurso hídrico do Município de Arouca, corre em vale aberto, de orientação aproximada E-W, na parte superior do seu curso, entre Arouca e Rossas, fletindo depois para Norte em direção ao Douro. Tem uma extensão de cerca de 33,5 km desde a sua nascente, na Sra. da Mó (onde se apelida de Ribeiro de Gondim) até confluir na margem esquerda do Douro.

Figura 4 – Recursos Hídricos do concelho de Arouca



Fonte: Município de Arouca

2.3. Reserva Ecológica Nacional

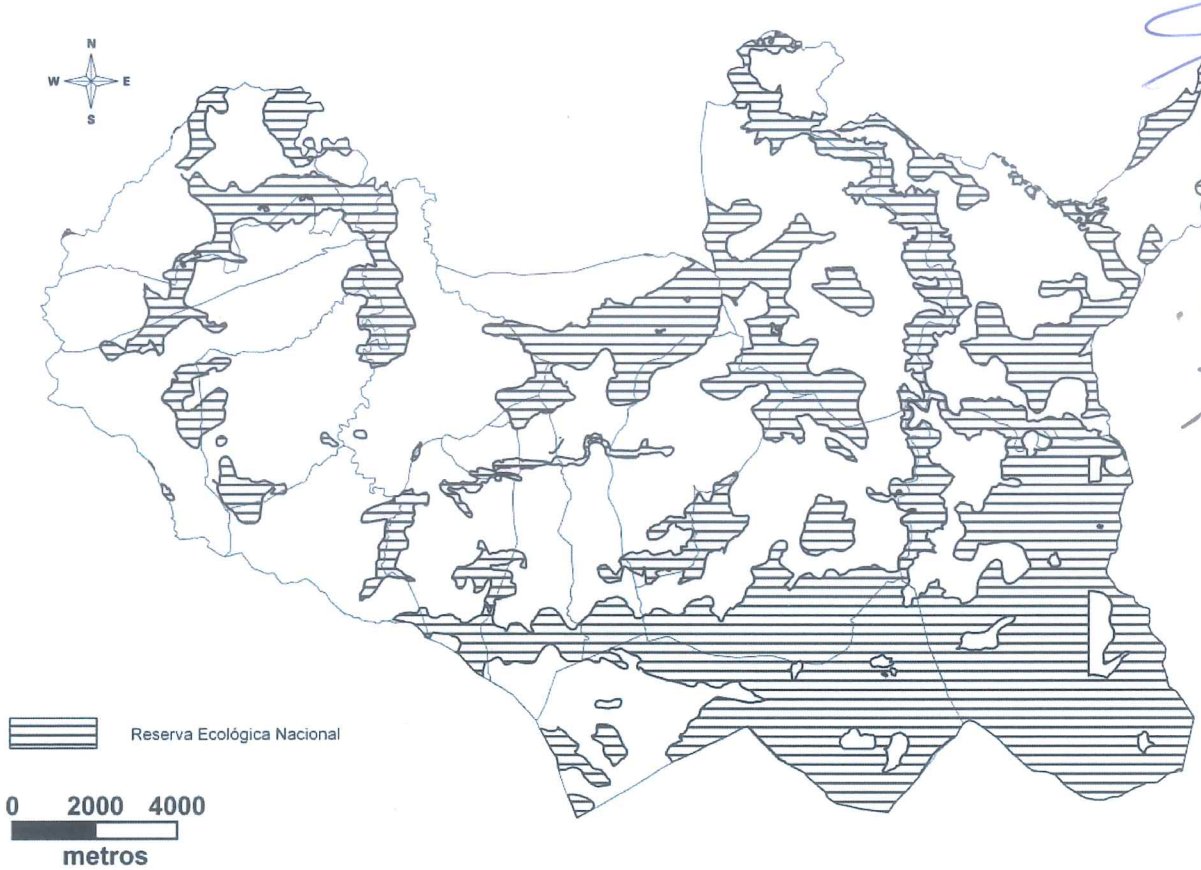
O Decreto-Lei n.º166/2008, de 22 de Agosto refere no n.º 2, do Artigo 2º, que a Reserva Ecológica Nacional é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo (...)".

O Artigo 20º, do mesmo decreto, refere que nas áreas incluídas na REN são interditos ou usos e as ações de iniciativa pública ou privada como sejam as operações de loteamento, as obras de urbanização de construção e ampliação, a implantação de vias de comunicação, as escavações e os aterros e a destruição do revestimento vegetal desde que o objetivo não seja o desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais.

A Carta da REN do concelho de Arouca foi publicada pela Portaria nº 112/2011 de 12 de Março, e pela Declaração de Retificação nº 14/2011 de 20 de Maio de 2011, tendo sido também publicadas as áreas desafetadas da REN, solicitadas à CNREN durante o processo de revisão do PDM de Arouca, assim como a justificação das mesmas. Foram excluídas da REN 35 áreas (30 na primeira fase, correspondendo a 39,4ha e 5 na segunda fase, equivalente a 3,74ha), num total de 43,12ha, correspondendo a 0,3% da REN total, que é de 13881,28ha (correspondendo a cerca de 42% do território do Concelho).

Posteriormente, a delimitação da REN foi objeto de uma alteração simplificada (Aviso nº 12481/2016, de 12 de outubro) e, muito recentemente, de uma correção material (Aviso nº 7101/2018, de 25 de maio).

Figura 5 – Reserva Ecológica Nacional do concelho de Arouca



Fonte: Município de Arouca

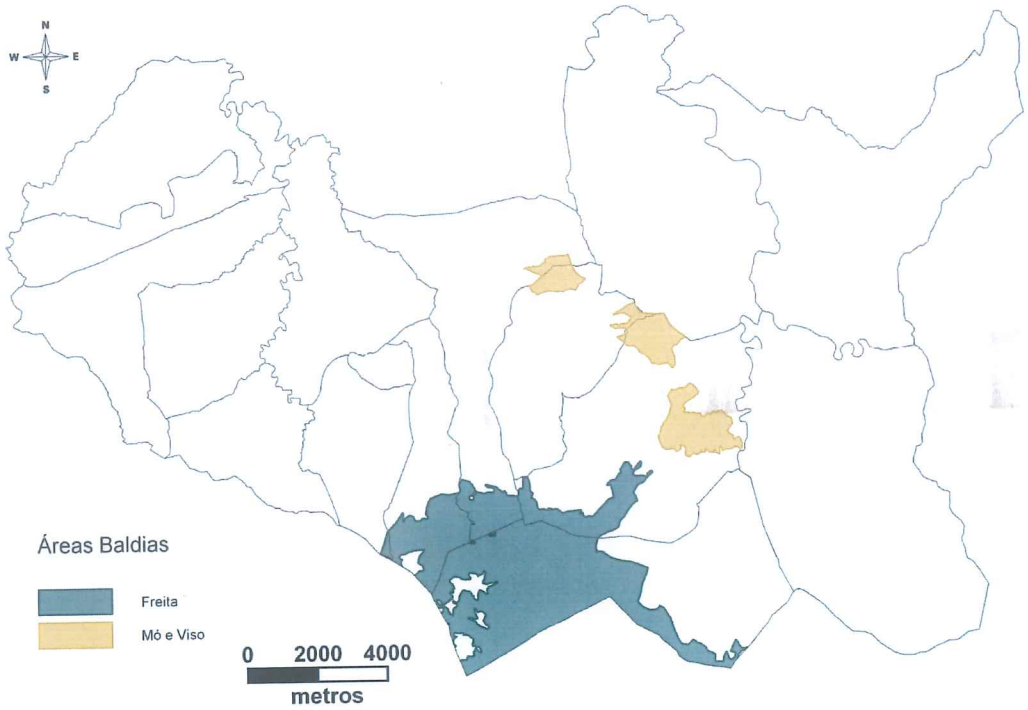
2.4. Baldios

Da superfície florestal do Entre Douro e Vouga (44 799ha) cerca de 11,9% é considerada área baldia, gerida por órgãos gestores dos baldios, Conselhos Diretivos ou Juntas de Freguesia.

No Concelho de Arouca estas áreas abrangem cerca de 2 328,55ha representando 14,5% da área total do Município. Destas, destacam-se as áreas baldias submetidas ao Regime Florestal (Serra da Freita, Mó e Viso), geridas entre os órgãos gestores de baldios e pela Autoridade Florestal Nacional, que abrangem as freguesias de Arouca, Moldes, Albergaria da Serra, Cabreiros, Urrô e Santa Eulália, estendendo-se também aos Concelhos limítrofes de Vale de Cambra e S. Pedro do Sul.

As principais atividades desenvolvidas são a produção de madeira, a silvo-pastorícia e a recolha de lenhas e matos.

Figura 6 – Áreas Baldias do concelho de Arouca



Fonte: Município de Arouca

3. População

3.1. População residente

3.1.1. Distribuição espacial e evolução

Tabela 1 - Evolução da População Residente

Local de residência	Área	População residente (Nº), por local de residência				% no EDV	% na AMP
		1991	2001	2011	2016		
	Km2	Nº					
Arouca	329	23.894	24.227	22.306	21.302	8%	1%
Oliveira de Azeméis	161	66.846	70.721	68.634	66.737	25%	4%
Santa Maria da Feira	216	118.641	135.964	139.706	139.173	51%	8%
São João da Madeira	8	18.452	21.102	21.736	21.455	8%	1%
Vale de Cambra	147	24.537	24.798	22.839	21.794	8%	1%
EDV	861	252.370	276.763	275.221	270.461	100%	16%
AMP	2.041	1.595.762	1.732.210	1.760.033	1.721.320		100%
Norte	21.286	3.472.715	3.687.293	3.690.405	3.594.177		

Fonte: INE

Após ter atingido um máximo populacional em 2001, o Município de Arouca tem vindo a perder população a um ritmo superior ao que se verifica nos seus espaços regionais de enquadramento. Atualmente representa apenas 7,9% da população do EDV e 1,2% da AMP. É, claramente, o território de mais baixa densidade demográfica no EDV e na AMP. Se excetuarmos o núcleo urbano central (Arouca e Burgo), que concentra quase um quarto dos residentes, esta perda é generalizada a todo o território do Município.

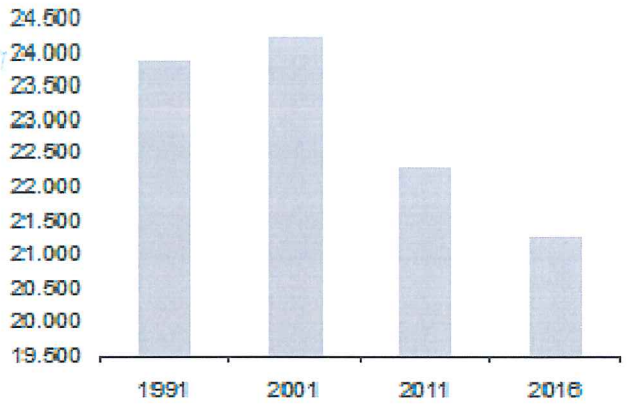
Nas tabelas, gráficos e cartogramas seguintes detalha-se esta análise das dinâmicas populacionais.

Tabela 2 – População residente por freguesia em 2011

Freguesia	Censos 2011	
	População residente	
	N	%
Arouca	22.359	100,0%
Alvarenga	1.223	5,5%
Chave	1.253	5,6%
Escariz	2.222	9,9%
Fermedo	1.340	6,0%
Mansores	1.081	4,8%
Moldes	1.257	5,6%
Rossas	1.599	7,2%
Santa Eulália	2.253	10,1%
São Miguel do Mato	598	2,7%
Tropeço	1.150	5,1%
União de Freguesias de Arouca e Burgo	5.178	23,2%
União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra	231	1,0%
União de Freguesias de Canelas e Espiunca	1.183	5,3%
União de Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde	222	1,0%
Urrô	1.029	4,6%
Várzea	540	2,4%

Fonte: INE

Gráfico 1 – População residente no concelho de Arouca (1991, 2001, 2011 e 2016)



Fonte: INE

Tabela 3 – Variação da população 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2016

Local de residência	Variação		
	1991-2001	2001-2011	2011-2016
	%		
Arouca	1,4	-7,9	-4,5
Oliveira de Azeméis	5,8	-3,0	-2,8
Santa Maria da Feira	14,6	2,8	-0,4
São João da Madeira	14,4	3,0	-1,3
Vale de Cambra	1,1	-7,9	-4,6
EDV	9,7	-0,6	-1,7
AMP	8,6	1,6	-2,2
Norte	6,2	0,1	-2,6

Fonte: INE

Relativamente à população residente ao nível das freguesias, verifica-se (2011) que a União de freguesias de Arouca e Burgo é a que apresenta um maior peso, com 23,2 % da população residente do Município (5178 habitantes), seguindo-se, a freguesia de Santa Eulália com 10,1% (2253). A União de freguesias de Covelo de Paivó e Janarde, e a União de freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra são as que apresentam a menor percentagem populacional no município, com 1% cada (respetivamente, 222 e 231 residentes).

Tabela 4 – População residente 2001 e 2011 nas freguesias do concelho de Arouca

Freguesia	Censos 2001	Censos 2011	Variação da população
	População residente		
	Total		
Arouca	24227	22359	-7.71%
Alvarenga	1368	1223	-10.60
Chave	1414	1253	-11.39
Escariz	2255	2222	-1.46
Fermedo	1504	1340	-10.90
Mansores	1155	1081	-6.41
Moldes	1477	1257	-14.90
Rossas	1693	1599	-5.55
Santa Eulália	2339	2253	-3.68
São Miguel do Mato	800	598	-25.25
Tropeço	1297	1150	-11.33
União de Freguesias de Arouca e Burgo	5165	5178	0.25
União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra	326	231	-29.14
União de Freguesias de Canelas e Espiunca	1341	1183	-11.78
União de Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde	328	222	-32.32
Urrô	1206	1029	-14.68
Várzea	559	540	-3.40

Fonte: INE

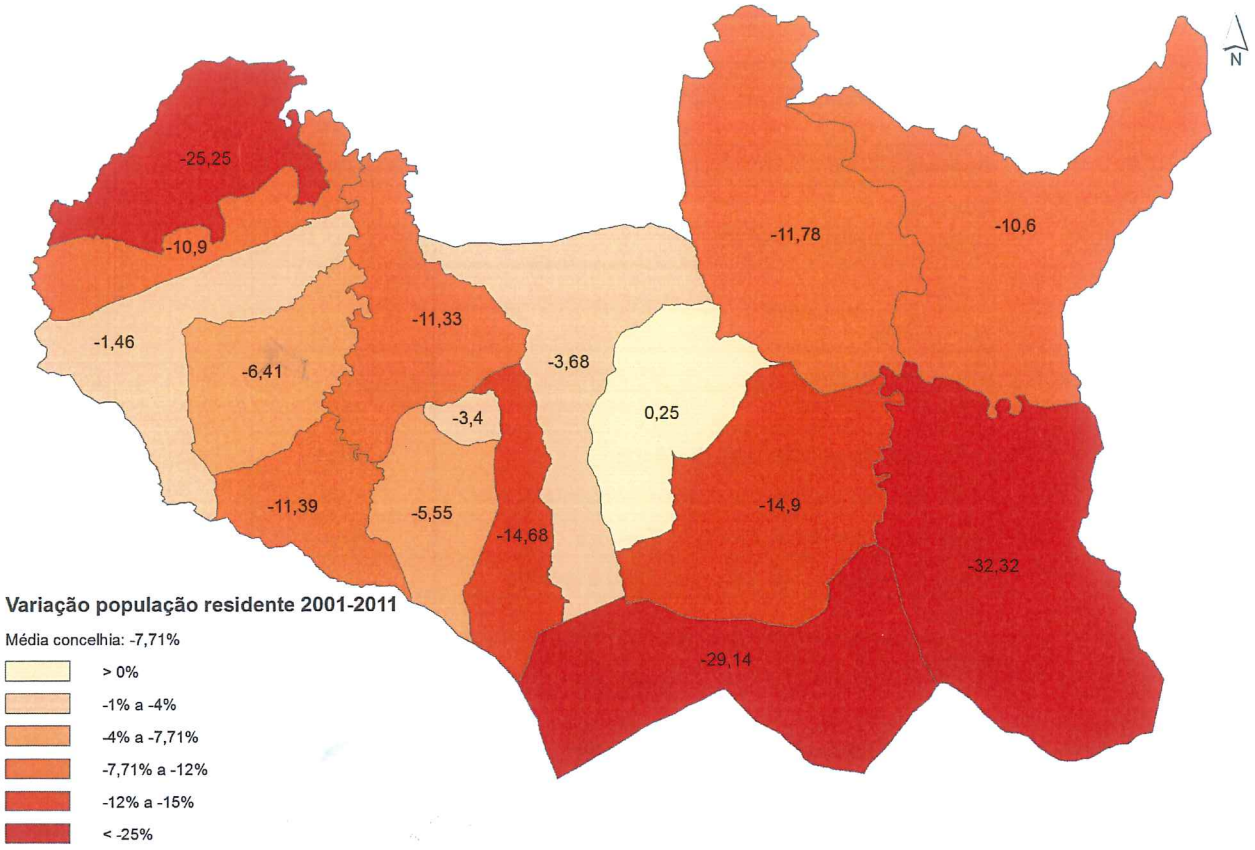
Quanto à variação da população residente:

- No período intercensitário de 2001-2011, Arouca foi, no Entre Douro e Vouga (EDV), o segundo município a perder mais população (-7,71%), tendo Vale de Cambra (-7,80%) registado a maior perda. Contrariando a tendência de diminuição da população do Entre Douro e Vouga (-0,71%) estão os municípios de São João da Madeira e de Santa Maria da Feira que apresentaram variação positiva com 2,90% e 2,46% respetivamente, embora tendo registado um abrandamento do crescimento populacional, relativamente ao período de 1991-2001.

- Segundo a informação estatística oficial, Arouca terá registado uma diminuição de 4,5% (1.004) habitantes, entre 2011 (dados dos Censos) e 2016 (dados do Anuário), o que significará a manutenção da tendência de diminuição da população residente verificada no período intercensitário 2001-2011 (-1.921 residentes), tendência regressiva que agora se generaliza, embora com intensidades diferenciadas, a todo o EDV.

- Segundo análise das freguesias do município de Arouca, no período intercensitário de 2001-2011, as Uniões de freguesia de Covelo de Paivó e Janarde, e de Cabreiros e Albergaria da Serra apresentam, as maiores variações negativas com, -32,32 % e -29,14%, respetivamente. A união de freguesias de Arouca e Burgo é a única freguesia que apresenta uma variação da população positiva, com 0,25% de crescimento.

Figura 7 – Variação da população residente 2001-2011 nas freguesias do concelho de Arouca



Fonte: INE

3.1.2. Densidade populacional

Tabela 5 – Densidade populacional 2011 e 2016

Local de residência	Área	Densidade		Variação 2011-2016
	2016	2011	2016	
	Km2	Hab/Km2		
Arouca	329	67,8	64,7	-4,5
Oliveira de Azeméis	161	426,3	414,5	-2,8
Santa Maria da Feira	216	646,8	644,3	-0,4
São João da Madeira	8	2 717,0	2 681,9	-1,3
Vale de Cambra	147	155,4	148,3	-4,6
EDV	861	319,7	314,1	-1,7
AMP	2 041	862,3	843,4	-2,2
Norte	21 286	173,4	168,9	-2,6

Fonte: INE

Tabela 6 – Densidade populacional 2011 por freguesia

Local de residência	Densidade Populacional
	2011
	Nº/Km2
EDV	319,1
Arouca	67,2
Alvarenga	31,6
Chave	114,9
Escariz	123,6
Fermedo	120,7
Mansores	76,8
Moldes	4,9
Rossas	143,9
Santa Eulália	97,8
São Miguel do Mato	35
Tropeço	64,5
União de Freguesias de Arouca e Burgo	335,1
União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra	7,66
União de Freguesias de Canelas e Espiunca	32,1
União de Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde	5,3
Urrô	95,4
Várzea	301,5

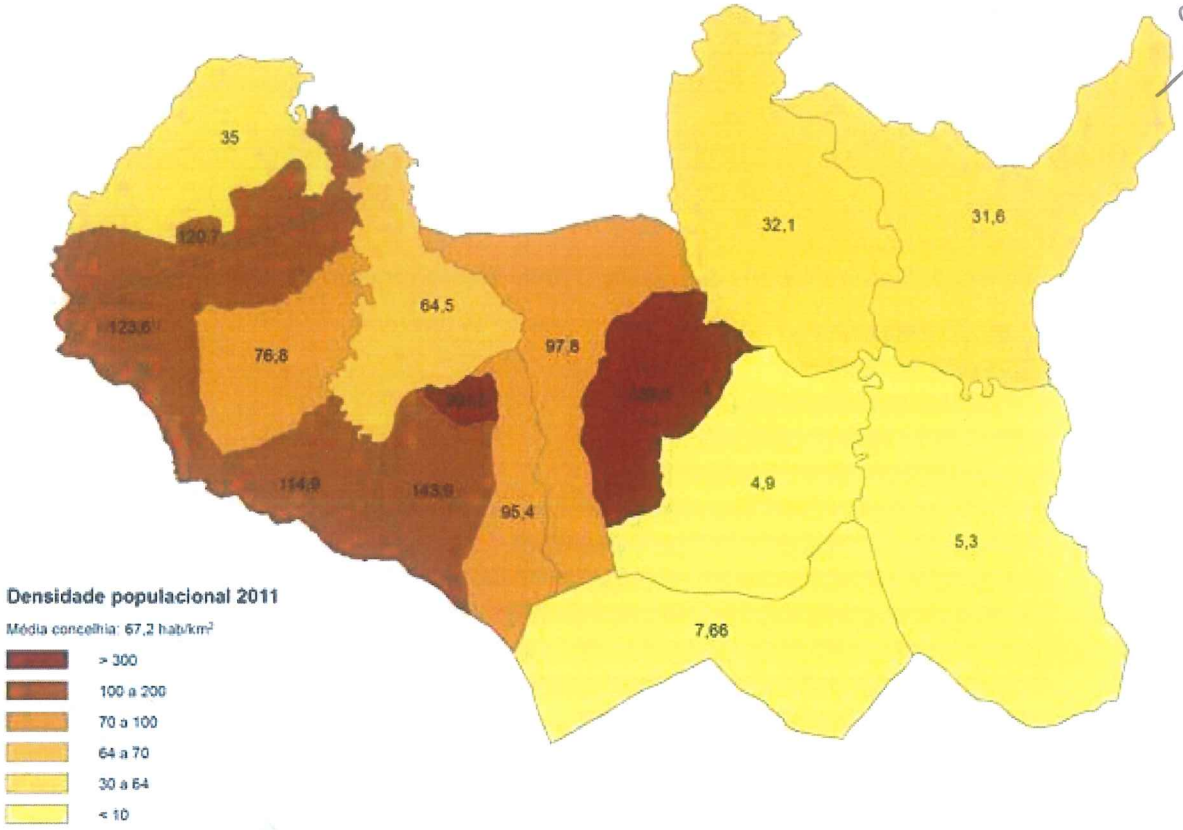
Fonte: INE

No que concerne à densidade populacional (2016), no âmbito do EDV, o concelho de São João da Madeira destaca-se claramente com 2.681,9 hab./km2, (é um caso particular, no país, por possuir apenas uma freguesia e ter apenas 8 Km2 de área aproximadamente), seguido do concelho de Santa Maria da Feira com 644,3 hab./km2 e Oliveira de Azeméis (414,5 hab./km2), estando os três municípios acima do valor médio do EDV (314,1 hab./km2).

O município de Arouca é o que apresenta a menor densidade populacional, 64,7 hab./Km2, consequência da sua vasta área, 329km2, correspondendo a cerca de 38% da área do EDV, assim como pelo facto de ser o município com o segundo menor valor de população residente.

Ao nível das freguesias do município de Arouca, em 2011, a União de freguesias de Arouca e Burgo (335,1 hab./km2) e a freguesia de Várzea 301,5 hab./km2) são as que apresentam os maiores valores de densidade populacional. As freguesias com menor densidade populacional são a União de freguesias de Covelo de Paivó e Cabreiros, que apresenta uma densidade de 5,3 hab./km2, e a União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra, com 7,65 hab./km2 .

Figura 8 – Densidade populacional 2011 por freguesia do concelho de Arouca



Fonte: INE

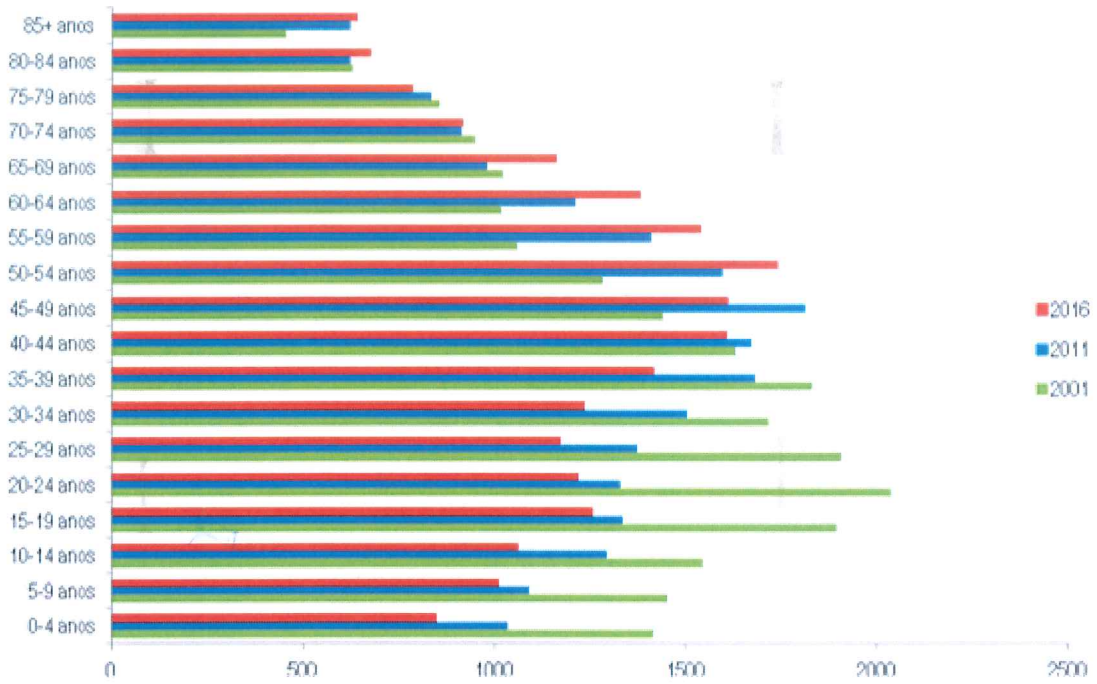
3.1.3. Estrutura etária

Tabela 7 – População residente por grupo etário

Local de residência 2016	Percentagem de População residente por grupo etário				
	Total	Grupo etário			
		%			
		0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e mais anos
Arouca	21.302	13,74	11,64	54,99	19,65
Oliveira de Azeméis	66.737	12,02	11,00	57,03	19,94
Santa Maria da Feira	139.173	13,75	11,34	57,67	17,24
São João da Madeira	21.455	13,12	11,00	57,69	18,20
Vale de Cambra	21.794	11,45	10,31	54,75	23,51
EDV	270.461	13,09	11,17	57,07	18,68
AMP	1.721.320	13,77	10,78	56,38	19,07
Norte	3.594.177	13,46	11,30	56,01	19,23

Fonte: INE

Gráfico 2 – Estrutura etária da População Residente no concelho de Arouca



Fonte: INE

Tabela 8 - População residente por grupo etário por freguesia do concelho de Arouca

Local de residência 2011	População residente segundo o grupo etário								
	Total			0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 e+ anos	
	N	N	%	N	%	N	%	N	%
Arouca	22359	3463	15,5	2713	12,1	12159	54,4	4024	18,0
Alvarenga	1223	122	9,98	140	11,4	601	49,1	360	29,4
Chave	1253	166	13,2	158	12,6	693	55,3	236	18,8
Escariz	2222	388	17,5	292	13,1	1203	54,1	339	15,3
Fermedo	1340	226	16,9	138	10,3	735	54,9	241	18,0
Mansores	1081	176	16,3	133	12,3	595	55	177	16,4
Moldes	1257	192	15,3	156	12,4	682	54,3	227	18,1
Rossas	1599	236	14,8	218	13,6	879	55	266	16,6
Santa Eulália	2253	363	16,1	273	12,1	1280	56,8	337	15,0
São Miguel do Mato	598	104	17,4	50	8,36	322	53,8	122	20,4
Tropeço	1150	182	15,8	153	13,3	623	54,2	192	16,7
União de Freguesias de Arouca e Burgo	5178	811	15,7	653	12,6	2850	55	864	16,7
União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra	231	24	10,4	14	6,06	111	48,1	82	35,5
União de Freguesias de Canelas e Espiunca	1183	199	16,8	159	13,4	614	51,9	211	17,8
União de Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde	222	22	9,91	20	9,01	103	46,4	77	34,7
Urrô	1029	152	14,8	114	11,1	546	53,1	217	21,1
Várzea	540	100	18,5	42	7,78	322	59,6	76	14,1

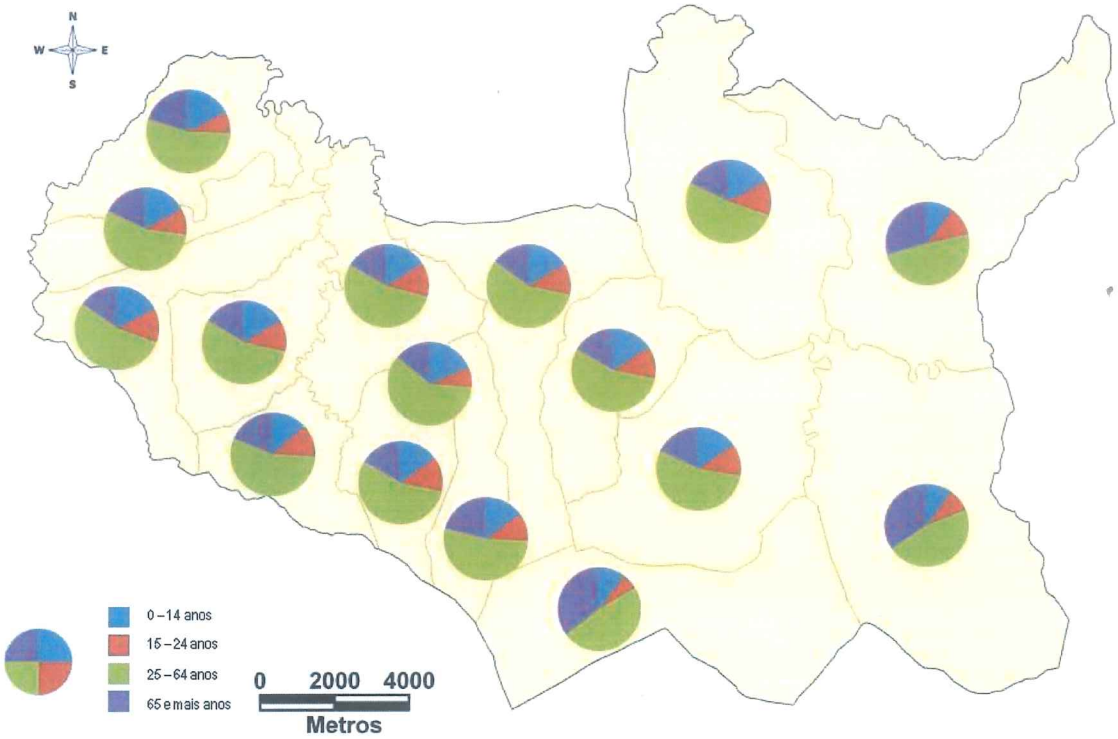
Fonte: INE

Analisando a distribuição da população por grupos etários, no EDV, de acordo com os dados do anuário estatístico de 2016, verifica-se que o município de Santa Maria da Feira tem a maior percentagem de população no grupo etário dos 0-14 anos (13,75%), logo seguido de Arouca, com 13,74%. O município de Vale de Cambra apresenta a menor percentagem de população no grupo etário dos 0-14 anos (11,45%), assim como no grupo etário dos 15-24 anos. No grupo etário dos 25-64 anos, o município de Arouca é o que tem o segundo menor valor, 54,99%, acima de Vale de Cambra, com 54,75%. Este município é o que apresenta um valor mais elevado no grupo etário dos 65 e + anos, dado que em Vale de Cambra 23,51% da população tem 65 e mais anos, sendo que em Arouca esse valor é de 19,65%, enquanto Oliveira de Azeméis atinge 19,94%.

Segundo a análise do gráfico apresentado, relativo à estrutura etária da população no município de Arouca, em 2001, 2011 e 2016, constata-se que a base da pirâmide, que corresponde à população mais jovem, tem vindo a diminuir, em contraste com as classes etárias superiores, que têm vindo a aumentar, correspondendo este cenário a um envelhecimento da população, tendência que, tem vindo a verificar-se, nas últimas décadas, também ao nível do contexto nacional.

Outros dados que sustentam este envelhecimento são o índice de envelhecimento que em 2011 foi de 116,8 (em 2001 era de 89,1) e o índice de dependência de idosos em 2011 era de 27,1 enquanto em 2001 era de 24,5.

Figura 9 - Estrutura etária da população do concelho de Arouca por freguesia em 2011



Transcrito de REOT 2012- 2013

3.2. Natalidade e mortalidade

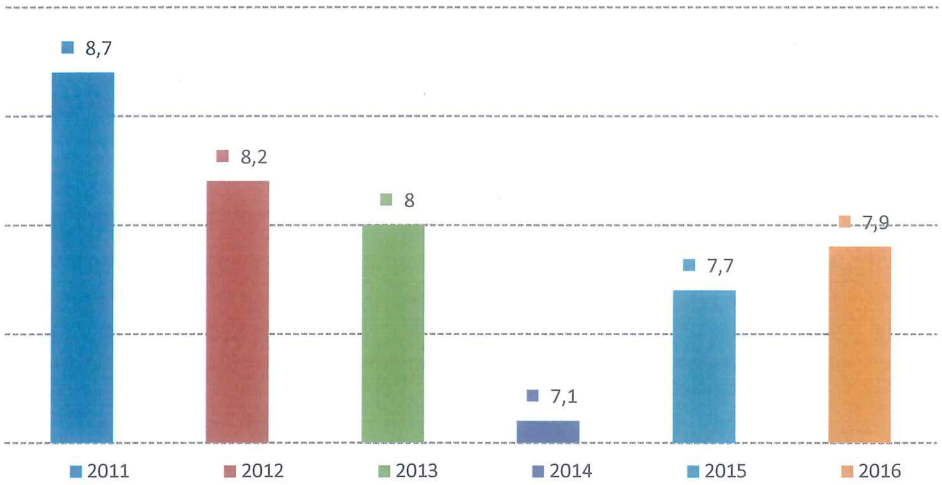
3.2.1. Taxa bruta de natalidade

Tabela 9 – Taxa bruta de natalidade

Local de residência	Taxa bruta de natalidade (‰) por local de residência, nnual		
	Períodos de referência dos dados		
	2001	2011	2016
Arouca	9,9	8,7	7,9
Oliveira de Azeméis	10,3	7,6	7
Santa Maria da Feira	11,7	8,9	7,7
São João da Madeira	11,5	8,6	6,5
Vale de Cambra	9,1	6,7	6,3
EDV	10,9	8,4	7,3
AMP	11,3	9	8,3
Norte	11,2	8,5	7,8

Fonte: INE

Gráfico 3 – Evolução da taxa bruta de natalidade do concelho de Arouca 2011-2016 (‰)



Fonte: INE

A taxa bruta de natalidade corresponde ao número de nados-vivos numa determina região, para um determinado período de tempo (geralmente um ano civil), relativamente à população dessa região calculada para o meio do período considerado. Geralmente é expressa por 1000 habitantes. Sendo calculada através da divisão do número total de nados-vivos durante o período em análise por população a meio do período em análise, multiplicando por mil.

Ao nível do EDV, verifica-se uma tendência generalizada da diminuição da taxa bruta de natalidade. Vale de Cambra é o município que em 2016 regista o menor valor, 6,3‰, tendência que se mantém desde 2001. Arouca é agora o município que apresenta valor mais alto, 7,9‰, seguido de perto por Santa Maria da Feira, com 7,7‰.

No concelho de Arouca, a tendência tem sido também de diminuição da taxa bruta de natalidade, mas verifica-se um esboço da sua inversão, a partir de 2014 (de 7,1% neste ano, para 7,7% em 2015 e 7,9% em 2016).

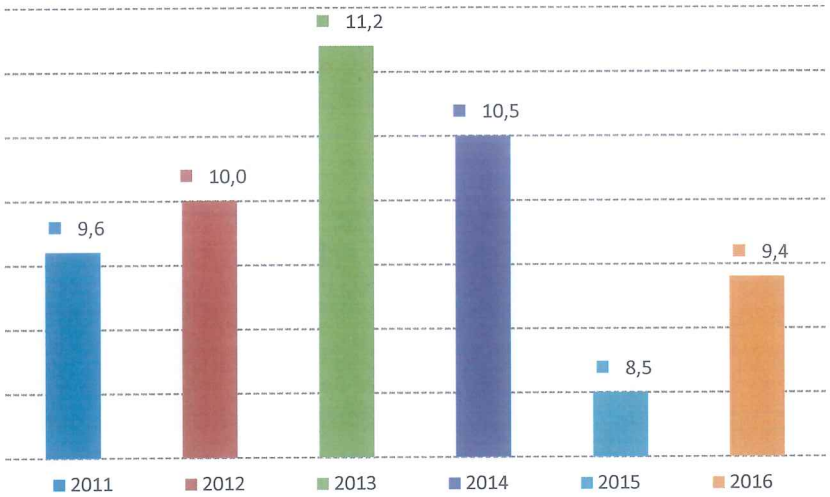
3.2.2. Taxa bruta de mortalidade

Tabela 10 – Taxa bruta de mortalidade

Local de residência	Taxa bruta de mortalidade (‰) por local de residência, anual		
	Períodos de referência dos dados		
	2001	2011	2016
Arouca	9,5	9,6	9,4
Oliveira de Azeméis	7,7	8,8	9,5
Santa Maria da Feira	6,6	6,8	7,9
São João da Madeira	7,2	7,6	8,9
Vale de Cambra	9,5	10	11,6
EDV	7,4	7,9	8,8
AMP	8,1	8,1	9,1
Norte	8,7	8,6	9,5

Fonte: INE

Gráfico 4 – Evolução da taxa bruta de mortalidade no concelho de Arouca 2011-2016 (‰)



Fonte: INE

A taxa de mortalidade corresponde ao número de óbitos ocorridos numa determina região, para um determinado período de tempo (geralmente um ano civil), relativamente à população dessa região calculada para o meio do período considerado. Geralmente é expressa por 1.000 habitantes. Sendo calculada através da divisão do número total de óbitos ocorridos durante o período em análise, por população a meio do período em análise multiplicando por mil.

Ao nível do EDV, verifica-se uma tendência de aumento da taxa bruta de mortalidade. Vale de Cambra é o município que em 2016 regista a maior taxa de mortalidade, com 11,6‰, seguindo-se Oliveira de Azeméis com 9,5% e Arouca com 9,4‰. Os municípios que apresentam a menor taxa bruta de mortalidade são Santa Maria da Feira (7,9‰) e São João da Madeira (8,9‰). Em 2016, comparativamente à média verificada no Entre Douro e Vouga (8,8‰), Arouca apresenta um valor acima da média com 9,4‰, praticamente igual ao valor médio da Região do Norte, que é de 9,5‰.

Analisando o gráfico que apresenta a evolução da taxa bruta de mortalidade, em Arouca, de 2011 a 2016, segundo os anuários estatísticos, verifica-se que os valores oscilam anualmente, em torno de uma média global de 9,5‰.

3.3. Famílias

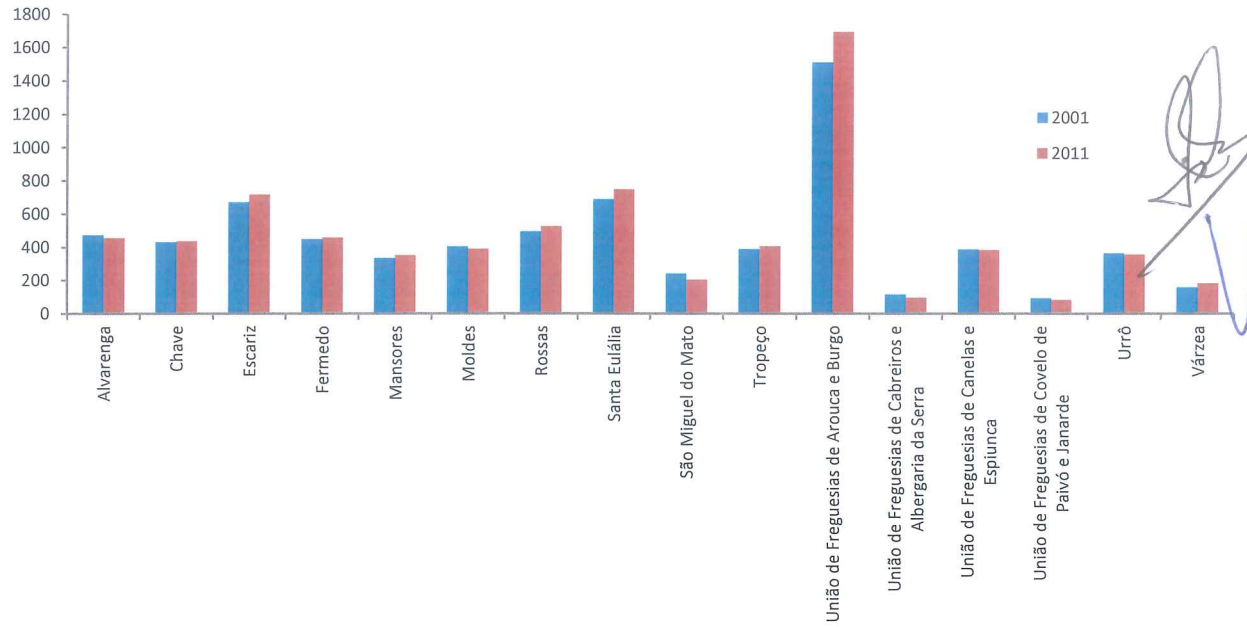
Tabela 11 – Número de famílias 2001 e 2011

Local de residência	Famílias	
	2001	2011
Arouca	7 184	7 470
Santa Maria da Feira	44 259	48 983
Oliveira de Azeméis	22 853	24 235
São João da Madeira	7 055	8 296
Vale de Cambra	8 249	8 494
EDV	89 600	97 478
AMP	526 299	587 384
Norte	1 211 590	1 332 127

Fonte: INE

No âmbito do EDV, em 2011, Arouca é o município que tem um menor nº de famílias (7.470), seguindo-se São João da Madeira (8.296). Santa Maria da Feira com 48.983 famílias representa mais de metade do total do EDV.

Gráfico 5 – Número de famílias por freguesia do concelho de Arouca em 2001 e 2011



Fonte: INE

Tabela 12 – Número de famílias em 2001 e 2011 nas freguesias do concelho de Arouca

Local de residência 2011	Famílias (Nº) por Local de residência; Decenal		Variação Nº Famílias
	2001	2011	%
Arouca	7.184	7.470	3,98
Alvarenga	472	455	-3,60
Chave	429	435	1,40
Escariz	659	715	8,50
Fermedo	447	456	2,01
Mansores	333	350	5,11
Moldes	403	389	-3,47
Rossas	493	525	6,49
Santa Eulália	687	474	-31,00
São Miguel do Mato	241	204	-15,35
Tropeço	388	405	4,38
União de Freguesias de Arouca e Burgo	1.510	1.693	12,12
União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra	116	96	-17,24
União de Freguesias de Canelas e Espiunca	385	381	-1,04
União de Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde	92	82	-10,87
Urrô	362	354	-2,21
Várzea	158	183	15,82

Fonte: INE

Ao nível do município de Arouca, entre 2001 e 2011, o número de famílias registou um aumento de 3,98% (mais 286 famílias). Das 8 freguesias que registaram um aumento do número de famílias, destacam-se as freguesias de Várzea (15,82%) e a União de Freguesias de Arouca e Burgo (12,12%). A freguesia de São Miguel

do Mato foi a que registou a maior perda no nº de famílias (- 15,35%). Tendo em conta este cenário, juntamente com a diminuição da população, constata-se que, embora haja mais famílias, essas são constituídas por menos elementos.

3.4. Alojamento

3.4.1. Distribuição espacial e evolução

Tabela 13 – Evolução do número de alojamentos familiares clássicos

Localização	Alojamentos familiares clássicos (Parque habitacional - N.º) por Localização geográfica; Anual					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Arouca	10.755	10.815	10.859	10.891	10.911	10.940
Oliveira de Azeméis	30.084	30.143	30.204	30.234	30.268	30.286
Santa Maria da Feira	60.704	60.939	61.198	61.326	61.437	61.534
São João da Madeira	10.478	10.489	10.494	10.527	10.530	10.532
Vale de Cambra	11.880	11.916	11.929	11.939	11.950	11.953
EDV	123.901	124.302	124.684	124.917	125.096	125.245
AMP	828.517	830.968	832.750	833.859	834.554	835.388
Norte	1.853.489	1.860.808	1.865.650	1.868.769	1.871.357	1.874.141

Fonte: INE

Tabela 14 – Variação do número de alojamentos familiares clássicos (2011-2016)

Localização	Variação dos alojamentos (2011 - 2016)	
	Nº	%
Arouca	185	1,72
Oliveira de Azeméis	202	0,67
Santa Maria da Feira	830	1,37
São João da Madeira	54	0,52
Vale de Cambra	73	0,61
EDV	1.344	1,08
AMP	6.871	0,83
Norte	20.652	1,11

Fonte: INE

No contexto do EDV, em 2016, existiam 125.245 alojamentos. Entre o período intercensitário de 2001-2011, todos os municípios do EDV registaram um aumento do nº de alojamentos, tendência que se tem mantido até 2016, mas em progressivo amortecimento

De acordo com o Anuário Estatístico de 2016, em Arouca existem 10940 alojamentos, com um crescimento de apenas 29 alojamentos face ao resultado do ano anterior, quando entre 2011 e 2012 esse aumento havia sido de 60 alojamentos.

Numa análise à escala da freguesia (2011, dados dos censos), União de Freguesias Arouca e Burgo é a freguesia que apresenta o número de alojamentos claramente superior, seguindo-se as freguesias de Santa Eulália e Escariz, com 970 e 954 alojamentos, respetivamente. A União de freguesias de Covelo de Paivó e Janarde (164) e a União de freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra, (173) são as freguesias que têm o menor número de alojamentos entre 2011 e 2011.

Em 2011, o EDV contava com um total de 123.654 alojamentos, dos quais cerca de 9% estavam localizados no concelho da Arouca. Neste contexto, no período intercensitário, Vale de Cambra foi o município que

registou uma maior variação do nº de alojamentos, 16,46%. São João da Madeira, entre 2001 e 2011 registou o menor aumento, 12,13%, correspondendo a um total de 1134 novos alojamentos.

Quanto à variação do número de alojamentos no período intercensitário de 2001-2011, registou-se no município de Arouca, um aumento de 14,02%, passando de 10736 alojamentos para 10847 (1320 novos alojamentos).

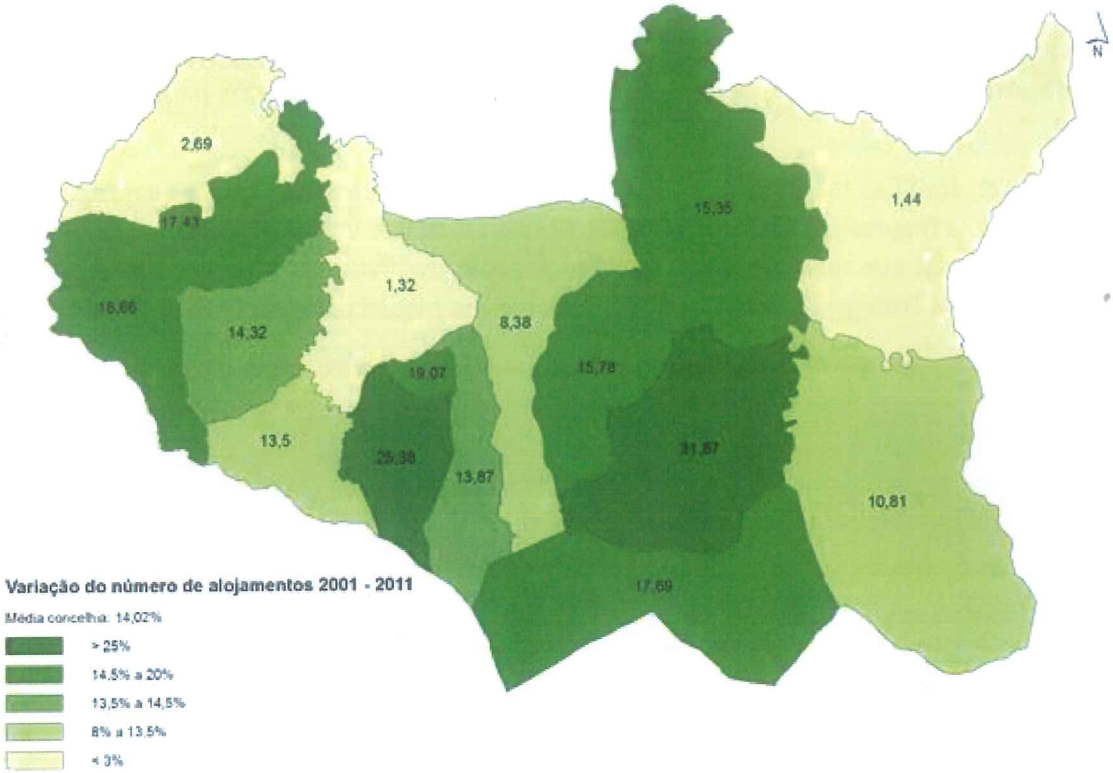
Entre 2001 e 2011, todas as freguesias de Arouca registaram uma variação positiva quanto ao número de alojamentos, tendo a freguesia de Moldes (31,87%, Rossas (25,38% e Várzea (19,07%) registado as maiores variações. As freguesias que registaram as menores variações positivas quanto ao número de alojamentos foram as freguesias de Tropeço (1,3%), Alvarenga (1,4%), e São Miguel do Mato (2,7%).

Tabela 15 – Número de Alojamentos por freguesia do concelho de Arouca em 2001 e 2011

Local de residência 2011	Alojamentos (Nº) por Localização		Variação Nº Famílias	Densidade Habitacional		Variação 2011/2011
	2001	2011	Km2	2001	2011	
Arouca	9.416	10.736	329,11	28,61	32,62	14,02
Alvarenga	836	848	38,77	21,56	21,87	1,44
Chave	563	639	10,91	51,60	58,57	13,50
Escariz	804	954	17,98	44,72	53,06	18,66
Fermedo	568	667	11,11	51,13	60,04	17,43
Mansores	391	447	14,08	27,77	31,75	14,32
Moldes	455	600	28,01	16,24	21,42	31,87
Rossas	599	751	11,11	53,92	67,60	25,38
Santa Eulália	895	970	23,05	38,83	42,08	8,38
São Miguel do Mato	297	305	17,10	17,37	17,84	2,69
Tropeço	530	537	17,84	29,71	30,10	1,32
União de Freguesias de Arouca e Burgo	2.060	2.385	15,25	135,08	156,39	15,78
União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra	147	173	31,23	4,71	5,54	17,69
União de Freguesias de Canelas e Espiunca	482	556	35,73	13,49	15,56	15,35
União de Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde	148	164	44,38	3,33	3,70	10,81
Urrô	447	509	10,79	41,43	47,17	13,87
Várzea	194	231	1,79	108,38	129,05	19,07

Fonte: INE

Figura 10 – Variação do número de alojamentos 2001-2011



Fonte: INE

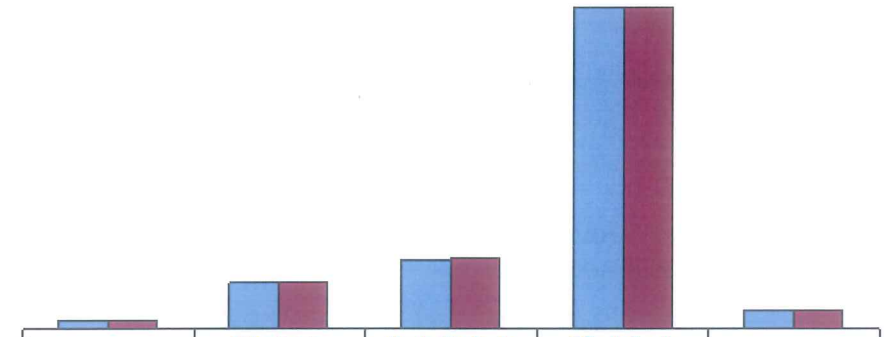
3.4.2. Densidade habitacional

Tabela 16 – Densidade habitacional 2011 e 2016

Localização	Alojamentos (Nº)		Superfície	Densidade Habitacional	
	2011	2016	Km2	2011	2016
Arouca	10.755	10.940	329	32,69	33,25
Oliveira de Azeméis	30.084	30.286	161	186,86	188,11
Santa Maria da Feira	60.704	61.534	216	281,04	284,88
São João da Madeira	10.478	10.532	8	1.309,75	1.316,50
Vale de Cambra	11.880	11.953	147	80,82	81,31
EDV	123.901	125.245	861	143,90	145,46
AMP	828.517	835.388	2.041	405,94	409,30
Norte	1.853.489	1.874.141	21.286	87,08	88,05

Fonte: INE

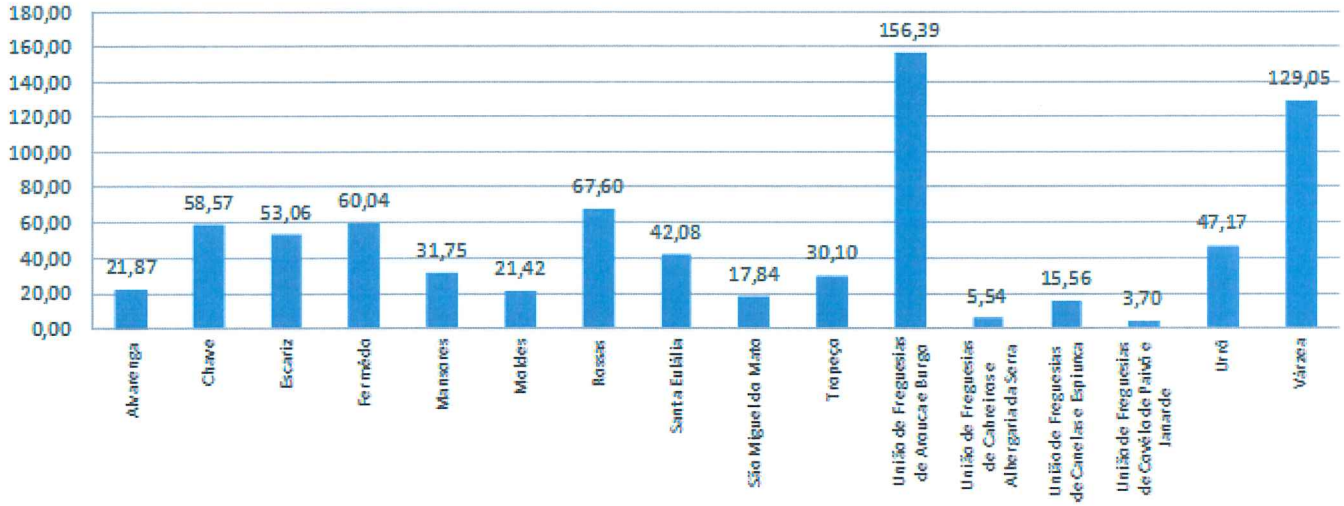
Gráfico 6 – Densidade habitacional em 2011 e 2016



	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra
2011	32,69	186,86	281,04	1.309,75	80,82
2016	33,25	188,11	284,88	1.316,50	81,31

Fonte: INE

Gráfico 7 – Densidade habitacional nas freguesias do concelho de Arouca em 2011



Fonte: INE

Constatando-se que entre 2011 (dados dos censos) e 2016 (dados do Anuário Estatístico), houve um aumento do número de alojamentos em todos os concelhos do EDV, e não tendo havido alteração nas respetivas áreas, consequentemente as densidades habitacionais observaram variações no mesmo sentido.

Em 2016, São João da Madeira é o município que se destaca, dado que apresenta a maior densidade habitacional, com 1326,5 alojamentos/km2, seguindo-se Santa Maria da Feira com 382,0 alojamentos/km2. Os municípios com as menores densidades habitacionais no EDV são Arouca, com 33,2 alojamentos/km2, e Vale de Cambra, com 81,1 alojamentos/km2.

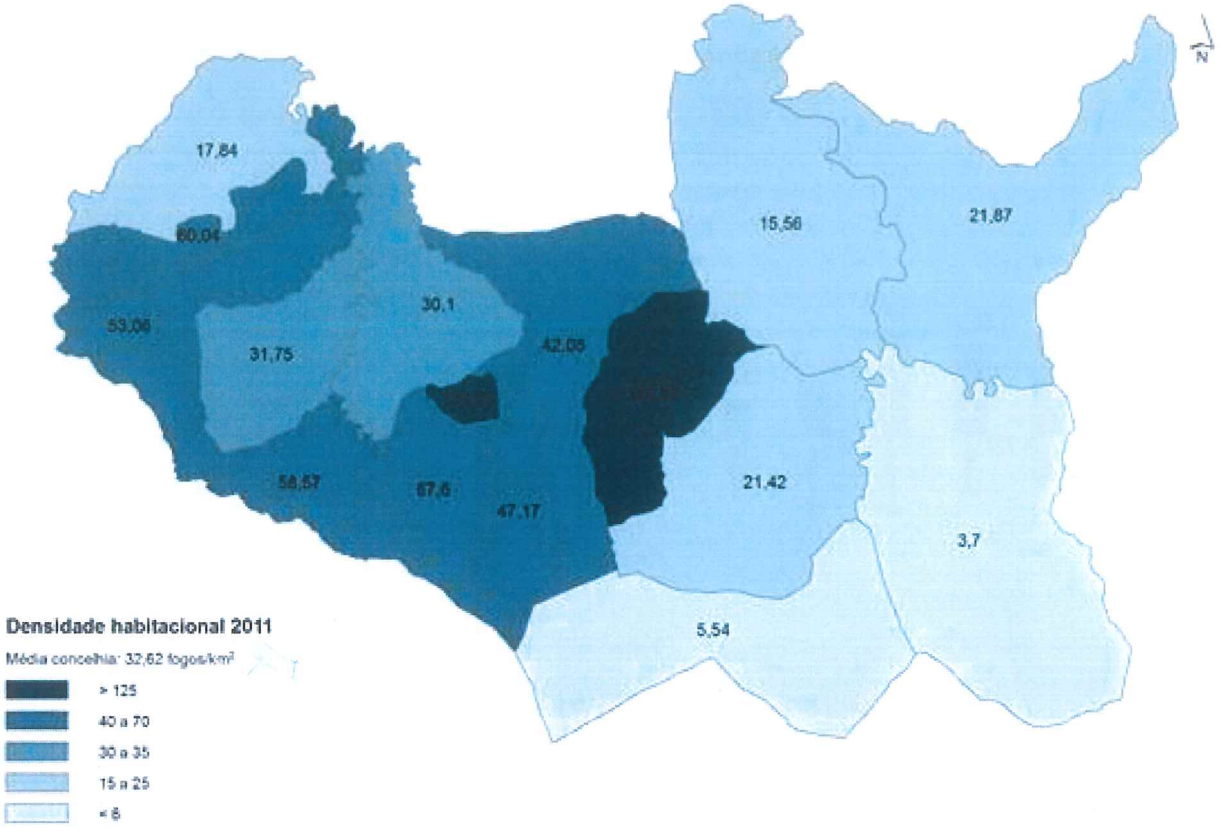
Analisando a densidade habitacional por freguesia, em Arouca, em 2011, é a União de freguesias de Arouca e Burgo que têm a maior densidade habitacional com 156,39 alojamentos/km2, seguindo-se a freguesia de Várzea com 129,05 alojamentos/km2.

As freguesias que têm as menores densidades habitacionais, no concelho de Arouca em 2011 são a União de freguesias de Covelo de Paivó e Janarde, com 3,7 alojamentos/km2 e a União de freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra, com 5,54 alojamentos/km2.

No período intercensitário de 2001/2011, foram as freguesias de Moldes (31,87%) e Rossas (25,38%), que registaram a maior variação relativamente ao valor da densidade populacional. Em oposição, Tropeço (1,32%) e Alvarenga (1,44%) foram as freguesias que apresentaram as menores variações.

No contexto do EDV, o concelho de Arouca, é o que apresenta o número de indivíduos por alojamentos, mais elevada, de 3 indivíduos por alojamento. Em oposição está São João da Madeira, com 2,6 indivíduos por alojamento. Relativamente à análise por freguesia, em 2011, Moldes é a freguesia com o número mais elevado (3,2 indivíduos por alojamento), enquanto a União de freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra regista o menor valor, de 2,4 indivíduos por alojamento.

Figura 11 – Densidade habitacional 2011 nas freguesias do concelho de Arouca



Fonte: INE

3.5. Trabalho

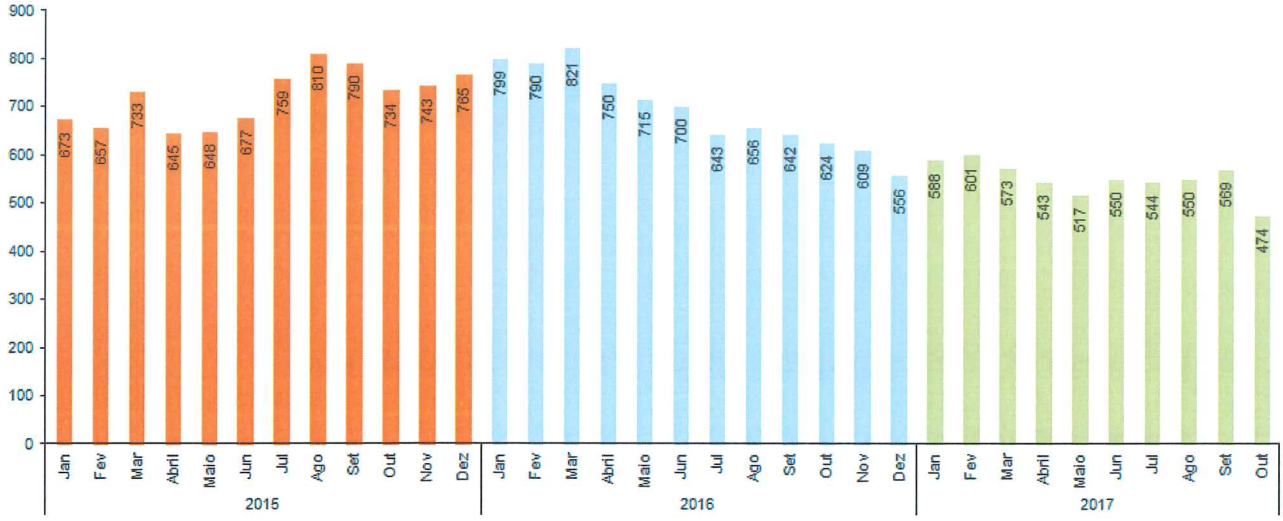
3.5.1. Desemprego

Tabela 17 – Taxa de desemprego por local de residência 2001 e 2011

Local de residência	Taxa de desemprego (%) por local de residência	
	2001	2011
Arouca	6,9	8,1
Oliveira de Azeméis	3,9	8,9
Santa Maria da Feira	4,7	14,8
São João da Madeira	5,5	11
Vale de Cambra	4,5	8,1
EDV	4,6	12,0
AMP	7,2	15,7
Norte	6,7	14,5

Fonte: INE

Gráfico 8 – Número de desempregados, mensal, no concelho de Arouca



Fonte: INE

No Entre Douro e Vouga, em 2001, Arouca era o concelho que apresentava a maior taxa de desemprego, com 6,9%, enquanto a média do EDV era de 4.6%.

Após 10 anos, em 2011, o cenário é diferente. Em 2011, o Município de Arouca é o que, a par de Vale de Cambra, apresenta a menor taxa de desemprego (8,1%), no contexto do EDV, onde a média dos cinco municípios é, em 2011, de 12,0%. Santa Maria da Feira é o município que registou o maior aumento da taxa de desemprego entre 2001 e 2011, passando de 4,7% para 14,8%.

Analisando a situação do município de Arouca no que respeita à evolução mensal do número de desempregados: após um aumento continuado (não linear, dado que há variações ao longo do ano) que terá atingido o seu máximo em finais de 2013 (setembro: 1147 desempregados), tem-se assistido a uma redução gradual (também ela com alguma variação sazonal) que se afigura mais consistente a partir do início de 2016. Em 2017, os valores mensais registados até outubro situam-se na sua quase totalidade abaixo de metade do referido máximo de setembro de 2013.

3.5.2. Rendimentos do trabalho

Tabela 18 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, por município, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3), 2015

Localização	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, por município, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3), 2013, Euro - Média			
	Total	Primário - CAE: A	Secundário - CAE: B - F	Terciário - CAE: G - U
Arouca	788,22	768,92	780,31	804,4
Oliveira de Azeméis	981,02	671,98	1012,23	895,33
Santa Maria da Feira	977,38	1002,99	980,58	971,77
São João da Madeira	963,54	//	999,77	922,73
Vale de Cambra	1038,05	619,96	1077,4	919,24
EDV	949,642	//	970,058	902,694
AMP	1084,73	887	1029,01	1118,61
Norte	975,01	763,46	913,51	1028,76

Fonte: INE

O ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem, em 2015, é diversificado entre os concelhos do EDV. Analisando a média dos três setores, Arouca é o quem tem o valor mais baixo, 788,2 €. Vale de Cambra é o município com o ganho médio mensal mais elevado, de 1038,1 €. Por setor, Arouca apresenta o segundo valor mais elevado no setor primário (768,9€), atrás de Santa Maria da Feira (1003,0€); Vale de Cambra lidera no ganho médio mensal no setor secundário (1077,4€) e Santa Maria da Feira destaca-se no setor terciário, com 971,8€ de ganho médio mensal.

4. Infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos

4.1. Saneamento básico

Nota: os dados constantes das tabelas desta secção provêm de duas fontes (Município, 2012-2013) e Águas do Norte, SA (2015-2016), a atual entidade gestora das redes de abastecimento de água e de saneamento. Dado que as metodologias utilizadas pelas duas entidades não são equivalentes, os valores não são diretamente comparáveis, restringindo-se a análise à evolução nos dois anos mais recentes.

4.1.1. Abastecimento de água

Tabela 19 – Indicadores de abastecimento de água 2012, 2013, 2015 e 2016

ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
Indicadores	2012	2013	2015	2016
Consumo de água *per capita* (l.hab-1.dia-1)	85	85	57	71
Qualidade dos cursos de águas superficiais para usos múltiplos – Classif. INAG;	Excelente	Excelente	--	--
Níveis de atendimento em abastecimento de água (% pop. servida)	84,7	84	85,6	52
Taxa de perdas de água, na rede de distribuição (adução e captação) (%)	38	38	78	72

Fonte: Município de Arouca e Águas do Norte

É de assinalar o aumento significativo que se verifica no consumo de água entre 2015 e 2016, passando de 57 l/hab./dia em 2015 para 71 l/hab./dia em 2016.

No que diz respeito aos níveis de atendimento em abastecimento de água (% de população servida por rede pública), o último valor disponível (2016) indicia uma baixa cobertura, abaixo da média regional e nacional. Além disso, e de acordo com dados da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a qualidade de água na torneira dos consumidores de Arouca está também abaixo dos parâmetros médios nacionais: em 2016, 96,1% da água distribuída em Arouca era considerada segura, contrastando com os 98,7% da média nacional, apesar da qualidade das águas superficiais para usos múltiplos ser considerada excelente (2012-2013).

Por último, analisando a taxa de perdas de água na rede de distribuição (adução e captação), assinale-se também a melhoria registada de 2015 para 2016 (78% para 72%) – embora este valor seja ainda substancialmente superior à média nacional, estimada na ordem dos 30%.

4.1.2. Águas Residuais

Tabela 20 – Indicadores de águas residuais 2012, 2013, 2015 e 2016

ÁGUAS RESIDUAIS				
Indicadores	2012	2013	2015	2016
Níveis de atendimento em saneamento de águas residuais (% pop. servida)	40	40	71,6	62
Taxa de águas residuais tratadas (%)	72	73	100	100

Fonte: Município de Arouca e Águas do Norte

Relativamente aos indicadores da rede de saneamento do concelho de Arouca, regista-se uma quebra dos níveis de atendimento entre 2015 e 2016. As informações disponíveis referem que esta quebra resulta da aplicação de um maior rigor na estimativa dos valores, e não a uma efetiva diminuição do serviço.

Quanto às águas residuais tratadas, o nível pleno (100%) foi atingido em 2015 e mantido no ano seguinte.

4.1.3. Resíduos urbanos

Tabela 21- Resíduos sólidos urbanos, por tipo, no concelho de Arouca (2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017)

Resíduos sólidos urbanos recolhidos, por tipo, em Arouca, por ano					
Ano	Total	Indiferenciados		Seletivos	
	(kg.)	Kg.	%	Kg.	%
2011	5.871.170	5.335.520	90,88	535.650	9,12
2012	5.689.020	5.174.180	90,95	514.840	9,05
2013	5.264.480	4.805.740	91,29	458.740	8,71
2015	6.249.434	5.641.120	90,27	608.314	9,73
2016	6.508.240	5.897.800	90,62	610.440	9,38
2017 (jan-out)	5.638.896	5.141.420	91,18	497.476	8,82

Fonte: Município de Arouca e ERSUC

A recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos no Município de Arouca são assegurados pela ERSUC- Resíduos Sólidos do Centro S.A.

Após uma diminuição progressiva nas quantidades de resíduos recolhidas no Concelho entre 2011 e 2013, o volume total tem vindo a aumentar sistematicamente (tenha-se em atenção que o valor de 2017 diz respeito

apenas aos primeiros 10 meses do ano). A percentagem de resíduos sólidos urbanos com recolha seletiva tem-se mantido em torno de 9%.

4.2. Equipamentos e serviços de saúde

Relativamente ao setor da saúde, o concelho de Arouca está dotado com 1 Centro de Saúde público, 1 hospital privado (Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Arouca) e 1 clínica privada, todos localizados na união de freguesia de Arouca e Burgo e ainda com 4 Extensões de saúde públicas, localizadas nas freguesias de Alvarenga, Chave, Escariz e Rossas.

No período 2011-2013 verificaram-se alterações neste setor no que se refere aos serviços disponibilizados à população, ou seja, no Centro de Saúde de Arouca, onde apenas existia o Serviço de Atendimento Permanente (SAP), passou, com o reordenamento dos serviços de urgência, a ser Serviço de Urgência Básica (SUB), a estar abertos 24 horas por dia, com dois médicos e dois enfermeiros ao serviço, munidos com vários meios de diagnóstico e de prevenção, situação, como se disse, inexistente anteriormente. Foi também inaugurada uma Unidade de Saúde Familiar, em Escariz. E Arouca passou a contar com um novo meio de emergência, uma Ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV) em permanência 24 horas por dia.

Tabela 22 – Enfermeiros e médicos por 1.000 habitantes em 2012 e 2016

Local de residência	Enfermeiras/os por 1000 habitantes		Médicas/os por 1000 habitantes	
	2012	2016	2012	2016
Arouca	3,7	3,9	1,0	1,2
Oliveira de Azeméis	3,7	3,7	1,7	2,1
Santa Maria da Feira	5,7	6,1	2,0	2,5
São João da Madeira	7,0	6,9	3,1	3,8
Vale de Cambra	2,6	2,8	2,1	3,0
AMP	6,8	7,3	5,8	6,7
Norte	6,2	6,7	3,9	4,8

Fonte: INE

Em 2016 havia em Arouca 3,9 enfermeiros por 1000 habitantes (contra 3,7 em 2012). Quanto ao número de médicos por 1000 habitantes, Arouca tem o valor mais baixo (1,2 médico por 1000 habitantes), de entre os concelhos do EDV (São João da Madeira regista o valor mais elevado com 3,8 médicos por cada 1000 habitantes), mas observou uma ligeira melhoria da sua situação relativamente a 2012.

4.3. Equipamentos e serviços de educação

Tabela 23 - Estabelecimentos de ensino 2015 / 2016 por tipologia de ensino

Localização	Estabelecimentos de ensino 2015 / 2016															
	Ensino pré-escolar			Ensino básico - 1.º ciclo				Ensino básico - 2.º ciclo			Ensino básico - 3.º ciclo			Ensino secundário		
	Total	Público	Privado	Total	Menos de 21 alunos	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
Arouca	13	12	1	12	-	12	-	2	2	-	2	2	-	2	2	-
O. Azeméis	42	27	15	30	-	27	3	8	8	-	8	8	-	4	4	-
SM Feira	87	61	26	53	-	51	2	13	11	2	13	11	2	5	2	3
SJ Madeira	15	10	5	11	-	9	2	4	3	1	5	4	1	6	4	2
Vale de Cambra	17	16	1	14	-	14	-	2	2	-	2	2	-	1	1	-
EDV	174	126	48	120	0	113	7	29	26	3	30	27	3	18	13	5
AMP	912	536	376	624	1	536	88	182	130	52	227	162	65	153	81	72
Norte	2.064	1.380	684	1.448	24	1.314	134	398	312	86	504	380	124	345	200	145

Fonte: INE

Analisando a rede escolar do concelho de Arouca, no ano letivo de 2016/2017, existiam 13 estabelecimentos de Ensino Pré-escolar, 13 de Ensino Básico do 1º Ciclo e 3 estabelecimentos de ensino Básico do 2º e 3º Ciclo e do Ensino Secundário.

Nos últimos anos tem-se verificado no concelho de Arouca uma redução do número de estabelecimentos de EB1, quer por a escola não assegurar o número mínimo de alunos definido por lei, 21 alunos, quer pela construção de polos escolares que levam à transferência dos alunos das EB1 para os novos estabelecimentos de ensino.

Tabela 24 – Taxas de pré-escolarização, escolarização, retenção e transição/conclusão no ano letivo 2014/15

2014 / 2015					
Localização geográfica	Taxa bruta de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular	Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular
		Ensino básico	Ensino secundário		
Arouca	87,4	112,5	84,6	6,2	82,7
Oliveira de Azeméis	98	103,2	74,4	6,6	86,7
Santa Maria da Feira	90,1	97,7	98,1	6,9	85,9
São João da Madeira	144,2	180,7	337,6	2,8	88,5
Vale de Cambra	103,5	106,4	82,2	6,9	86,2
EDV	**97,1**	x	108	6,2	86,5
AMP	93,5	111,5	120,5	7,3	86,1
Norte	95,2	109,5	114	6,7	86

Fonte: INE

Tabela 25 - Nº de alunos por níveis de ensino no concelho de Arouca

Localização	Nº de Alunos por níveis de ensino														
	Ensino pré-escolar			Ensino básico - 1.º ciclo			Ensino básico - 2.º ciclo			Ensino básico - 3.º ciclo			Ensino secundário		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
Arouca	515	418	97	852	852	-	455	455	-	755	755	-	651	649	2

Fonte: INE

Tabela 26 – Número de alunos por estabelecimentos de ensino no concelho de Arouca, ano letivos 2016/17

Ano 2016/2017	
Estabelecimento de Ensino	Alunos
EB1 Arouca	160
EB1 da Boavista	74
EB1 de Paços Moldes	26
EB1 de Ponte Telhe	27
EB1 de S. João	0
EB1 de Serra de Vila	38
EB1 do Paço - Alvarenga	27
JI Arouca	70
JI Bacelo	0
JI Belece	15
JI Boavista	50
JI Casal	24
JI de Moldes	15
JI Paço Alvarenga	11
Pólo Escolar Canelas	32
Pólo Escolar Canelas JI	17
Pólo Escolar de Chave 1.º CEB	60
Polo Escolar de Chave JI	50
Pólo Escolar de Escariz 1.º CEB	78
Polo Escolar de Escariz JI	37
Pólo Escolar do Burgo 1.º CEB	161
Pólo Escolar do Burgo JI	57
Pólo Escolar Fermedo 1º CEB	79
Pólo Escolar Fermedo JI	20
Pólo Escolar Rossas	82
Pólo Escolar Rossas JI	41
EB 2,3 de Arouca - 2.ºCEB	368
Escola Básica e Secundária de Escariz	382
Escola Secundária de Arouca 3.º Ceb e Secundário	1560
Total	3561

Fonte: INE

Relativamente ao número de alunos, no ano letivo de 2016/2017 existem nos estabelecimentos de Ensino Pré-escolar (JI) 407 crianças e ao nível do ensino básico do 1º Ciclo, 844 alunos. As EB1 e os JI do concelho de Arouca estão reunidos em dois agrupamentos, o de Arouca e o de Escariz. Quanto aos alunos do Ensino Básico do 2ºe 3º Ciclo e Secundário, no ano letivo de 2016/2017 totalizavam 2310.

De forma a melhor enquadrar a realidade de Arouca com os restantes concelhos do EDV, apresentam-se alguns indicadores referentes ao ano letivo de 2014/2015.

O concelho de Arouca apresenta a menor taxa bruta de pré-escolarização do EDV, com 87,4% contra 97,1%, que corresponde ao valor médio ponderado dos 5 municípios. Relativamente à taxa bruta de escolarização, o concelho de Arouca apresenta por um lado a segunda maior taxa relativa ao Ensino Básico (112,5%) e, por outro, a terceira menor taxa quanto ao Ensino Secundário (84,6%). Outro aspeto relevante que podemos observar pela análise da tabela tem a ver com as taxas globais de transição/conclusão no ensino secundário, uma vez que Arouca tem a menor taxa (82,7%), sendo 86,5% o valor para o EDV no seu conjunto. Analisando a Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico, também para o ano letivo de 2014/2015, verifica-se que o concelho de Arouca apresenta um valor (6,2%) idêntico ao do EDV.

No concelho de Arouca há também entidades que ministram cursos de formação destinados à população adulta em geral, com o objetivo de a qualificar, para possibilitar que os formandos adquiriram mais competências e possam aceder a outro tipo de oportunidades de emprego.

4.4. Equipamentos e serviços de apoio social

Tabela 27 – Capacidade e número de utentes dos equipamentos sociais por freguesia do concelho de Arouca

Creches			
Freguesia	**Instituição**	**Capacidade**	**N.º Utentes**
Alvarenga	Casa do Povo de Santa Cruz de Alvarenga	14	15
Arouca	Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda	80	80
Arouca	Santa Casa da Misericórdia de Arouca	42	42
Burgo	Centro Social Paroquial de São Salvador de Burgo	30	27
Escariz, Fermedo e Mato	Centro Social e Cultural de Fermedo/Escariz e Mato	66	40
Mansores	Santa Cristina de Mansores	33	17
Serviço de apoio domiciliário			
Freguesia	Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Alvarenga	Casa do Povo de Santa Cruz de Alvarenga	20	20
Arouca	Santa Casa da Misericórdia de Arouca	39	39
Burgo	Centro Social Paroquial São Salvador do Burgo de Arouca	30	30
Escariz, Fermedo e Mato	Centro Social de Fermedo/Escariz e Mato	40	30
Mansores	Santa Cristina de Mansores	30	12
Canelas	Centro Social de Canelas	30	5
Tropeço	Centro Social de Tropeço*	12	12
Lares de Idosos			
Freguesia	**Instituição**	**Capacidade**	**N.º Utentes**
Alvarenga	Casa do Povo de Santa Cruz de Alvarenga	60	60
Arouca	Santa Casa da Misericórdia de Arouca	90	90
Canelas	Centro Social de Canelas	15	15
Chave	Centro Social de Chave	30	30
Programa Banco Alimentar - Instituições com acordo			
Freguesia	**Instituição**	**Área de Intervenção**	
Arouca/ Burgo	Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda	Concelho	
Arouca/Burgo	Centro Social Paroquial São Salvador do Burgo de Arouca	Arouca/Burgo	
Alvarenga	Casa do Povo de Santa Cruz de Alvarenga	Alvarenga	

Fonte: Município de Arouca

Tabela 28 – Equipamentos sociais por tipologia

Freguesia	Nome	Creche	Pré-escolar	Centro de Atividades e Tempos Livres	Lar de Infância e Juventude	Serviço de Apoio Domiciliário	Centro de Dia	Lar de Idosos	Serviço de Apoio a Pessoa com Deficiência
Alvarenga	Casa do Povo de Santa Cruz de Alvarenga	●				●		●	
Arouca	Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda	●	●	●	●				
Arouca	Associação para a Integração de Crianças Inadaptadas de Arouca								●
Arouca	Santa Casa da Misericórdia de Arouca	●				●	●	●	
Burgo	Centro Social Paroquial de São Salvador de Burgo	●		●	●	●	●		
Escariz, Fermedo e S. Miguel do Mato	Centro Social e Cultural de Fermedo/Escariz e Mato	●				●	●		
Mansores	Santa Cristina de Mansores	●				●	●		
Urrô	Centro de Dia Eng.º. Afonso Brandão de Vasconcelos*						●		
Canelas	Centro Social de Canelas					●	●	●	
Chave	Centro Social de Chave							●	
Tropeço	Centro Social de Tropeço*						●		

* Gestão Santa Casa da Misericórdia

Fonte: Município de Arouca

No concelho de Arouca, atualmente, existem seis creches, todas propriedades de entidades da rede social (IPSS). Aquando da entrada em vigor do atual PDM apenas existiam em Arouca 55 lugares de creche. Nos últimos anos registou-se um aumento de 382% das disponibilidades (para 265 lugares).

Existem duas instituições que contemplam um espaço para atividades de tempos livres, com a capacidade para 80 utentes e outra com a capacidade para 20 utentes.

Há duas instituições com a valência de lar de infância e juventude, para dar resposta ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medidas de promoção da proteção. As duas instituições estão sediadas na união de freguesias de Arouca e Burgo.

Relativamente ao serviço de apoio domiciliário a pessoas idosas e/ou situação de dependência, existem 7 instituições que dão resposta nesse âmbito. No que diz respeito à resposta social na prestação de serviços a pessoas idosos, nomeadamente nos centros de dia, existem atualmente 7 em funcionamento.

Quanto aos equipamentos destinados a lar de idosos, é de salientar o facto de entre 2013 e 2017 terem entrado em funcionamento mais 2 lares de idosos, tendo surgido 55 novos lugares. Por outro lado, o número de utentes em lares era em 2013 de 119 utentes, e em 2017 de 195, verificando-se uma lotação total.

Relativamente ao apoio dado a pessoas com deficiência existe uma instituição, AICIA, na União de Freguesia de Arouca e Burgo, que contempla as valências de apoio domiciliário e centro de atividades ocupacionais, e de lar residencial.

4.5. Equipamentos desportivos

Tabela 29 – Equipamentos desportivos por freguesia e tipologia - 2017

Ano 2017	Campos												
	Courts de Ténis	Futebol de 7	Futebol de 11	Futebol de 5	Polidesportivo	Futebol de Pequena Dimensão	Vólei	Piscina Grande	Piscina Pequena	Pista de Atletismo	Caixa de Areia	Ginásio	Salas Polivalentes
Arouca	2	10	10	7	18	19	2	3	4	2	3	2	4
Alvarenga			1		1		1		1				
Chave			1		1	2							
Escariz				1	4			1	1	1	1	1	2
Fermedo		1	2			4							
Mansores		1	1		2	1							
Moldes				1	1								
Rossas		1		1		2							
Santa Eulália		1		1	1	1							
São Miguel do Mato						2							
Tropeço		1				1							
União de Freguesias de Arouca e Burgo	2	1	2	2	5	3	1	2	2	1	1	1	2
União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra		2									1		
União de Freguesias de Canelas e Espiunca			3		1	3							
União de Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde		1		1									
Urrô		1			1								
Várzea					1								

* Foram incluídos campos polivalentes e pavilhões.
** Foram incluídos os campos das escolas primárias (já fechadas) e agrupamentos de escolas.
*** Considerou-se pista de atletismo como pista de salto em comprimento.

Fonte: Município de Arouca

Em 2017, o concelho de Arouca dispunha de 86 equipamentos, distribuídos ao longo das 16 freguesias, em contraponto com 54 em 2013 e 57 em 2011.

Relativamente à dispersão dos equipamentos pelo concelho, verifica-se que há uma grande concentração de equipamentos na União de Freguesia de Arouca e Burgo (29% contra 22% em 2012), seguindo-se as freguesias de Escariz (14%) e União de freguesias de Canelas e Espiunca (8%).

4.6. Áreas verdes urbanas

A existência de espaços verdes e de lazer no Concelho de Arouca é muito importante para o equilíbrio urbanístico, não só da sua vila, como também da restante área que a compõe.

Arouca é quase toda ela um espaço verde. No entanto, o alargamento das zonas urbanas requer que sejam criados novos espaços destinados à fruição pública ou requalificados e valorizados pequenos nichos de terreno.

Atualmente, no centro da vila de Arouca, podemos usufruir de dois jardins/parques municipais de maior dimensão (Jardim Municipal e Parque do Milénio) e diversos espaços de menor dimensão como é o caso do Jardim das Oliveiras, do Jardim da Granja, Jardim Novo de São Pedro e da zona envolvente ao Museu Municipal, entre outros. No entanto, cada vez mais se denota a necessidade por parte das populações da procura destes espaços para a prática de diversos desportos e como áreas de descanso e convívio.

Neste momento, está em fase de construção um novo espaço deste tipo: o Parque Urbano de Alhavaite - requalificação das margens do Rio Gondim.

O PDM de Arouca contempla duas áreas específicas destinadas à Estrutura Ecológica Urbana (EEU), que é constituída por áreas necessárias ao equilíbrio do sistema urbano, afetas designadamente a zonas verdes, de lazer e recreio, designadamente a sede do concelho (Vila de Arouca) e a nova centralidade da zona poente do concelho, no lugar do Coruto-Escariz.

Para ambas as zonas foram desenvolvidos projetos de requalificação e expansão urbana que trataram e incorporaram a EEU, designadamente do ponto de vista do tratamento dos espaços verdes enquanto espaços de fruição pública e de enquadramento paisagístico. No Coruto-Escariz está prestes a ser concluída a execução de um projeto de modos suaves.

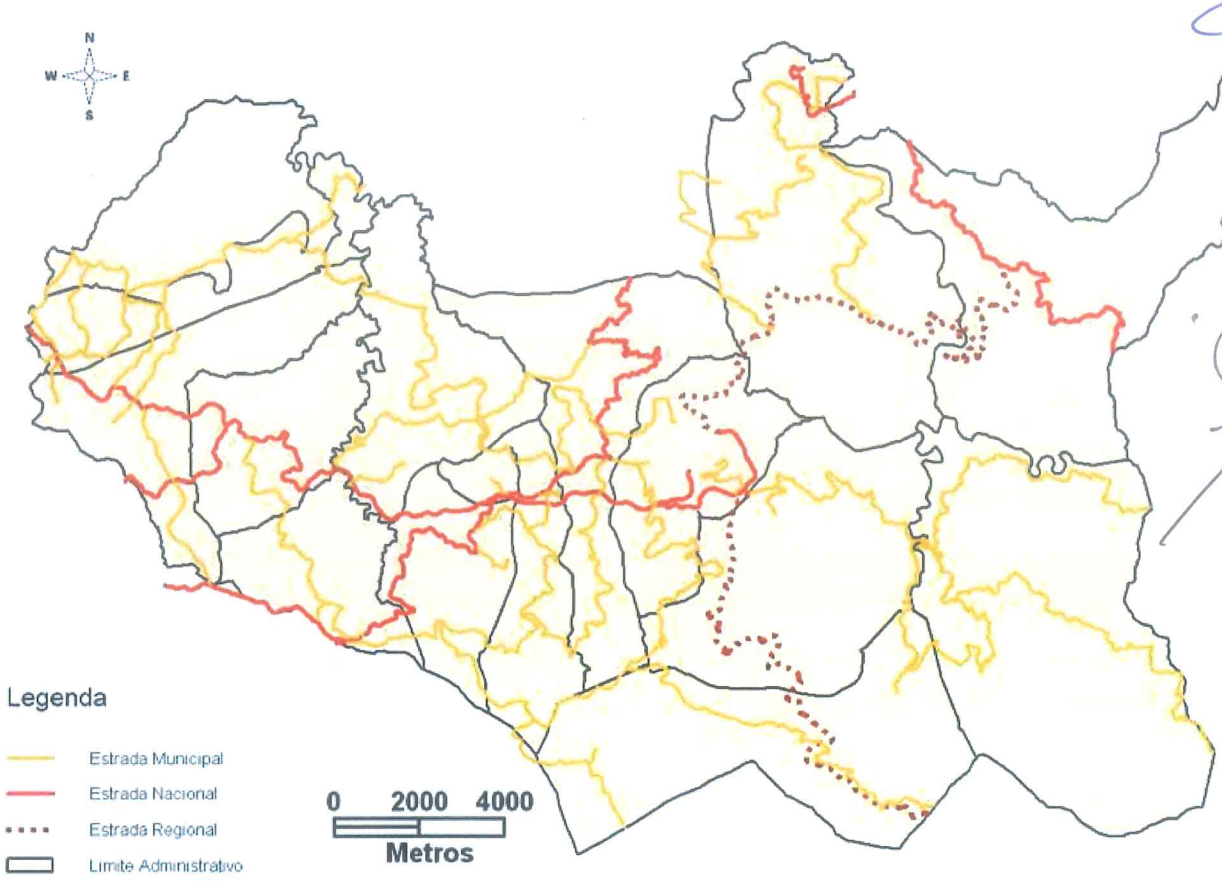
4.7. Rede viária, transportes e mobilidade

4.7.1. Rede rodoviária

A acessibilidade rodoviária ao concelho de Arouca assenta numa estrutura formada pela **N224**, que atravessa o território de norte a sul (e que, no Plano Rodoviário Nacional, corresponde ao IC35), pela **N327/N326**, principal eixo de penetração no concelho desde o litoral e pela **N225**, no nordeste do território de Arouca, ligando a Castelo de Paiva e Castro Daire/A24.

A rede municipal é muito extensa, dada a dimensão e configuração do território. Em 18 de outubro de 2011, foi apresentada e aprovada uma proposta de classificação da rede viária municipal que, para além das 20 estradas municipais classificadas pelo Decreto-lei nº 42 271 de 20 de maio de 1959, incluía a classificação de 17 novas estradas municipais, propostas pelos serviços municipais, tendo em conta as suas características, localização e importância no território do município de Arouca.

Figura 12 – Rede viária do concelho de Arouca



Fonte: Município de Arouca

4.7.2. Transportes públicos

No concelho de Arouca, no que respeita a transportes públicos regulares de passageiros, operam duas empresas: a Transdev e a Auto Viação Feirense.

Os percursos de e para outros municípios dizem respeito a S. João da Madeira, Santa Maria da Feira (Lourosa) e Castelo de Paiva. Existem também dois percursos internos, Arouca-Alvarenga e Arouca-Chão de Ave.

Como seria de esperar, a frequência das carreiras sofre fortes reduções aos fins-de-semana

Tabela 30 – Transportes públicos regulares no concelho de Arouca

Transportes Públicos Regulares			
Empresa	Origem / Destino	Dias	Nº horários
TRANSDEV	Arouca – São João da Madeira - São João da Madeira - Arouca	Úteis	14
		Sábados	5
		Domingos	4
	Arouca – Alvarenga - Alvarenga - Arouca	Horário Escolar	3
		Horário não Escolar	2
	Arouca – Chão de Ave - Chão de Ave - Arouca	Horário Escolar	10
		Úteis	6
		Sábado	2

Transportes Públicos Regulares			
Empresa	Origem / Destino	Dias	Nº horários
	Arouca – Sabrosa de Paiva - Sabrosa de Paiva - Arouca	Úteis	1
Auto Viação Feirense	Arouca – São João da Madeira - São João da Madeira - Arouca	Úteis	1
	Arouca – Lourosa - Lourosa - Arouca	Úteis	4
		Sábados	3
		Domingos	3

Fonte: Município de Arouca

4.7.3. Transportes escolares

No que respeita aos transportes escolares no concelho de Arouca existem 2 tipos de circuitos: os circuitos especiais e os circuitos de carreira pública.

Quanto aos circuitos especiais, existem 34 percursos, num total de 541,4km, sendo transportados 275 alunos diariamente. Cada percurso tem em média 15,92km transportando, também em média, 8 alunos.

Dos 34 percursos especiais, 26 destinam-se ao transporte de crianças do Ensino Básico do 1º Ciclo e 8 destinam-se a alunos da EB2/3 e/ou Secundário.

5. Atividades

5.1. Estrutura do emprego

Analisando a população empregada por setores de atividade, no âmbito do EDV, constatamos que o concelho de Arouca é o que, em 2001, apresentava a **maior percentagem de população empregada no setor primário** (11,7%), mantendo esse lugar em 2011, mas com menor representatividade (6,6%). São João da Madeira é o município que em 2001 e 2011 apresenta a menor população empregada no setor primários com 0,5% e 0,2%, respetivamente.

Ainda no contexto do EDV, Arouca em 2001 era o concelho com **menor percentagem de população empregada no setor secundário** (51%), seguindo-se São João da Madeira com 53,6%. O concelho que mais população empregava no setor secundário, no EDV, era Oliveira de Azeméis (64,7%). Em 2011 o mesmo já não se verifica, São João da Madeira apresenta a menor percentagem de população empregada no setor secundário. No período intercensitário, todos os municípios do EDV apresentaram uma redução da população empregada.

A **população empregada no setor terciário**, no município de Arouca, em 2011, corresponde a 47,7%, sendo ultrapassada pelo concelho de São João da Madeira (54,8%) e Santa Maria da Feira (52,9%). Fragmentando o setor terciário nas vertentes social e económica, em todos os concelhos o peso do setor terciário económico é superior.

Tabela 31 - População empregada, por local de residência (à data do Censos 2001) e setor de atividade económica

Local de residência (à data do Censos 2001)	População empregada, por local de residência (à data do Censos 2001) e setor de atividade económica								
	Total	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário (social)		Setor terciário (económico)	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Arouca	10.136	1.189	11,7	5.169	51,0	1.621	16,0	2.157	21,3
SM Feira	67.424	892	1,3	41.829	62,0	8.532	12,7	16.171	24,0
Oliveira de Azeméis	35.458	716	2,0	22.941	64,7	4.225	11,9	7.576	21,4
SJ Madeira	10.913	56	0,5	5.853	53,6	1.921	17,6	3.083	28,3
Vale de Cambra	11.040	643	5,8	6.425	58,2	1.627	14,7	2.345	21,2
EDV	134.971	3.496	2,6	82.217	60,9	17.926	13,3	31.332	23,2
AMP	730.500	*13.338*	1,8	292.121	40,0	164.630	22,5	260.411	35,6
Norte	1.656.103	78.726	4,8	758.079	45,8	338.759	20,5	480.539	29,0

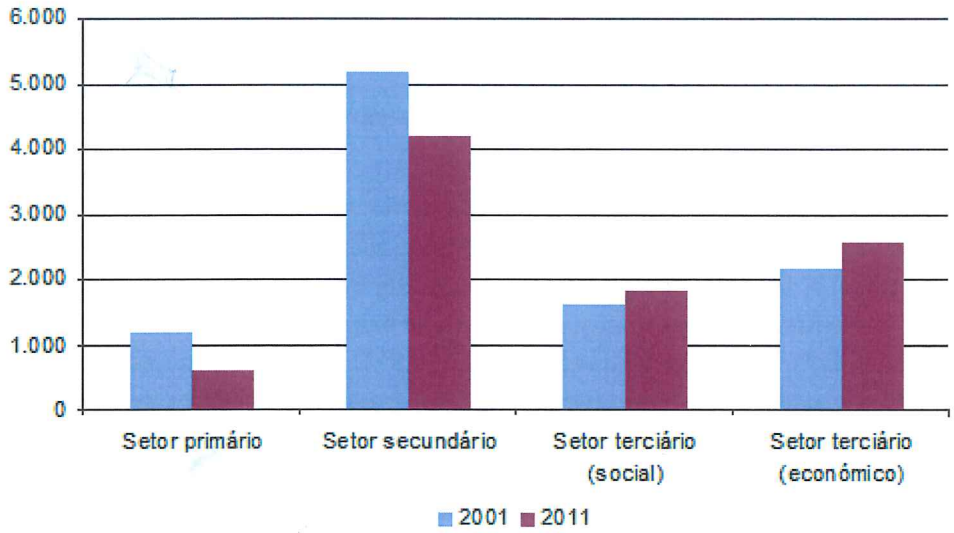
Fonte: INE

Tabela 32 - População empregada, por local de residência (à data do Censos 2011) e setor de atividade económica

Local de residência (à data do Censos 2011)	População empregada, por local de residência (à data do Censos 2011) e setor de atividade económica								
	Total	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário (social)		Setor terciário (económico)	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Arouca	9.146	603	6,6	4.181	45,7	1.799	19,7	2.563	28,0
SM Feira	59.761	436	0,7	27.689	46,3	11.772	19,7	19.864	33,2
Oliveira de Azeméis	31.522	380	1,2	17.775	56,4	4.987	15,8	8.380	26,6
SJ Madeira	9.940	20	0,2	4.478	45,1	2.047	20,6	3.395	34,2
Vale de Cambra	9.600	196	2,0	5.132	53,5	1.798	18,7	2.474	25,8
EDV	119.969	1.635	1,4	59.255	49,4	22.403	18,7	36.676	30,6
AMP	652.159	8.601	1,3	186.596	28,6	174.196	26,7	282.766	43,4
Norte	1.501.883	43.023	2,9	533.848	35,5	379.768	25,3	545.244	36,3

Fonte: INE

Gráfico 9 – População empregada por setor no concelho de Arouca, 2001 e 2011



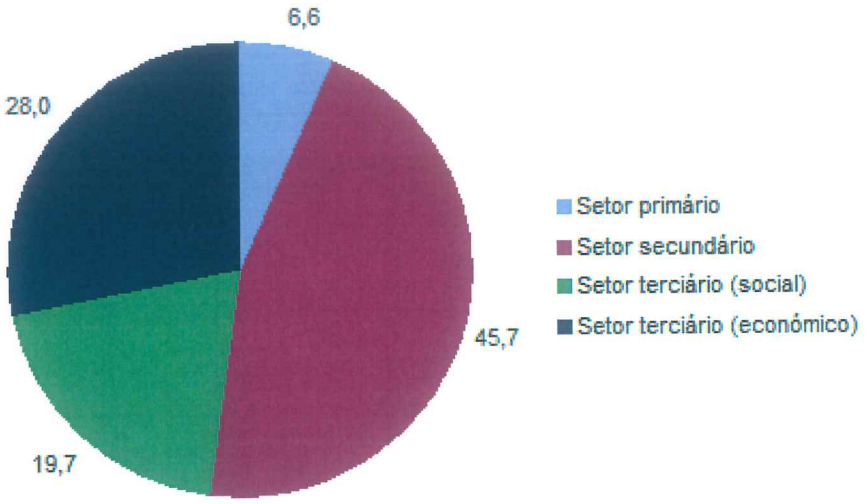
Fonte: INE

Tabela 33 - População empregada, por local de residência e setor de atividade económica no concelho de Arouca, 2001 e 2011

Arouca	População empregada, por local de residência e setor de actividade económica								
	Total	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário (social)		Setor terciário (económico)	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2001	10.136	1.189	11,7	5.169	51,0	1.621	16,0	2.157	21,3
2011	9.146	603	6,6	4.181	45,7	1.799	19,7	2.563	28,0

Fonte: INE

Gráfico 10 – População empregada no concelho de Arouca, por setor de atividade, em 2011



Fonte: INE

Analisando a distribuição da população empregada, no município de Arouca, por setor de atividade, no período intercensitário de 2001 e 2011, verifica-se que no geral a população empregada diminuiu, passando de 10136 em 2001 para 9146 em 2011. Analisando por setores, o setor primário registou uma redução, passando de 11,7% em 2001, para 6,6% em 2011, assim como o setor secundário que passou de 51% para 45,7% de 2001 para 2011. O Setor terciário foi o único que ganhou população empregada, no âmbito social (em 2001 era de 16% e em 2011 de 19,7%), mas sobretudo no económico (passou de 21,3% em 2001 e 28% em 2011).

Ao nível das freguesias do município de Arouca, relativamente ao setor primário, as freguesias de Rossas (2,93%) e a União de freguesias de Arouca e Burgo (3,18%), são as que têm menor percentagem de população empregada, neste setor. A União de freguesias de Covelo de Paivó e Janarde e a União de Cabreiros e Albergaria da Serra, com 30% e 25%, respetivamente, são as freguesias, com maior peso no setor primário. Quanto ao setor secundário, Alvarenga emprega apenas 30,77% da população neste setor, enquanto, São Miguel do Mato tem a maior percentagem (60,18%. No setor terciário, a União de freguesias de Arouca e Burgo ocupa o primeiro lugar com 61,76% da população da freguesia empregada neste setor.

5.2. Estrutura empresarial

Tabela 34 - Empresas por localização geográfica, 2011 a 2015

Local de residência	Empresas (Nº) por localização geográfica, anual					Var 2011/2015
	2011	2012	2013	2014	2015	
Arouca	2 102	2 060	2 207	2 381	2 515	19,6
Oliveira de Azeméis	6 974	6 802	6 873	7 023	7 198	3,2
Santa Maria da Feira	14 542	14 149	14 165	14 410	14 704	1,1
São João da Madeira	2 973	2 837	2 747	2 880	2 918	-1,8
Vale de Cambra	2 182	2 091	2 160	2 328	2 424	11,1
EDV	28 773	27 939	28 152	29 022	29 759	3,4
AMP	186 669	179 986	180 039	182 940	187 803	0,6
Norte	361 159	348 819	374 475	386 677	396 653	9,8

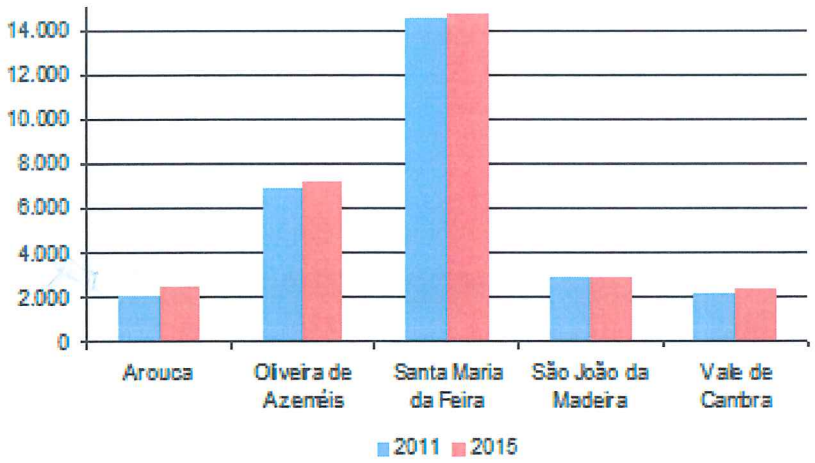
Fonte: INE

Tabela 35 - Empresas por localização geográfica e escalão de pessoal ao serviço, anual (Arouca)

Escalão de pessoal ao serviço	Empresas (Nº) por localização geográfica e escalão de pessoal ao serviço, anual (Arouca)				
	2011	2012	2013	2014	2015
Total	2102	2060	2207	2381	2515
Menos de 10 pessoas	1982	1940	2087	2254	2386
10 - 49 pessoas	110	108	112	113	117
50 - 249 pessoas	10	12	8	14	12
250 e mais pessoas	0	0	0	0	0

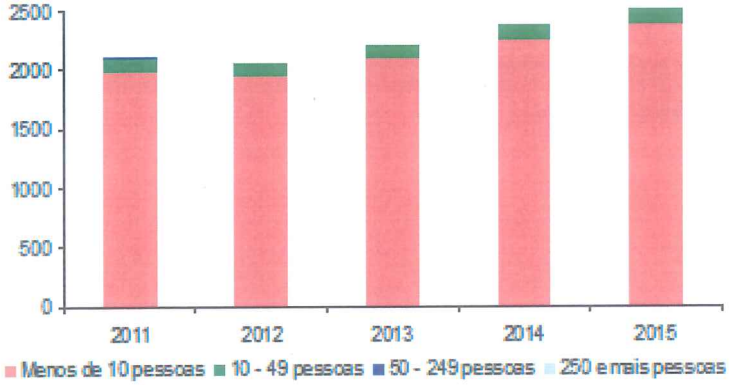
Fonte: INE

Gráfico 11 – Número de empresas, no EDV, em 2011 e 2015



Fonte: INE

Gráfico 12 – Número de empresas, segundo o escalão de pessoal ao serviço, 2011 a 2015, no concelho de Arouca



Fonte: INE

Relativamente às empresas no contexto do EDV, verifica-se que o número de empresas diminuiu em todos os municípios do EDV entre 2009 e 2012 (2013 no caso de S. João da Madeira), após o que se verifica uma clara inversão de tendência.

A variação 2011/2016 é de +3,4% para o conjunto do EDV, com diferenças muito acentuadas entre os vários concelhos, distinguindo-se dois grupos: o conjunto Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e S. João da Madeira, com variação moderadamente positiva (3,2% e 1,1% nos dois primeiros) ou ainda negativa (-1,8% no último); e o conjunto Vale da Cambra e Arouca, com variações muito intensas, em particular a de Arouca (11,1% e 19,6%, respetivamente).

Analisando o número de empresas por escalão de pessoal ao serviço, em 2011, é de notar o peso que mantém o escalão das empresas com menos de 10 pessoas ao serviço, na ordem dos 95% (microempresas), enquanto os restantes cerca de 5% correspondem a empresas com 10 a 249 pessoas ao serviço, continuando a não existir nenhuma empresa que com mais de 250 funcionários.

5.3. Agricultura, pecuária e floresta

5.3.1. Explorações

Tabela 36 – Número de explorações segundo a dimensão, 2009

Localização	Explorações (nº) 2009						
	Total	Sem SAU	< 1 ha	1 ha - < 5 ha	5 ha - < 20 ha	20 ha - < 50 ha	50 ha - <100 ha
Arouca	1.120	5	254	746	96	12	7
Oliveira de Azeméis	552	5	71	392	78	6	0
Santa Maria da Feira	540	1	46	450	40	3	0
São João da Madeira	8	0	0	0	0	0	0
Vale de Cambra	733	5	244	482	6	0	1
EDV	2.945	16	610	2.070	221	21	8
AMP	6.465		1.338	3.975	1.009	131	12
Norte	110.841	263	16.570	67.652	22.466	3.227	594

Fonte: INE

Tabela 37 – Evolução do número de explorações e respetiva área total (ha) 1989, 1999 e 2009

Ano	Nº de Explorações	Área Total (ha)	Área média/ exploração (ha)
1989	2.565	11.148	4,3
1999	1.688	10.057	6,0
2009	1.120	6.795	6,1

Fonte: INE

A estrutura fundiária do concelho de Arouca caracteriza-se por explorações de pequena dimensão. O quadro anterior mostra, que, de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, o número de explorações agrícolas no concelho de Arouca tem vindo a diminuir ao longo dos últimos 20 anos. No entanto, desde 1989, a área média das explorações existentes tem aumentado, atingindo em 2009 os 6,10ha por exploração.

Em 2009 existiam 1 115 explorações que ocupam cerca de 20% da área do concelho, verificando-se assim que, desde 1989, houve um decréscimo, na ordem dos 13%, da área afeta a estas explorações.

No que se refere à dimensão das explorações existentes, observa-se que das 1 120 explorações, 5 não possuem Superfície Agrícola Utilizada (SAU), 254 possuem uma área inferior a 1ha e 861 possuem área igual ou superior a 1ha. Relativamente à SAU, constate-se que 1 696ha integram-se em explorações com área superior a 50ha e 1 401ha em explorações entre 1ha e 5ha.

A agricultura de subsistência continua a ser uma das realidades do Concelho, sendo praticada pelos membros da família. Segundo os dados do INE, em 2009 trabalhavam neste setor agrícola 1 845 pessoas, sendo que apenas 65 pessoas seriam contratadas (25 de forma permanente e 33 como trabalhadores temporários).

As mulheres representam neste setor cerca de 54% dos trabalhadores e cerca de 57% apresentam idade superior a 55 anos, o que indica que são principalmente os mais velhos que se dedicam à atividade.

Apesar de no período compreendido entre 1999 e 2009 se verificar um aumento significativo da superfície de cultivo (aumentou de 4 027ha para 4 456ha), as área das culturas permanentes e das terras aráveis tiveram uma redução bastante significativa, 48% e 30% respetivamente, em detrimento das áreas de prados e pastagens permanentes, as quais aumentaram em mais de 45%.

5.3.2. Mobilização de solos

A alínea a) do n.º 1, do Artigo 1º, do Decreto-lei n.º 139/89, de 28 de abril refere que carecem de licença das Câmaras Municipais as "ações de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas".

AROUCA

Tabela 38 - N.º de Pedidos de Licença para Mobilizações de solo, 2011 a 2017, e por freguesia do concelho de Arouca

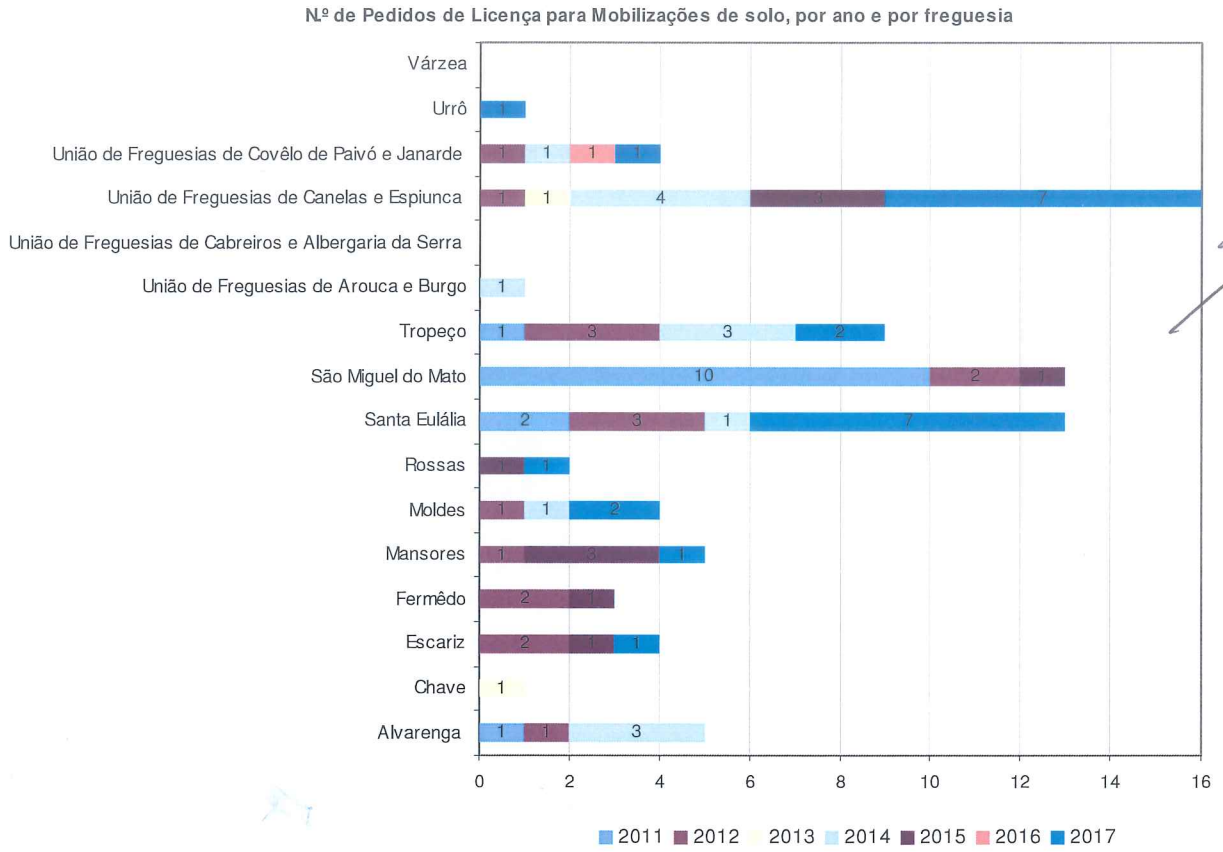
Freguesia	N.º de Pedidos de Licença para Mobilizações de solo, por ano e por freguesia															
	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		TOTAL	
	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)
Alvarenga	1	15,43	1	25,00			3	73,05							5	113,48
Chave					1	1,9									1	1,90
Escariz			2	0,91					1	1,23			1	101,76	4	103,90
Fermedo			2	6,74					1	1,30					3	8,04
Mansores			1	7,52					3	28,22			1	0,39	5	36,13
Moldes			1	3,75			1	7,90					2	15,35	4	27,00
Rossas									1	2,15			1	0,48	2	2,63
Santa Eulália	2	8,87	3	10,17			1	14,40					7	39,63	13	73,07
São Miguel do Mato	10	25,79	2	39,00					1	1,41					13	66,20
Tropeço	1	24,68	3	15,98			3	19,38					2	17,28	9	77,32
União de Freguesias de Arouca e Burgo							1	3,12							1	3,12
União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra															0	0,00
União de Freguesias de Canelas e Espiunca			1	6,00	1	0,71	4	196,24	3	37,46			7	101,38	16	341,08
União de Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde			1	3,27			1	11,57			1	17,41	1	30,00	4	62,25
Urrô													1	0,42	1	0,42
Várzea															0	0,00
TOTAL															81	916,54

Fonte: Município de Arouca

Pela análise da tabela anterior verifica-se que, desde 2011, entraram nos serviços da Câmara Municipal de Arouca, 81 pedidos de licença para mobilização do solo, ao abrigo desse mesmo diploma. As freguesias de S. Miguel do Mato, Santa Eulália, Tropeço e União de Freguesias de Canelas e Espiunca foram as que apresentaram maior número de solicitações, com 13,13, 9 e 16, respetivamente, representando cerca de 63% dos pedidos.

No que se refere à área abrangida, verifica-se que a União de Freguesias de Canelas e Espiunca (341 ha) e as freguesias de Alvarenga (113,5 ha) e Escariz (104 ha) apresentam os valores mais elevados (no conjunto, 60% da área total).

Gráfico 13 – Número de pedidos de licença para mobilizações de solo, 2011 a 2017, por freguesia



Fonte: Município de Arouca

5.4. Alojamento turístico

Tabela 39 – Unidades de alojamento e respetiva capacidade de alojamento, 2012 e 2017, no concelho de Arouca

	2012		2017	
	Unidades	Quartos	Unidades	Quartos
Hotel e Hotel Rural	2	66	2	66
Agroturismo e Turismo de Habitação	1	3	3	20
Alojamento Local e TER	11	54	41	119
Total	14	123	46	205
Parque Campismo	1	350	1	350

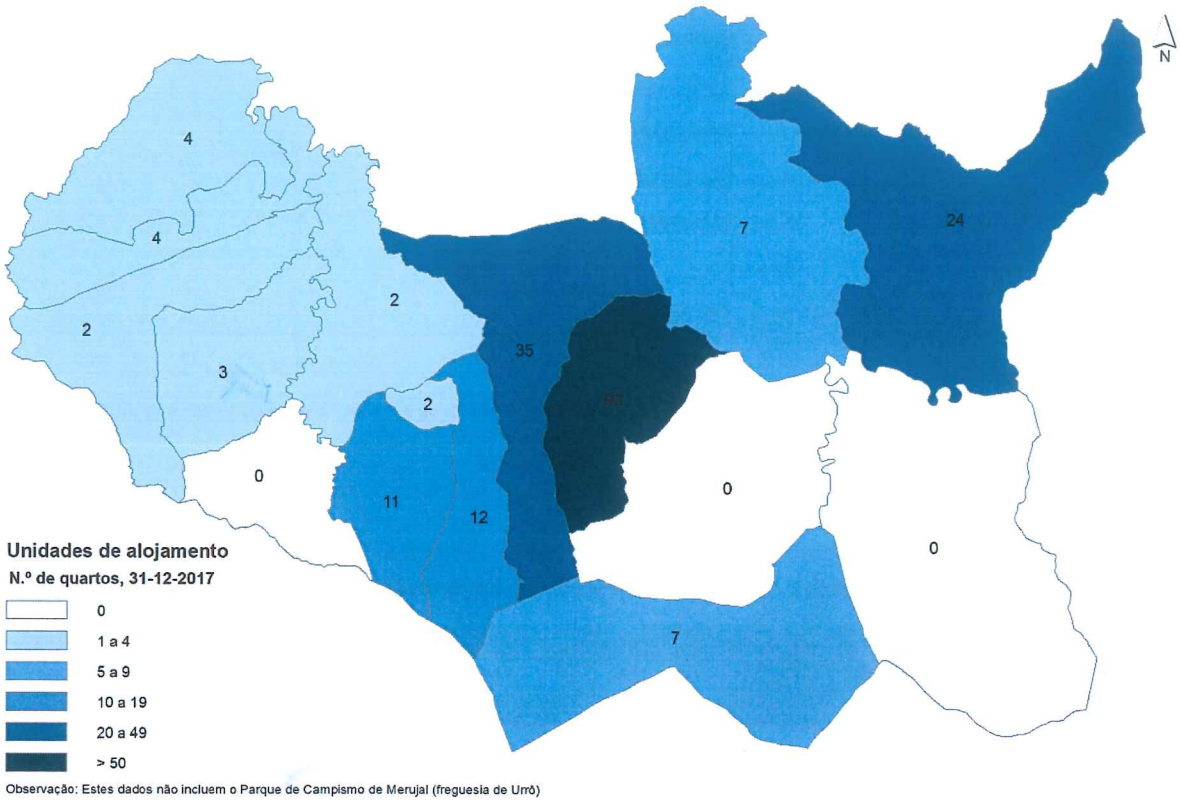
Fontes: Município de Arouca/Geopark Arouca e Registo Nacional do Alojamento Local - Turismo de Portugal, IP.

Tabela 40 – Unidades de alojamento e respetiva capacidade de alojamento, 2017, por freguesia

	AL e TER		Hotel e H. Rural		Agrot. e T. Habit.		Parque Campismo	
	Unidades	Quartos	Unidades	Quartos	Unidades	Quartos	Unidades	Capacidade
Alvarenga	7	24						
Arouca e Burgo	16	42	1	50				
Cabreiros e Albergaria da Serra	3	7						
Canelas e Espiunca	2	7						
Escariz	1	2						
Fermedo	1	4						
Mansores	1	3						
Rossas	3	11						
Santa Eulália	1	3	1	16	2	16		
S. Miguel do Mato	1	4						
Tropeço	1	2						
Urrô	3	8			1	4	1	350
Várzea	1	2						
Total	41	119	2	66	3	20	1	350

Fontes: Município de Arouca/Geopark Arouca e Registo Nacional do Alojamento Local - Turismo de Portugal, IP.

Figura 13 – Distribuição das unidades de alojamento por freguesia do concelho de Arouca, 2017



Fontes: Município de Arouca/Geopark Arouca e Registo Nacional do Alojamento Local - Turismo de Portugal, IP.

A oferta de alojamento turístico cresceu de forma muito expressiva nos últimos anos. Se, em 2012, estavam registadas 14 unidades de alojamento, em diversas tipologias, com uma capacidade de 133 quartos, e ainda um parque de campismo com capacidade para 350 pessoas, no final de 2017 existiam já 46 unidades (+ 228%), com um total de 205 quartos (+54%), para além do parque de campismo de Merujal.

O crescimento deu-se, sobretudo, no segmento do alojamento local: dos 119 quartos abertos ao público até final de 2017, 110 (mais de 92%) abriram nos anos de 2016 e 2017. O ano em curso confirma esta tendência, pois até final de maio de 2018 tinham aberto mais 8 unidades de AL, com 23 quartos (dados do Registo Nacional do Alojamento Local - Turismo de Portugal, IP).

Um aspeto importante deste modelo de crescimento, baseado em pequenas unidades, é a distribuição territorial da oferta, que é atualmente mais desconcentrada. Em 2012 a oferta concentrava-se em 6 freguesias, enquanto em 2017 há 13 freguesias com algum tipo de unidade de alojamento, excetuando-se apenas Covelo de Paivó e Janarde, Chave e Moldes (e, neste caso, regista-se já a abertura de uma unidade de AL, com 3 quartos, em 2018).

5.5. Indústria

5.5.1. Dinâmicas de instalação

Tabela 41 - Instalação de estabelecimentos industriais

Instalação de Estabelecimentos Industriais							
Tipo	Freguesia	Zona industrial	Data	Regime	Procedimento	Entidade coordenadora	Função
2	Chave	Farrapa	27-09-2011	REAI	Dec. Prévia	DGE	Fabrico de artefactos de cimento
3	Urrô		06-12-2011	REAI	Registo	CMA	Fabrico de bolos, doçaria e confeitos
2	Escariz		06-04-2012	REAI	Dec. Prévia	DGE	Indústria de passamanarias
3	Chave		25-07-2012	REAI	Registo	CMA	Fabrico de bolos, doçaria e confeitos
2	Mansores	Mata	21-11-2012	REAI	Dec. Prévia	DGE	Serração de madeiras
3	Alvarenga		08-03-2013	REAI	Registo	CMA	Fabrico de licores
3	Chave		18-06-2013	SIR	MCP	CMA	Fabrico de peças em aço inox
3	Arouca		25-10-2013	SIR	MCP	CMA	Fabrico de bolos, doçaria e confeitos
3	Canelas		25-11-2013	SIR	MCP	CMA	Fabrico de bolos, doçaria e confeitos
3	Arouca		12-02-2014	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Arouca		28-03-2014	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Arouca		05-12-2014	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Arouca	Mata	21-12-2014	SIR	MCP	CMA	Indústria do calçado
3	Arouca	Mata	21-12-2014	SIR	MCP	CMA	Indústria do calçado
3	Várzea		29-01-2015	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Rossas		25-02-2015	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar - Vinhos espumantes
3	Arouca		02-03-2015	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Alvarenga		15-04-2015	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar - Destilaria
3	Arouca		15-06-2015	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Mansores		13-08-2015	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar - Destilaria
3	Canelas		14-09-2015	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar - Fumeiro
3	Arouca		17-09-2015	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
2	Mansores	Mata	10-12-2015	SIR	MCP	IAPMEI	Indústria Metalomecânica
3	Arouca	S.- Domingos	28-12-2015	SIR	MCP	CMA	Indústria do calçado

Instalação de Estabelecimentos Industriais							
Tipo	Freguesia	Zona industrial	Data	Regime	Procedimento	Entidade coordenadora	Função
3	Arouca		23-02-2016	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Arouca		10-03-2016	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Arouca		08-04-2016	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Chave		09-05-2016	SIR	MCP	CMA	Indústria de produção de candeeiros
3	Moldes		20-05-2016	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar - Destilaria
3	Escariz		20-06-2016	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Escariz	Parque Negócios?	12-09-2016	SIR	MCP	CMA	Indústria Metalomecânica
3	Urrô		28-10-2016	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar - Destilaria
3	Rossas		27-12-2016	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Rossas		24-06-2017	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Sta. Eulália		21-07-2017	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar - Fumeiro
3	Mansores		31-08-2017	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar
3	Arouca		27-10-2017	SIR	MCP	CMA	Indústria Alimentar

Fonte: Município de Arouca

No que diz respeito à instalação de estabelecimentos industriais no município de Arouca, entre 2011 e 2013 registou-se o aparecimento de 9 novas indústrias, distribuídas por várias freguesias, com destaque para a freguesia de Chave que recebeu o maior número (3 novas indústrias). Quanto ao tipo, 66,7% destas indústrias são de Tipo 3 e localizam-se fora das zonas industriais (77,8%). No que respeita às funções exercidas nestes estabelecimentos industriais, destaca-se o fabrico de bolos, doçaria e confeitos (44,4%).

Já no período de 2014 até 2017 (outubro), verifica-se uma flagrante intensificação desta dinâmica, com o aparecimento de 28 novos estabelecimentos, agora com claro predomínio da freguesia da Sede do Concelho como local de instalação (13). Quanto ao tipo, só uma não é de Tipo 3; e quanto à atividade, domina claramente a indústria alimentar (22). Das 6 restantes, 5 instalaram-se em zonas industriais.

Tabela 42 - Processos de licenciamento / comunicação prévia para indústria

Processos de licenciamento / com. prévia para indústria							
Tipo	Freguesia	Zona industrial	Data	Regime	Procedimento	Entidade coordenadora	Função
	Mansores	Mata	28-07-2011		Licença	CMA	Serração de madeiras
	Mansores		18-04-2011		Licença	CMA	Reciclagem, transformação de biomassa
	Urrô		19-05-2011		Licença	CMA	Produtos metálicos
	Mansores	Mata	27-05-2011		CP	CMA	Loiça metálica e utilidades para o lar
	Arouca	Mata	15-05-2012		CP	CMA	Calçado
	Arouca	Mata	04-04-2012		CP	CMA	Carpintaria
	Arouca	Mata	15-06-2012		CP	CMA	Calçado
	Arouca	Mata	08-03-2013		CP	CMA	Calçado
3	Arouca	S.- Domingos	16-04-2013	SIR	CP	CMA	Indústria
	S.M.Mato		26-04-2013		Licença	CMA	Transformação de couro
3	Arouca	Mata	02-07-2014	SIR	CP	CMA	Indústria
3	Chave	Farrapa	24-02-2014	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	S.M.Mato	Cruzes	24-06-2013	SIR	Licença	CMA	Indústria de Calçado (Oficina Artesanal)
3	Mansores	Casal	16-04-2013	SIR	Licença	CMA	Indústria de Serração de Madeiras
3	Mansores	Mata	31-07-2014	SIR	CP	CMA	Indústria

Processos de licenciamento / com. prévia para indústria							
Tipo	Freguesia	Zona industrial	Data	Regime	Procedimento	Entidade coordenadora	Função
3	Sta. Eulália	Casinha	06-03-2015	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Tropeço	Ribeira	31-07-2015	SIR	Licença	CMA	Indústria de Serração de Madeiras
3	Mansores	Mata	04-10-2015	SIR	CP	CMA	Indústria
3	Mansores	Mata	21-10-2015	SIR	CP	CMA	Indústria
3	Mansores	Mata	21-10-2015	SIR	CP	CMA	Indústria
3	Escariz	Coruto	03-11-2015	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Escariz	Coruto	03-11-2015	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Escariz	Coruto	03-11-2015	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Escariz	Coruto	06-01-2016	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Arouca	Mata	15-03-2016	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Escariz	Nabais	15-03-2016	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Escariz	Caçus	28-04-2016	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Arouca	S.- Domingos	28-04-2016	SIR	CP	CMA	Indústria
3	Escariz	Coruto	17-05-2016	SIR	Licença	CMA	Indústria de fabricação de calçado
3	Escariz	P.Negócios	05-08-2016	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Escariz	Coruto	06-09-2016	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Escariz	Coruto	15-12-2016	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Chave	Espinheiro	15-12-2016	SIR	Licença	CMA	Indústria
3	Chave	Farrapa	10-08-2017	SIR	Licença	CMA	Indústria

Fonte: Município de Arouca

Desde 2011 até 2013, entraram nos serviços da Camara Municipal de Arouca, 9 processos de licenciamento/comunicação prévia para indústrias, maioritariamente instaladas em zonas industriais – zona industrial da Mata – Arouca (44,4%) e zona industrial da Mata – Mansores (33,3%). Evidenciam-se as indústrias relacionadas com o setor do calçado, representando 33,3% do total.

De 2014 até 2017 (agosto), os processos desta natureza apreciados foram 24, dos quais 17 relativos a estabelecimentos a instalar em zonas industriais (7 no Coruto, 4 na Mata-Mansores, 2 na Mata-Arouca, 2 na Farrapa, 1 em S. Domingos e 1 no Parque de Negócios-Escariz).

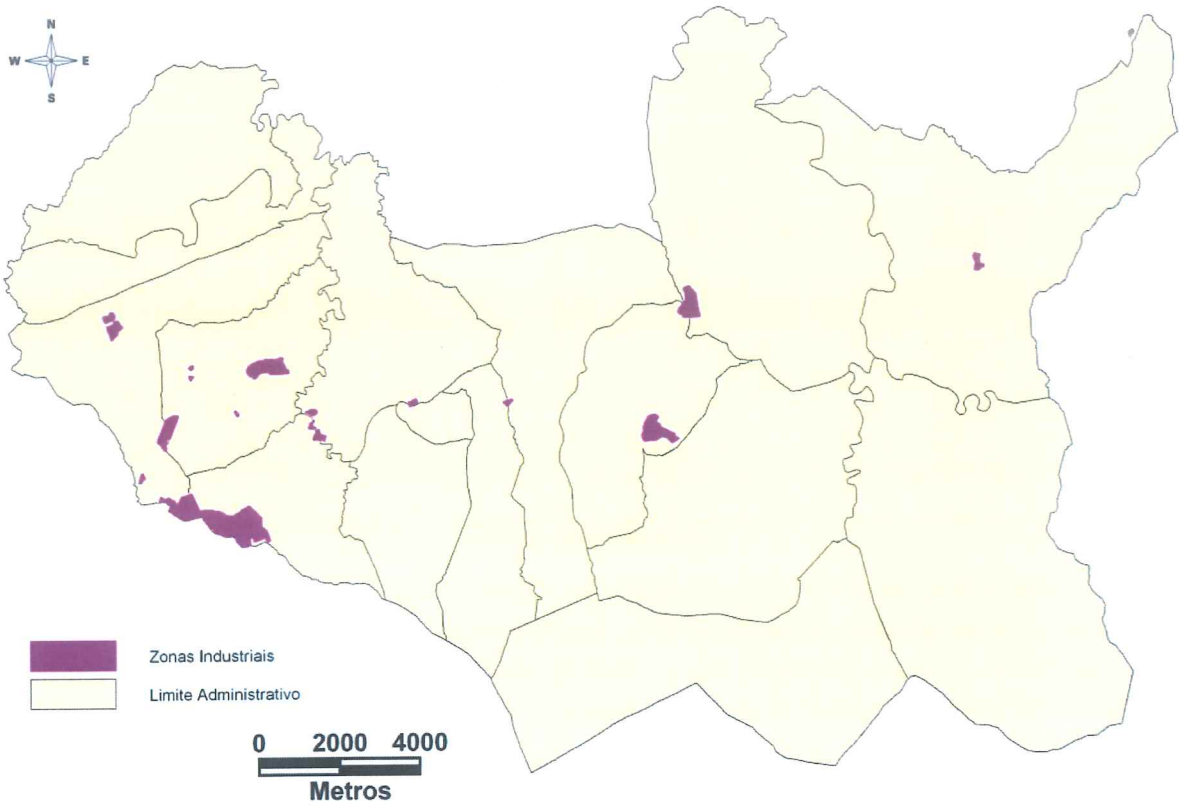
5.5.2. Áreas de acolhimento empresarial

O primeiro PDM (1995) de Arouca definiu, na altura, as principais localizações dos espaços destinados a indústria em todo o município. Tal definição, bem como a progressiva infraestruturação desses espaços de modo planeado, permitiu a relocalização de industriais antigas e o aparecimento de novas, nesses locais, promovendo assim o desenvolvimento e crescimento económico do concelho de Arouca. A 1ª revisão do PDM, 2009, consagra as zonas industriais já previstas em plano (parte delas já infraestruturadas) sendo que em alguns casos prevê o sua ampliação, facto que se justifica quer pela sua dinâmica de crescimento nos últimos anos, onde a disponibilidade de lotes era muito limitada ou mesmo inexistente, como pela localização estratégica de algumas zonas industriais, como é o caso da Zona industrial de São Domingos e da Zona Industrial da Farrapa-Rossio.

Existem atualmente diversos espaços industriais no concelho que se concentram sobretudo na zona ocidental, devido à maior vocação para a atividade industrial (melhores acessibilidades, maior proximidade do litoral, entre outros), conforme referido anteriormente.

O PDM de Arouca contempla "apenas dois tipos de espaços específicos para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas: os espaços industriais e empresariais, destinados a um uso predominante de indústria e armazenagem, e os espaços para indústrias extrativas". No entanto, tendo em conta o modelo de desenvolvimento de Arouca, o qual "assenta na diversidade das atividades económicas e na valorização dos recursos territoriais" é possível, em todas as categorias de espaço, acolher atividades económicas.

Figura 14 – Zonas industriais do concelho de Arouca



Fonte: Município de Arouca

5.6. Edificação

5.6.1. Distribuição espacial e evolução

Em 2011, no contexto do EDV, Arouca é o terceiro concelho com mais edifícios (10.089), depois de Santa Maria da Feira (43.611) e São João da Madeira (22.638).

Analisando o número de edifícios, por concelho do EDV, em 2001 e 2011 (datas dos censos) e ainda 2016 (de acordo com o Anuário Estatístico), verifica-se que em todos, o número tem aumentado, embora com dinâmicas diferentes de município para município. Neste período, Vale de Cambra foi o município que registou o maior aumento, com 15,45%, seguido de Arouca, com uma variação de 14,77%. São João da Madeira foi o Município que registou a menor variação (6,48%).

Relativamente à análise por freguesia, no município de Arouca, em 2011, as freguesias que apresentam um maior número de edifícios são a União de Freguesias de Arouca e Burgo (1915 edifícios), Santa Eulália (911) e Escariz (879).

As freguesias que registam o menor número de edifícios são a União de freguesias de Covelo de Paivó e Janarde e a União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra, com 158 e 173, respetivamente.

Analisando a variação do número de edifícios, por freguesia, em Arouca, no período intercensitário 2001-2011, verifica-se que todas as freguesias registaram um aumento do número de edifícios, contudo, as freguesias de Moldes, com uma variação de 34,17% (175 edifícios) e Rossas, com 30,81%, foram as que registaram o maior aumento. Contrariamente as freguesias de Alvarenga e Tropeço registaram as menores variações, com 1,33% e 0,97%, respetivamente.

5.6.2. Dinâmicas edificatórias

Mês	Alvarás de licença					Licença de Utilização					Comunicação Prévia				
	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017
Janeiro	16	13	8	8	15		9	5	9	9	2	3	5	1	
Fevereiro	9	12	10	5	16		12	2	7	10		3			1
Março	9	9	13	11	17		6	5	16	10			2	4	
Abril	19	8	11	9	12		7	5	13	9	1		2	1	
Maio	13	7	11	21	17		5	9	8	17	3		2		
Junho	12	14	12	16	18		5	10	5	10	2	1	1	1	
Julho	10	6	10	10	7		9	5	4	9		2			
Agosto	4	20	11	7	12		3	15	11	12		1	1		
Setembro	17	11	7	11	11		7	4	7	15	2	4	1		
Outubro	7	18	8	15	24		14	5	10	5	2	1	1		
Novembro	3	7	8	11	13		6	4	6	15		3			
Dezembro	18	7	14	14	19	9	13	9	8	8	4	4	1		

Fonte: Município de Arouca

Relativamente à dinâmica de obras particulares, o conjunto de licenças de obras e comunicações prévias não rejeitadas apresenta um quantitativo anual bastante estabilizado entre 2011 e 2016: uma média global de 146,5 com desvios máximos de -10,5 (em 2011) e +7,5 (em 2014), ou seja, variações entre 93% e 105%.

Já quanto ao ano de 2017, verifica-se um incremento significativo (+ 24%) relativamente à média dos anos anteriores. O concomitante crescimento do número de autorizações de utilização dos edifícios parece apontar para alguma sustentabilidade desta tendência recente.

6. Gestão de riscos e controlo ambiental

6.1. Fogos Florestais

6.1.1. Áreas florestais ardidas

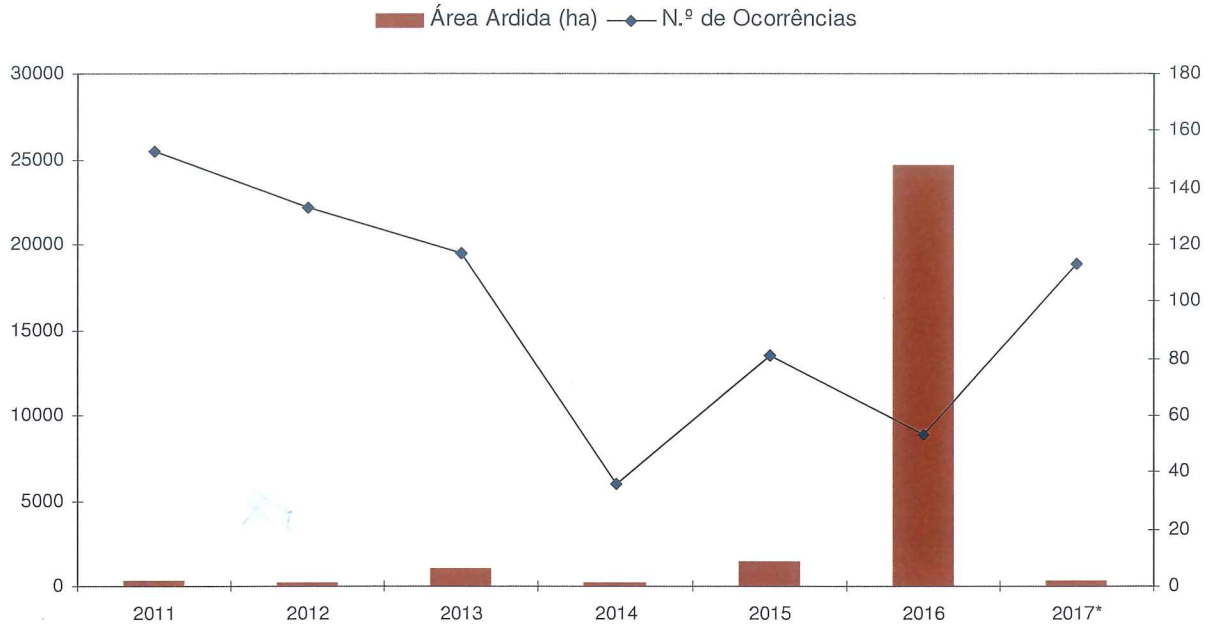
Tabela 43 – Evolução da área ardida e número de ocorrências, 2011-2017, no concelho de Arouca

Área ardida		
Ano	Área Ardida (ha)	N.º de Ocorrências
2011	340	153
2012	223,35	133
2013	1042	117
2014	167,5	36
2015	1392,25	81
2016	24627,88	53
2017*	352,46	113

* dados provisórios

Fonte: Município de Arouca

Gráfico 14 – Evolução da área ardida e número de ocorrências, 2011-2017, no concelho de Arouca



Fonte: Município de Arouca

Pela análise da tabela e do gráfico, é possível constatar que o número de ocorrências, assim como a área total ardida, apresentam uma significativa variação anual, sendo de destacar a baixa correlação entre as duas variáveis.

O número médio de ocorrências anuais tem apresentado uma tendência global de diminuição (ponto mínimo em 2014, com 36 ocorrências), contrariada nos últimos três anos mas com valores ainda assim inferiores aos verificados até 2013.

Quanto à área ardida, a sua dimensão tem sido puco expressiva, exceção feita ao ano de 2016, que aparece como um ano de características excecionais: a um número muito baixo de ocorrências (53, o segundo melhor valor, a seguir às 36 de 2014) correspondeu uma enorme extensão de área ardida (mais de 24600 ha).

6.1.2. Abertura de vias florestais

A rede viária tem grande importância tanto na prevenção como no combate a incêndios florestais. Arouca possui uma elevada densidade de rede viária florestal. Assim, torna-se primordial intervencioná-la para que esta se mantenha operacional e cumpra a sua função.

Tabela 44 - Abertura e beneficiação de caminhos florestais, em Arouca, 2011 a 2017

Abertura e beneficiação de caminhos florestais, em Arouca, por ano		
Ano	**Beneficiação (Km)**	**Abertura (Km)**
2011	35,4	1,6
2012	0	0
2013	11	0
2014	17,6	3
2015	0	0
2016	11,5	2,85
2017	8,25	0

Fonte: Município de Arouca

Quer as ações de abertura de novas vias florestais, quer as de beneficiação das existentes distribuem-se, em termos de extensão, algo irregularmente ao longo do tempo. Nos anos mais recentes, verifica-se uma maior incidência nos caminhos beneficiados em detrimento da abertura de novas vias florestais, sendo que nos últimos dois anos foram beneficiados cerca de 20 km de vias existentes e abertos quase 3 km.

6.1.3. Ações de limpeza de vegetação

De acordo com o Artigo 15º, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a nova redação dada pela Lei nº 76/2017, de 17 de agosto, é obrigatória a limpeza de faixas de proteção em redor da rede viária, das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica de muito alta tensão, alta tensão e média tensão, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outras edificações e aglomerados populacionais.

O mesmo artigo refere que em caso de incumprimento "a câmara municipal notifica as entidades responsáveis pelos trabalhos."

Tabela 45 - N.º de Pedidos de notificação para limpeza de mato, em Arouca, 2011 a 2017

Limpeza da Vegetação								
N.º de Pedidos de notificação para limpeza de mato, em Arouca, por ano								
Pedidos de Notificação (Tipo)	**Ano**							**TOTAL**
	2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	
Notificações ao abrigo do D.L 124/2006 de 28 de Junho, com a nova redação dada pelo D.L. 14/2009 de 14 de Janeiro	25	21	12	27	16	**14**	52	167
Silvados	5	11	8	0	2	**3**	6	35

Fonte: Município de Arouca

Até 2016, a média anual global dos processos que se enquadram na referida norma legal tratados na Câmara Municipal de Arouca foi de 19.

Já em 2017, e ainda com dados que não se referem ao ano completo, destaca-se o elevado número relativo (52), que supera claramente o melhor registo conhecido (2009, com 35 processos). Certamente, a tal não foi alheio o alarme suscitado pelos grandes incêndios de 2016 no concelho.

O número de notificações para limpeza de silvados (que havia sido de 15 no triénio de 2018-2010) tem-se mantido numa média anual de 5 (6 no último ano, em contraponto com 11 no ano de 2012).

6.1.4. Queimadas

O Artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a nova redação dada pela Lei nº 76/2017, de 17 de agosto, refere que "a realização de queimadas só é permitida após autorização do município ou da freguesia".

Tabela 46 - N.º de Pedidos de Queimadas, 2011 a 2017, em Arouca

Queimadas							
N.º de Pedidos de Queimadas, por ano, em Arouca							
Ano							TOTAL
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
3	1	1	1	0	0	0	6

Fonte: Município de Arouca

De 2006 a 2010, haviam dado entrada na Câmara Municipal de Arouca 3 processos, os quais tiveram como objetivo a renovação de pastagens.

A partir de 2011 até à atualidade entraram no total mais 6 processos, sendo que o ano que registou um maior número de pedidos foi precisamente 2011. Desde 2015 não foi apresentado qualquer pedido de autorização para a realização de queimadas (ressalvando-se que os dados de 2017 não abrangem a totalidade do ano).

6.2. Riscos tecnológicos e mistos

6.2.1. Acidentes rodoviários

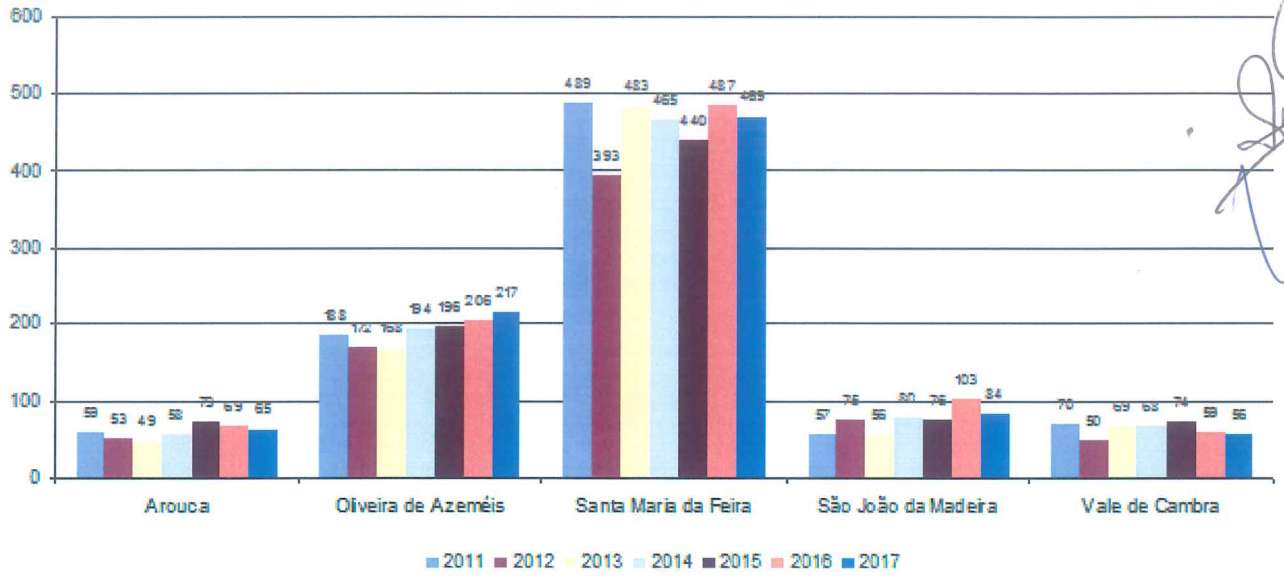
Tabela 47 – Evolução do número de acidentes de viação com vitimas por localização geográfica, 2011 a 2017

Localização	Acidentes de viação com vitimas (Nº) por localização geográfica						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Arouca	59	53	49	58	73	69	65
Oliveira de Azeméis	188	172	168	194	196	206	217
Santa Maria da Feira	489	393	483	465	440	487	469
São João da Madeira	57	75	56	80	76	103	84
Vale de Cambra	70	50	69	68	74	59	56
EDV	863	743	825	865	859	924	891
AMP	5.259	4.653	4.921	5.168	5.248	5.428	5.685
Norte	9.932	9.158	9.401	9.642	10.050	10.122	10.759

Fonte: ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Como se pode observar no quadro, entre os anos de 2011 e 2017 o número anual de acidentes com vítimas, no conjunto dos Concelhos do EDV, tem oscilado em torno dos 850, com valores extremos em 2012 (743) e 2016 (924), sem uma tendência marcada de evolução, ainda que os últimos quatro anos registem valores acima dessa média global.

Gráfico 15 – Número de acidentes de viação com vítimas, por localização geográfica, 2011 a 2017



Fonte: ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

No que se refere ao Concelho de Arouca, este é, em todo o EDV, o município que regista menor número de ocorrências, sendo que o respetivo quantitativo anual oscila em torno dos 60 acidentes com vítimas; também aqui os valores mais recentes (3 anos) superam a média geral.

Analisando os anos de 2011 a 2017, verifica-se, para o número total de feridos em acidentes de viação, um comportamento da variável muito semelhante ao do número de acidentes com vítimas, ou seja, oscilações não muito intensas em torno das médias globais, com os valores dos anos mais recentes algo acima destas, e isto tanto para o EDV no seu conjunto como para os concelhos individuais, incluindo Arouca.

Também no que respeita ao número de mortes em acidentes de viação não se vislumbram tendências marcantes na sua evolução temporal, até porque o reduzido número de ocorrências diminui o significado estatístico dos valores individualmente considerados (basta um acidente particularmente grave em número de vítimas mortais para alterar drasticamente as médias e outra variáveis estatísticas).

Tabela 48 – Número de vítimas de acidentes de viação, por localização geográfica e tipo de vítima, 2011 a 2017 (total anual)

	Local	Arouca	Oliveira de Azeméis	SM Feira	SJ Madeira	Vale de Cambra	EDV	AMP	Norte
2011	Total de vítimas	74	229	664	67	90	1.124	6.811	14.993
	Total de feridos	73	224	654	66	89	1.106	6.723	14.723
	Mortos	1	5	10	1	1	18	88	270
2012	Total de vítimas	65	214	515	81	64	939	5.905	13.638
	Total de feridos	63	208	507	80	60	918	5.816	13.402
	Mortos	2	6	8	1	4	21	89	236
2013	Total de vítimas	63	230	634	71	83	1.081	6.313	14.011
	Total de feridos	61	224	629	71	80	1.065	6.243	13.817
	Mortos	2	6	5		3	16	70	194
2014	Total de vítimas	91	239	579	99	77	1.085	6.605	12.682
	Total de feridos	91	238	577	99	75	1.080	6.556	12.532
	Mortos	0	1	2	0	2	5	49	150
2015	Total de vítimas	89	244	583	83	90	1.089	6.650	13.208
	Total de feridos	85	243	574	83	89	1.074	6.605	13.107
	Mortos	4	1	9	0	1	15	45	101
2016	Total de vítimas	94	276	626	127	81	1.204	6.888	13.148
	Total de feridos	94	276	620	127	81	1.198	6.850	13.052
	Mortos	0	0	6	0	0	6	38	96
2017	Total de vítimas	86	280	596	100	73	1.135	7120	13.878
	Total de feridos	84	275	589	100	72	1.120	7.054	13.740
	Mortos	2	5	7	0	1	15	66	138

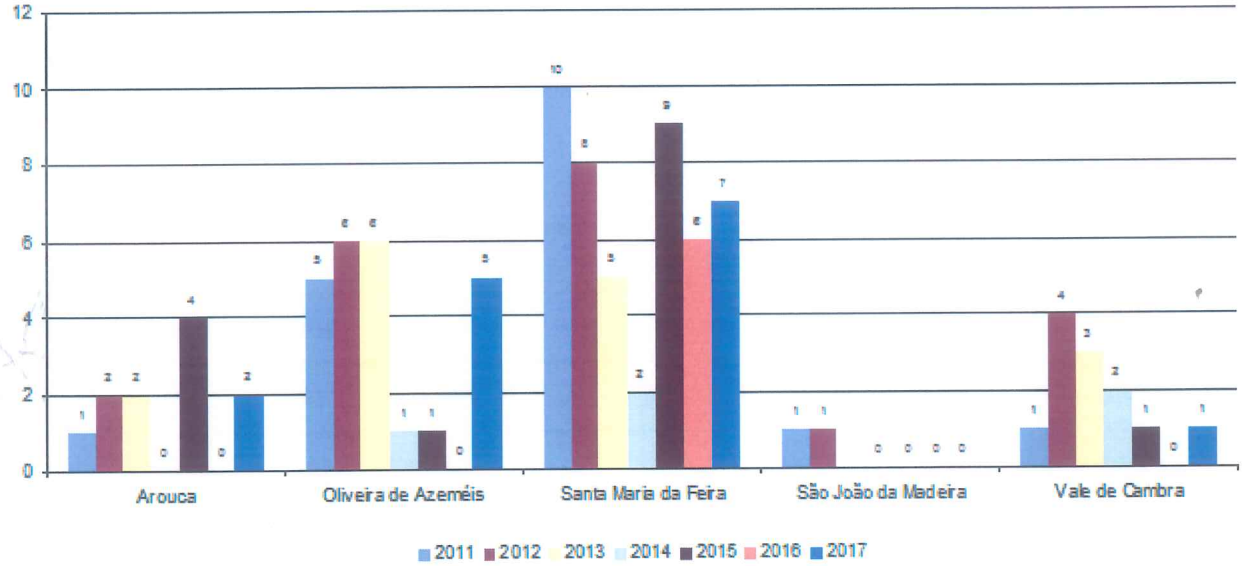
Fonte: ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Tabela 49 – Número de feridos em acidentes de viação, por localização geográfica e gravidade, 2011 a 2017 (total anual)

Local		Arouca	Oliveira de Azeméis	SM Feira	SJ Madeira	Vale de Cambra	EDV	AMP	Norte
2011	Total de feridos	73	224	654	66	89	1.106	6.723	13.079
	Feridos ligeiros	70	216	633	64	88	1.071	6.521	12.442
	Feridos graves	3	8	21	2	1	35	202	637
2012	Total de feridos	63	208	507	80	60	918	5.816	11.926
	Feridos ligeiros	61	199	482	78	56	876	5.637	11.413
	Feridos graves	2	9	25	2	4	42	179	513
2013	Total de feridos	61	224	629	71	80	1.065	6.243	12.231
	Feridos ligeiros	58	213	614	63	79	1.027	6.072	11.721
	Feridos graves	3	11	15	8	1	38	171	510
2014	Total de feridos	91	238	577	99	75	1.080	6.556	12.532
	Feridos ligeiros	86	226	557	95	72	1.036	6.344	11.955
	Feridos graves	5	12	20	4	3	44	212	577
2015	Total feridos	85	243	574	83	89	1.074	6.605	13.107
	Feridos ligeiros	80	237	553	80	86	1.036	6.422	12.577
	Feridos graves	5	6	21	3	3	38	183	530
2016	Total de feridos	94	276	620	127	81	1.198	6.850	13.052
	Feridos ligeiros	89	267	601	120	79	1.156	6.672	12.575
	Feridos graves	5	9	19	7	2	42	178	477
2017	Total de feridos	84	275	589	100	72	1.120	7.054	13.740
	Feridos ligeiros	79	269	570	95	68	1.081	6.880	13.290
	Feridos graves	5	6	19	5	4	39	174	450

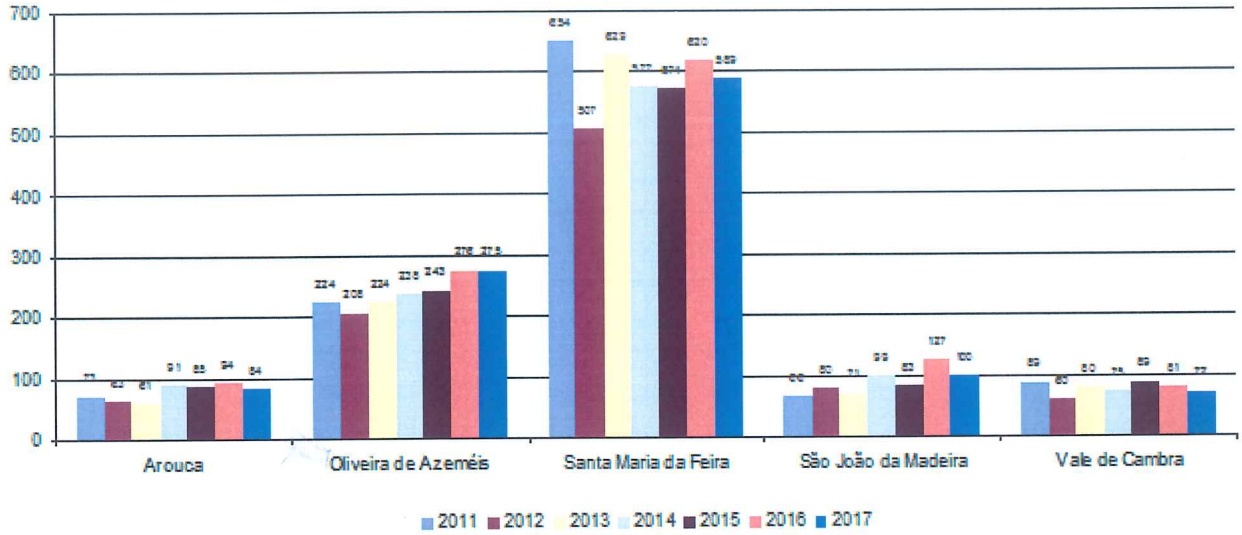
Fonte: ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Gráfico 16 – Número de mortes em acidentes de viação, por localização geográfica, 2011 a 2017



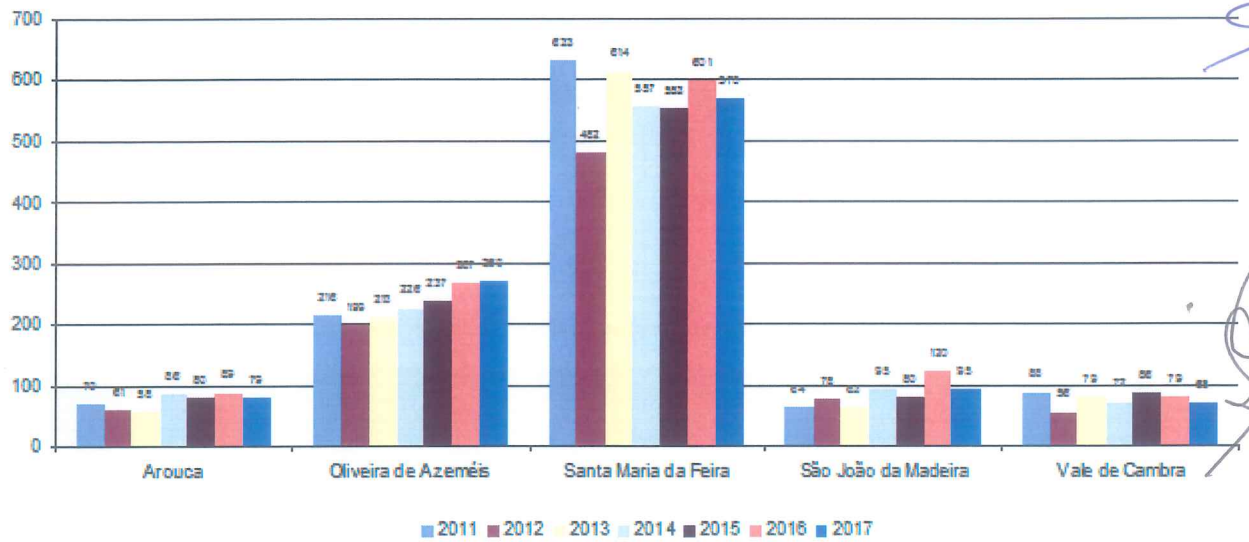
Fonte: ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Gráfico 17 – Número total de feridos em acidentes de viação, por localização geográfica, 2011 a 2017



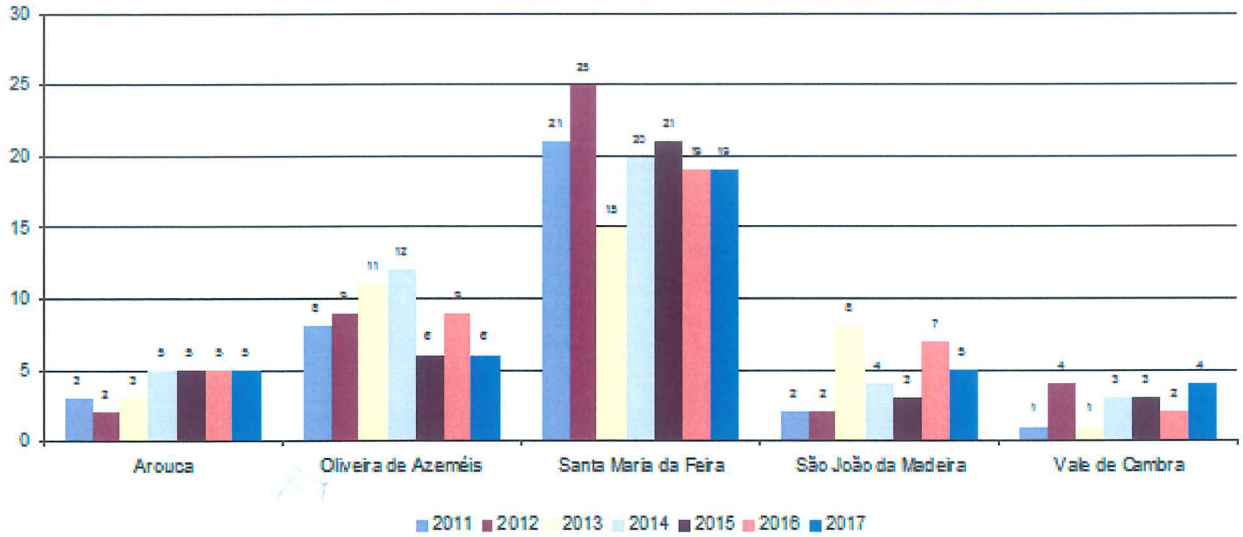
Fonte: ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Gráfico 18 – Número total de feridos ligeiros em acidentes de viação, por localização geográfica, 2011 a 2017



Fonte: ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Gráfico 19 - Número total de feridos graves em acidentes de viação, por localização geográfica, 2011 a 2017



Fonte: ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

6.2.2. Outros riscos

Os Riscos Tecnológicos são aqueles que resultam de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana (IGP,2009).

De acordo com as informações prestadas pelos Bombeiros Voluntários de Arouca, durante os anos de 2012 e 2013, verificaram-se algumas ocorrências (21 em 2012 e 14 em 2013), todas elas relacionadas com incêndios urbanos ou industriais, não havendo quaisquer ocorrências nos anos seguintes.

No entanto, há que ressalvar que, no que se refere a incêndios em habitações, grande parte dos mesmos não causaram avultados prejuízos, tendo apenas danificado as respetivas chaminés.

Os Riscos Mistos são aqueles que resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais. (IGP,2009)

No Concelho de Arouca, durante os últimos dois anos tem-se verificado, com alguma frequência, o aumento da poluição das águas superficiais em consequência da descarga de águas residuais nas linhas de água principais. Esta situação tem sido acompanhada de perto pela Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos.

No que se refere aos incêndios florestais ver o ponto 6.1.

6.3. Poluição sonora e ambiental

Tabela 50 - Queixas relativas ao ruído e ao lixo, apresentadas na Câmara Municipal, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017

Queixas relativas ao ruído e ao lixo, apresentadas na Câmara Municipal, por ano					
Nº	**2012**	**2013**	**2015**	**2016**	**2017**
Queixas relativas ao ruído	5	2	0	0	1
Queixas relativas ao lixo	8	2	1	0	0

Fonte: Município de Arouca

No que se refere às queixas apresentadas pelos munícipes, nos últimos 5 anos deram entrada nos serviços da Câmara Municipal de Arouca, através da Divisão de Ambiente e Urbanismo, 8 queixas respeitantes ao ruído. Os valores anuais mostram uma tendência de diminuição de ocorrências.

Relativamente às queixas referentes a lixos regista-se também uma tendência regressiva.

AROUCA

Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2013-2017

Parte II: ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Síntese e perspetiva

Orientações para a revisão do plano diretor municipal

1. Síntese e perspetiva

1.1. Incidências territoriais estruturantes

A análise e consideração articulada das diversificadas vertentes que traduzem o estado da organização do território de Arouca e a sua evolução temporal permitem detetar, dentro de cada uma das grandes temáticas de abordagem, quais as componentes que se revelam mais marcantes em termos de incidências territoriais. É o que se passa a fazer de seguida.

1.1.1. Recursos territoriais

i. Continua a verificar-se globalmente uma preservação consistente dos valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais do concelho, pese embora a ocorrência de fenómenos de degradação paisagística (dominância crescente do eucalipto, maior frequência e gravidade dos incêndios florestais)

1.1.2. População

i. Como dinâmica global, ressalta a tendência de diminuição do quantitativo de residentes em consonância com o envelhecimento da pirâmide etária, devendo dar-se especial atenção ao facto de tal tendência ser em Arouca mais acentuada do que nos territórios mais vastos em que o concelho se insere: Entre Douro e Vouga (EDV), Área Metropolitana do Porto (AMP) e Região do Norte (RN). Em sentido positivo, verifica-se porém uma taxa bruta de natalidade superior à de EDV, e em crescimento desde 2014.

ii. Esta tendência global manifesta-se num contexto de manutenção e mesmo reforço do fenómeno de recomposição interna do povoamento (distribuição espacial dos residentes), que a crescente divergência de valores da densidade populacional entre as várias freguesias bem ilustra, e a que corresponde também um envelhecimento etário mais rápido nas áreas que verificam perdas de população mais intensas.

iii. O parque habitacional, traduzido em número de alojamentos, continua em crescendo, com taxas de evolução de valores bastante diversificados mas positivos em todas as freguesia do concelho, mesmo as que evidenciam maiores perdas de população e, principalmente, muito superiores (em boa parte das freguesias) às taxas de crescimento do número de famílias.

iv. No respeita à oportunidade de emprego (ou à sua falta), o número de desempregados no concelho tem vindo diminuir, de forma sustentada ainda que não muito acelerada, desde finais de 2015, sendo de notar que, em 2011, a taxa de desemprego verificada no concelho é a mais baixa de todo o EDV.

v. Quanto ao ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem, tem-se mantido a situação desfavorável do concelho comparativamente com o EDV, ainda que se assinale como positivo o facto do referido valor médio estar a registar uma evolução favorável (acréscimos de rendimento).

1.1.3. Provisão de infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos

i. Quanto ao saneamento básico, pesem embora os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos, são de salientar as carências que ainda se manifestam, traduzidas nos valores das taxas de atendimento (percentagem de população servida).

ii. Nos domínios dos cuidados de saúde e do ensino e educação, as estruturas das redes de equipamentos encontram-se estabilizadas, tendo-se observado no período mais recente uma paulatina melhoria dos rácios de desempenho (número de médicos e de número de enfermeiros por 1000 habitantes; evolução positiva das taxas de escolarização), ainda que a situação se mantenha desfavorável por comparação com o EDV e outras áreas envolventes mais vastas.

iii. No campo dos apoios sociais, houve relevantes progressos quer quanto ao aumento do número de instituições prestadoras destes serviços, quer quanto ao número de instalações em funcionamento, quer ainda, embora em menor grau, quanto às valências disponibilizadas.

iv. Em termos de acessibilidades e transportes, persistem situações importantes de encravamento da acessibilidade externa, com especial relevo para a não conclusão de uma ligação viária rápida, cómoda e segura às grandes vias do litoral, o que certamente também contribui para as fragilidades que se verificam nos transportes públicos rodoviários das ligações externas de Arouca, em especial ao núcleo central da Área Metropolitana do Porto.

1.1.4. Atividades produtivas

i. A evolução da estrutura do emprego apresenta como tendências globais a continuação da diminuição do peso relativo do emprego no setor primário, a estabilização (com alguma tendência para redução) do peso do secundário e o aumento da importância, em termos percentuais, do emprego no setor terciário. Continuam também a verificar-se flagrantes diferenças nesta distribuição setorial entre as freguesias que constituem o concelho.

ii. Na estrutura empresarial, verifica-se uma expansão significativa do número de empresas a partir de 2013, centrada dominantemente no subgrupo das microempresas (menos de 10 trabalhadores), cujo quantitativo cresce na ordem dos 23%, em contraponto com uma taxa da ordem dos 8% para o escalão de 10-50 e com a manutenção do número de empresas com mais 50 trabalhadores.

iii. Quanto às dinâmicas setoriais, releva: (i) na agricultura, um aumento moderado da área média de exploração; (ii) no turismo, um incremento muito expressivo da procura, refletido do aumento do número de instalações e da capacidade de alojamento (com especial relevo para o subsetor do alojamento local); (iii) na indústria, uma dinâmica clara, nos anos mais recentes, de surgimento de novas unidades industriais, com uma interessante e crescente procura das áreas de acolhimento empresarial para a sua instalação.

1.1.5. Gestão de riscos e controlo ambiental

i. Neste domínio, o elemento marcante é obviamente o dos incêndios florestais, pelo aumento da frequência das ocorrências e, principalmente, da extensão das áreas ardidas (tendência que a crescente instabilidade climática vem favorecer), sendo porém de realçar o aumento significativo dos pedidos de notificação para a realização de ações de limpeza de vegetação (gestão de combustível).

1.2. Tendências de evolução

Em termos de síntese perspetivada, as tendências de evolução acima delineadas podem agrupar-se em quatro temáticas básicas, as quais se estabelecem em articulação com as conclusões da avaliação da concretização do Plano Estratégico de 1995 e dos seus resultados, privilegiando-se aqui as componentes cujas incidências ou efeitos territoriais são mais marcantes.

1.2.1. As pessoas e suas condições de vida

Neste domínio, os vetores de evolução com maior incidência na estruturação do território e consequentes opções para o seu ordenamento são:

- Demografia em perda, com continuada diminuição da população residente e sinais claros de envelhecimento da estrutura etária, fenómeno com incidência acrescida nas áreas mais rurais e de montanha, acentuando a recomposição da distribuição espacial dos residentes (concentração nas áreas do concelho que revelam maior dinamismo)
- Ganhos continuados de qualidade de vida, do ponto de vista da disponibilidade e acesso a serviços básicos e de natureza sociocultural
- Crescimento dos níveis de qualificação (níveis de instrução) dos residentes, gerando por um lado um potencial de disponibilidade de "mão-de-obra" para empregos mais qualificados e, por outro, acréscimos de exigência de qualidade e diversificação das infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos que definem a qualidade de vida quotidiana.

1.2.2. A base económica

Neste campo, relevam especialmente:

- Num contexto de perda global da importância relativa do setor da agricultura, floresta e pecuária, as muito positivas tendências emergentes que se traduzem numa maior projeção da imagem de qualidade de alguns produtos locais, pela introdução de novas culturas de produtos agrícolas e pela chegada de novos investidores
- A crescente integração da economia do concelho nas dinâmicas de empreendedorismo e investimento do Entre Douro e Vouga, ilustrada pelo grau de ocupação dos espaços de acolhimento empresarial e pela presença de novas unidades empresariais em setores mais diversificados e exportadores
- Um efetivo e progressivo aproveitamento económico do potencial turístico, muito assente na afirmação da visitação-usufruto da qualidade ambiental, paisagística e patrimonial como um motor da economia local e na elevação dos níveis de profissionalização dos agentes empresariais do setor
- A manutenção da tendência de terciarização do emprego.

1.2.3. A conetividade externa

É aqui especialmente importante:

- A subsistência de lacunas significativas nas condições de acessibilidade rodoviária às grandes vias do litoral e aos restantes territórios envolventes, o que por sua vez é elemento fortemente inibidor da existência de transportes públicos rodoviários atrativos

1.2.4. Os recursos endógenos

Nesta temática, destacam-se:

- A preservação global dos valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais, com manutenção dos níveis de qualificação do ambiente rural e urbano caraterísticos do Concelho, com a presença de dinâmicas e atuações positivas (qualificação dos espaços urbanos, contenção da dispersão do edificado

e, em particular, da dispersão industrial), mas também da ameaça de fenómenos de degradação paisagística (dominância crescente do eucalipto, maior frequência e gravidade dos incêndios florestais)

- A dinâmica de crescimento e diversificação das formas de criação de valor assentes no aproveitamento de recursos endógenos (património natural e cultural, material e imaterial), muito por via do crescimento do número de visitantes-turistas sensíveis à promoção de uma cultura de conservação e valorização.

2. Orientações para a revisão do Plano Diretor Municipal

2.1. Enquadramento

Em termos gerais, pode dizer-se que os instrumentos de ordenamento territorial visam a otimização da fruição sustentável dos territórios, através da organização do seu uso, ocupação e transformação numa matriz que compatibilize três ordens de vetores:

- A melhoria das condições materiais da qualidade de vida da população utente
- A salvaguarda dos valores territoriais (naturais, ecológicos, ambientais, patrimoniais, culturais, ...) em presença
- A consolidação do sistema produtivo, desejavelmente em concretização de uma estratégia de desenvolvimento previamente delineada e assumida.

A tipificação destes instrumentos, definindo para cada um a sua natureza, finalidade e conteúdo, é estabelecida através de normativa jurídica[1], a qual institui também a arquitetura do sistema, clarificando as articulações mútuas entre os instrumentos dos diferentes âmbitos e garantindo assim a coerência do conjunto (o qual inclui a figura do plano diretor municipal).

A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 31/2014, de 30 de maio) obriga os instrumentos de planeamento em vigor a adaptarem as suas disposições às da própria lei, e a que tal procedimento fique concluído até ao dia 13 de julho de 2020.

Perspetivando-se, como é o caso de Arouca, a abertura a breve prazo de um procedimento de revisão do PDM em vigor (que data do ano de 2009), tem todo o sentido que tal adaptação seja realizada no âmbito da mesma revisão e não através de um procedimento autónomo cingido a essa finalidade específica.

Em sentido estrito, o procedimento de mera adaptação aos novos requisitos legais diz respeito essencialmente à redelimitação do solo urbano (que não poderá extravasar os limites das áreas que estejam

1 Os principais diplomas neste domínio são atualmente: a Lei nº 31/2014, de 30 de maio - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, abreviadamente "Lei de Bases"; o Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, abreviadamente "RJIGT"; e o Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto, que "estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional".

total ou parcialmente urbanizadas ou edificadas[2]), trabalho a realizar de raiz, ou seja, para o qual não releva como precedente o facto de no atual PDM um dado terreno estar classificado como solo urbano, pese embora a expectativa provável de que o resultado a obter não será radicalmente diferente da delimitação do solo urbanizado constante do PDM em vigor. De facto, esta não foi fruto de ato arbitrário, mas sim da utilização de conceitos e critérios não muito diferentes dos agora estabelecidos; a grande mudança advirá do facto de que o "novo " solo urbano não irá incorporar áreas urbanizáveis, isto é, áreas destinadas a urbanização e edificação mas cuja situação de facto é a de ainda não terem sido objeto das ações de transformação e infraestruturação necessárias a tal destino.

O paradigma do presente quadro legal aponta para uma decisiva e prioritária resposta às dinâmicas urbanísticas/edificatórias emergentes através da ocupação das áreas livres dentro dos espaços urbanos (urbanizados) já existentes e da qualificação destes, em detrimento da expansão dos perímetros urbanos ou da criação de novos.

Esta possibilidade (ampliação do perímetro urbano ou constituição de novos) não é porém liminarmente vedada, nem restringida à iniciativa das entidades públicas, podendo também ser suscitada por particulares eventualmente interessados em promover intervenções dessa natureza.

Mas a sua admissibilidade fica condicionada à verificação de exigentes requisitos de necessidade (nomeadamente ausência da alternativa de resposta dentro dos perímetros urbanos existentes), oportunidade e exequibilidade/viabilidade económico-financeira, ao estabelecimento de um plano de pormenor com efeitos registais para a área de intervenção, e à realização das obras de urbanização necessárias, integrando um procedimento de reclassificação da área afetada do estatuto de solo rústico para o de solo urbano.

Por sua vez, tal reclassificação do solo só se consolidará definitivamente por via da correspondente alteração dos limites do solo urbano constantes do PDM, procedimento a desenvolver apenas após a receção das obras de urbanização por parte do Município.

Nos requisitos a cumprir para a admissibilidade de procedimentos de reclassificação do solo rústico para solo urbano, a lei não integra qualquer critério de avaliação da pertinência da localização pretendida para a intervenção e das incidências da mesma em termos de inserção territorial, nem estranhamente estabelece a necessidade (ou sequer sugere a conveniência) de os planos territoriais estabelecerem critérios de apoio à decisão nesta matéria.

Ainda assim, tal é uma questão a que o novo PDM não se poderá furtar. De facto, a verificação dos requisitos de admissibilidade que a lei explícita, acima enumerados, nada garante quanto à correta ou incorreta localização/inserção territorial da iniciativa, nem tal será suprido através da (obrigatória) adoção da figura de plano de pormenor, pois a este apenas se pode exigir um bom ordenamento urbanístico da área a transformar, e não a discussão da bondade da sua localização. Por outro lado, ao admitir-se o direito dos particulares se proporem desenvolver iniciativas desta natureza em localizações por eles escolhidas, o Município terá de estar munido de instrumentos de avaliação que lhe permitam fundamentar a aceitação ou a recusa das iniciativas que sejam colocadas à sua apreciação. A não ser assim, restar-lhe-ia a atitude de

[2] Podem ainda integrar o solo urbano os polígonos de solo ainda não urbanizado à data de conclusão do PDM ou da sua revisão, mas cuja urbanização esteja programada através de calendarização constante de alvará de loteamento, de contrato de urbanização celebrado entre o Município e particulares, ou de inscrição no programa de atividades e orçamento do Município.

aceitar acriticamente, nas localizações pretendidas, todas as iniciativas para as quais não ocorram objeções de ordem legal ou, o que seria igualmente grave, a de tomar decisões de caráter eminentemente arbitrário.

Nestas condições, o PDM deverá consignar critérios de apoio à decisão quanto a aceitabilidade das ações que se traduzam em reconfiguração do solo urbano através de processos de reclassificação, versando a natureza da pretensão (usos e atividades a instalar), a sua convergência ou não com os objetivos de qualificação territorial (prioridade para a contenção/consolidação/compactação dos espaços urbanos existentes), e a inserção territorial (em termos funcionais, visuais e paisagísticos e infraestruturais), num contexto em que, sem prejuízo da necessidade de algumas ações de completamento, há que privilegiar a rentabilização das infraestruturas existentes em detrimento da execução de novas.

O novo paradigma do ordenamento operativo do território, antes referido, ao privilegiar a manutenção e requalificação dos recursos e estruturas territoriais existentes em desfavor de transformações de caráter mais incisivo ou de dimensão mais ampla (salvo as que se apresentem consistentemente fundamentadas), tem também como consequência que a componente regulamentar do PDM, nas suas disposições mais especificamente dirigidas à chamada "gestão urbanística" (controlo prévio do uso, ocupação e alteração do solo), deverá tomar como principal suporte de referência e de definição da espacialização (zonamento), a situação do território de facto existente, e centrar as regras de gestão de aplicação direta ao que se poderia designar de "usos correntes do solo", definidos para cada local em consonância com o zonamento adotado nos termos acima enunciados.

Na realidade, a tais usos correntes do solo, precisamente por o serem, corresponde um conhecimento sistemático e aprofundado das suas incidências territoriais, o que por sua vez viabiliza o estabelecimento, para a avaliação da sua admissibilidade em sede de gestão do uso do solo, de regras mais taxativas, às vezes de verificação praticamente automática, e tendencialmente traduzidas por parâmetros numéricos.

Obviamente que, a par disso, não podem (ou não devem) ser ignoradas as intervenções, públicas ou privadas, que não se integrem no âmbito dos referidos usos correntes do solo, nomeadamente aquelas a que se reconheça um potencial de contribuírem relevantemente para o desenvolvimento local. Pela sua própria definição, essas intervenções podem ser de uma grande diversidade, o que torna difícil a sua identificação individualizada de forma minimamente exaustiva ou sistemática, bem como a sua desejável tipificação em grelhas operativas, para além de que a sua ocorrência se apresenta com frequência como meramente hipotética. Por tais razões, revelam-se insatisfatórias as tradicionais soluções que procuram enquadrar a avaliação da admissibilidade dessas intervenções não correntes com base em disposições regulamentares semelhantes às que são adequadas à gestão dos usos correntes.

Diferentemente, preconiza-se que a avaliação deve nestes casos ser estruturada em torno de um conceito de "gestão de oportunidades", em que a decisão sobre a admissibilidade incorpore uma componente assumida explicitamente como de natureza política, ainda que necessariamente informada com avaliação de caráter técnico, centrada nos previsíveis efeitos positivos e negativos da intervenção (especialmente as suas incidências territoriais) e, obviamente, na verificação da compatibilidade da mesma, em termos materiais e jurídicos, com as caraterísticas e o estatuto do território na localização pretendida e sua envolvente.

Por sua vez, a componente de avaliação de natureza política competirá obviamente aos órgãos políticos do Município, devendo a decisão refletir a sua opinião global, atentas e ponderadas as incidências territoriais da intervenção, quanto ao interesse estratégico e/ou efeito estruturante desta num desenvolvimento harmonioso e sustentado da comunidade e do território, nas suas vertentes económica, social, cultural e ambiental conjugadamente consideradas.

A viabilização de intervenções deste tipo não pode equivaler a um qualquer afastamento em bloco de parâmetros urbanísticos/edificatórios a cumprir; mas podem e devem ser estabelecidos regimes de flexibilização dos parâmetros aplicáveis ao local, ou mesmo a dispensa de acatamento de alguns deles, desde que fique assegurado um balizamento das margens de flexibilidade admissíveis para os parâmetros básicos, nomeadamente os que se referem às intensidades de uso.

Uma última consequência do novo paradigma do ordenamento operativo do território que interessa ter em conta diz respeito a importância acrescida que assumem as componentes de caráter estratégico do conteúdo do PDM, ou seja, (i) as opções de ordenamento e o modelo territorial que as espacializa, (ii) a estratégia de intervenção territorial do Município e o programa de medidas e tipologias de ações que a operacionalizam, e (iii) a arquitetura do sistema de programação operativa da execução do plano e da sua monitorização.

De facto, estas novas políticas de ordenamento territorial não se cumprirão eficazmente através de atuações que privilegiem a gestão do território por via do mero controlo passivo das dinâmicas de transformação resultantes das iniciativas dos particulares; pelo contrário, tal só será alcançável por meio de uma gestão proativa sustentada na capacidade do Município para mobilizar os agentes relevantes para a prossecução das ações e transformações a levar a cabo e/ou para, quando imprescindível ou conveniente, se assumir ele próprio como agente direto de intervenção.

Em síntese, o novo contexto legal e institucional lança aos novos PDM (por vezes de forma apenas implícita, como se viu) o desafio de colocarem a tónica fundamental na sua componente programática, em detrimento do caráter predominantemente (se não exclusivamente) regulamentar que têm assumido até ao presente.

2.2. A estratégia de desenvolvimento Arouca 2030

No caso de Arouca, em consonância com a perspetiva que está a ser maturada no novo documento de orientação estratégica (AROUCA 2030), aponta-se como *leit-motiv* da estratégia para a próxima década um "reposicionamento estratégico" de Arouca assente

(i) na consolidação de ativos com longa tradição de implantação no concelho (património histórico e natural, floresta, ruralidade)

(ii) combinada com a valorização de dinâmicas emergentes fortemente diferenciadoras (Geoparque UNESCO, Carta Europeia do Turismo Sustentável, dinamismo industrial/empresarial, background verde da AM Porto)

(iii) e com a resposta a novos desafios societais à escala nacional-global (floresta, desertificação rural, sustentabilidade ambiental...).

Daqui decorre a proposta de sustentar a estratégia na valorização de três tipos de ativos específicos, designados como **âncoras da estratégia**, a saber:

1) A integração e contiguidade nas dinâmicas de empreendedorismo e de investimento do Entre Douro e Vouga e, mais alargadamente, da Área Metropolitana do Porto

2) A multiplicação de processos de criação de valor centrados nos recursos endógenos variados do concelho

3) A dimensão horizontal e diferenciadora da preservação e valorização identitária do património do concelho

Estas opções colocam um quadro exigente de solicitações e desafios às políticas municipais de ordenamento e gestão do território, e desde logo ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal e à configuração das suas propostas, destacando-se:

- A dimensão da sustentabilidade ambiental e da inimitabilidade dos ativos turísticos em que o concelho está especializado exige uma cuidada política de ordenamento do território;
- A dinâmica industrial em crescendo no concelho deve ser também devidamente acomodada pela política de ordenamento, qualificando e consolidando áreas de acolhimento empresarial e (...) compatibilizando os efeitos dessa dinâmica (transportes e logística) com a segurança rodoviária e o povoamento concelhio;
- A aposta na gestão florestal é particularmente exigente em termos de ordenamento, sobretudo no quadro de um novo paradigma de prevenção contra o flagelo dos fogos florestais e da sua consagração como uma nova fileira de valorização económica de recursos endógenos;
- A promoção da urbanidade no concelho, não só da Vila de Arouca, mas também de outros pequenos centros distribuídos pelo território concelhio, consagra por si só uma vertente do ordenamento do território.

Neste quadro de opções, é especialmente relevante o facto de a **salvaguarda dos valores territoriais** (um dos vetores sempre presentes no conteúdo de um plano de ordenamento) assumir um papel acrescido pois, no caso presente, tal salvaguarda não se justifica apenas pela importância em si dos valores a defender, antes é condição essencial de manutenção dos ativos em cuja valorização se focam duas das componentes fundamentais da estratégia preconizada: os **recursos endógenos** e os **elementos identitários do património do concelho**.

As pessoas, para além de serem os destinatários do processo de desenvolvimento, são também agentes da sua prossecução; neste sentido constituem não apenas um mas o principal recurso endógeno, um vez que, na sua ausência, é o próprio processo de desenvolvimento que perde razão de ser por falta de atores e de destinatários. Assim, poderá afirmar-se que a preservação e valorização dos **elementos identitários** que fazem a diferença de Arouca dependem essencialmente de se conseguir convocar os termos do binómio **recursos endógenos** x **população** para uma interação virtuosa no âmbito do **processo de desenvolvimento** do Concelho.

2.3. Repercussões territoriais da estratégia Arouca 2030

Numa abordagem mais especificamente centrada nas repercussões territoriais das linhas de estratégia adotadas, aquela que necessariamente se tem de privilegiar no âmbito da revisão do plano diretor municipal, o desafio que se levanta reveste três dimensões principais:

1. A **conservação e valorização dos recursos endógenos**, enquanto fatores dinâmicos da afirmação identitária e do desenvolvimento do concelho, procurando que esta atitude cultural seja crescentemente assumida como elemento diferenciador, organizados em torno de duas grandes temáticas: **(i)** manutenção e potenciação dos valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais e **(ii)** reforço da qualidade do ambiente rural e urbano.
2. O **combate à regressão demográfica**, tendo como objetivo estrutural a inversão da tendência de perda global de população através da **(i)** criação de condições para a fixação das atuais populações e para a atração de novos residentes, e da **(ii)** resposta às novas exigências colocadas pela continuação de uma

tendência de envelhecimento populacional com incidência agravada nas áreas mais rurais e despovoadas do concelho, fenómeno que persistirá mesmo em cenários favoráveis de evolução demográfica.

3. A **promoção do desenvolvimento económico** assente em duas vertentes fundamentais: **(i)** o reforço da integração nas dinâmicas empresariais do EDV e da AMP (mais focada setorialmente na indústria e nos serviços), e **(ii)** o fomento da criação de valor centrada no aproveitamento sustentado dos recursos endógenos.

Nas concretas condições da atual realidade concelhia, a prossecução destas linhas de estratégia exige a consideração de uma quarta dimensão, de caráter transversal às anteriores, a saber:

4. A **promoção de uma rede coerente de acessibilidades**, desde logo a nível local mas, principalmente, ao nível das ligações rodoviárias às grandes vias do Litoral (e consequentemente à Área Metropolitana do Porto) e aos principais centros urbanos da área envolvente do concelho.

Neste enquadramento, a formulação, em sede da revisão do PDM, das opções de ordenamento territorial, da estratégia de atuação, do programa de medidas e ações, e da disciplina de uso do solo que constituem o seu conteúdo material fundamental deve organizar-se e desenvolver-se em torno das diretrizes que se enumeram seguidamente. Como se evidencia na matriz apresentada no final, a maioria destas diretrizes contribui cruzadamente para a prossecução dos objetivos subjacentes às três dimensões que reveste o desafio da próxima revisão do PDM.

2.4. Diretrizes para a proposta de ordenamento da revisão do PDM

A. Combate aos fatores de degradação dos valores naturais e paisagísticos presentes no solo rústico e, em especial, nas áreas florestais, através de ações e medidas no âmbito da prevenção dos incêndios florestais e da contenção/restrição de usos predadores (exploração descontrolada do eucalipto, por exemplo).

B. Potenciação de usos sustentáveis do solo rústico através de ações e medidas de infraestruturação rural, de ordenamento dos usos e das formas de exploração, e de fomento da adoção de objetivos e processos inovadores de exploração dos recursos, em especial no domínio da floresta.

C. Adoção de medidas de restrição relevante da edificabilidade em solo rústico em termos da tipologia dos usos admissíveis e da sua intensidade, tendo em vista a garantir a segurança de pessoas e bens, salvaguardar a paisagem, evitar a destruição de solos vocacionados para usos agrícolas, pecuários e florestais, e ainda desinflacionar os preços do solo rústico para valores compatíveis com os níveis de rentabilidade próprios da sua exploração para aqueles fins (ao reduzir drasticamente a importância dos critérios de valorização baseados em expectativas edificatórias).

D. Fomento/exigência de melhorias progressivas da qualidade (funcional e estética) das intervenções de ocupação e transformação do uso do território.

E. Promoção da reabilitação urbana das áreas e núcleos edificados mais importantes e/ou de maior interesse histórico-patrimonial, e da preservação e valorização do edificado com valor patrimonial relevante.

F. Incentivação das ações de conservação e beneficiação do edificado existente, recorrendo, entre outras, a medidas de descriminação positiva daquelas face a soluções de edificação nova.

G. Contenção espacial da edificabilidade intensiva, cingindo-a em geral aos aglomerados e áreas edificadas ou infraestruturadas existentes, otimizando o investimento realizado em infraestruturação urbanística.

H. Manutenção e reforço da aposta na qualificação dos espaços públicos urbanos, com plena assunção dos princípios de desenho inclusivo de modo a atender às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida.

I. Reforço da provisão de infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos de apoio à qualidade de vida das populações, através do completamento de redes quando ainda necessário, de melhorias da qualidade e eficiência dos serviços e da diversificação das valências oferecidas (nomeadamente nos domínios da cultura e do lazer) de modo a responder a crescentes exigências por parte das populações, decorrentes tanto da elevação progressiva dos níveis de instrução como das expectativas dos novos residentes que interessa atrair.

J. Resposta à alteração da matriz de necessidades relativas a infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos de apoio à qualidade de vida decorrente do aumento do peso relativo dos estratos mais idosos da população e da sua maior presença em áreas afastadas dos principais centros urbanos, através da progressiva reconversão de valências das instalações existentes (se e quando necessário), e da adoção de formas específicas de assegurar o acesso aos serviços em causa por parte de populações com dificuldades acrescidas de mobilidade.

K. Resolução das lacunas de acessibilidade rodoviária às grandes vias do Litoral e aos principais centros urbanos da área envolvente do concelho.

L. Beneficiação/completamento da rede viária local, incluindo nos critérios de priorização das ações da sua concretização: (i) assegurar condições de circulação especialmente cuidadas nos percursos a que corresponda um maior potencial de procura de transporte público rodoviário, e (ii) assegurar condições mínimas de acessibilidade automóvel (desde logo para veículos de emergência) a todos os aglomerados e núcleos habitados.

M. Promoção da expansão (em extensão e frequência) e da qualidade de serviço das carreiras de transporte público rodoviário, em especial no que se refere a ligações diretas e cómodas à Área Metropolitana do Porto e aos polos urbanos dos concelhos limítrofes.

N. Dotação das áreas de acolhimento empresarial com vias de acesso adequadas às caraterísticas do tráfego que geram (ou melhoria das vias já existentes), e que estabeleçam sem pontos de bloqueio a conexão com a rede viária principal de acesso ao exterior do concelho.

O. Promoção da instalação/reforço de redes e dispositivos de suporte à transmissão de informação e às telecomunicações, incluindo soluções específicas para garantir: (i) comunicações de emergência fiáveis, e (ii) serviços/dispositivos mínimos que permitam o contacto com e entre os residentes idosos e/ou isolados.

P. Promoção de condições atrativas para o acolhimento empresarial, através da qualificação urbanística e infraestrutural (com especial atenção às redes telemáticas) dos espaços a tal dedicados e incluindo, se for o caso, a sua expansão ou a criação de novos, sem prejuízo de outras formas de apoio às iniciativas empresariais.

Q. Promoção da instalação de estruturas de acolhimento das diferentes procuras turísticas, numa postura explorando formas de estabelecimento de condições especiais de acarinhamento como contrapartida de exigências de plena compatibilidade com a preservação dos valores territoriais e de qualidade dos empreendimentos.

R. Adoção de soluções de flexibilidade (dentro dos limites derivados da indispensável salvaguarda dos valores territoriais e das disposições legais eventualmente aplicáveis) dirigidas ao melhor acolhimento em solo rústico de usos e atividades complementares ou potenciadores dos usos dominantes desses espaços (a agricultura, a pecuária, a silvopastorícia e a floresta).

2.5. Inventário das Estruturas Territoriais de Arouca

A revisão de um PDM deve ter sempre como suporte de partida um conhecimento sistemático e atualizado da realidade territorial e da evolução desta, nas vertentes que interessam ao desígnio do plano, ou seja, o de constituir um instrumento relevante para a prossecução do objetivo de estabelecer o ordenamento (organização) do território concelhio e da sua dinâmica de transformação que mais positivamente contribua para a melhoria da qualidade de vida das suas gentes e para o seu desenvolvimento sustentado.

Uma parte substancial desse conhecimento é constituída pelo que se pode chamar de Inventário das Estruturas Territoriais, que resulta da identificação, enumeração e caraterização de diversos elementos presentes no território cuja configuração, situação e dinâmica de evolução balizam decisivamente as margens de manobra para a conceção e formulação de opções de ordenamento de caráter mais voluntarista.

A utilização desta base de conhecimento, em especial se ela garantir em permanência um grau razoável de atualização, reveste um interesse que extravasa largamente o do seu papel nos processos de planeamento, pois constitui uma ferramenta inestimável de apoio à decisão, particularmente em sede de procedimentos de "gestão de oportunidades", que em geral não se compadecem com o tempo de espera exigidos pelas tarefas de recolha e tratamento da informação relevante, se tiverem de ser realizadas no próprio momento em que ela se torna necessária.

Por outro lado, uma significativa parte da informação em causa resulta do próprio exercício de funções e atividades que competem ao município, instituição que constitui assim o principal ou mesmo único detentor dessa informação e sempre, seguramente, a melhor fonte do conhecimento da realidade territorial que interessa à construção do Inventário.

Estas razões tornariam por si só desejável que se iniciasse de imediato, ou a breve prazo, um trabalho interno de recolha/atualização, sistematização e tratamento da informação relativa às principais temáticas integrantes do Inventário das Estruturas Territoriais de Arouca (assim se possam disponibilizar os recursos humanos e técnicos necessários).

Mas a tal acresce a circunstância de, no caso de a revisão do PDM incorporar, como é aconselhável, a sua adaptação às disposições da Lei de Bases, e tendo esta de estar concluída até 13 de julho de 2020, começar a reduzir-se a "folga" de tempo para uma elaboração não apressada da dita revisão, uma vez que ainda não está formalmente aberto o respetivo procedimento. O lançamento a breve trecho do desenvolvimento dos trabalhos no âmbito da aludida inventariação permitiria ganhos de tempo inestimáveis para o processo formal de revisão, pois este poderia muito rapidamente após o seu início dedicar-se o essencial da sua atenção à conceção e estruturação da proposta de ordenamento territorial e dos respetivos instrumentos de operacionalização.

Como temáticas mais importantes e, por isso, prioritárias para os trabalhos de constituição do Inventário das Estruturas Territoriais de Arouca sugerem-se:

- A elaboração de uma carta de ocupação (extensiva) do solo, com base em ortofotomapas e Cartas (oficiais) de Ocupação do Solo (COS)
- A elaboração das cartas dos traçados das infraestruturas urbanísticas (redes viárias, redes de abastecimento de água, redes de saneamento, redes de iluminação pública e de fornecimento de energia elétrica, etc.), bem como de carta com a delimitação das áreas sujeitas à disciplina urbanística estabelecida através de alvarás de operações de loteamento (quando estas tenham sido objeto de execução física efetiva)
- A elaboração (atualização) das cartas de inventário dos valores patrimoniais (naturais, arqueológicos, edificados, etc.)
- A elaboração (atualização) das cartas de inventário das redes de equipamentos públicos/coletivos.

AROUCA

Tabela 51 – Articulação entre os objetivos globais e as diretrizes para a revisão do PDM

DIMENSÕES	OBJETIVOS	DIRETRIZES																	
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R
Conservação e valorização dos recursos endógenos	Manutenção e potenciação dos valores endógenos	√	√	√	√		√	√			√								
	Reforço da qualidade do ambiente rural e urbano	√	√	√	√	√	√	√	√	√			√	√	√	√			
Combate à regressão demográfica	Fixação das populações e atração de novos residentes					√		√		√		√		√		√	√	√	√
	Novas exigências susci-tadas pelo envelheci-mento populacional								√	√	√		√	√		√			
Promoção do desenvolvi-mento económico	Reforço da integração nas dinâmicas empresariais do EDV											√		√	√	√	√		
	Aproveitamento sustentado dos recursos endógenos	√	√	√	√		√					√	√			√		√	√

AROUCA

AROUCA

AROUCA

Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2013-2017

Anexo

PLANEAMENTO MUNICIPAL

1. Planos territoriais (PMOT)

1.1. Plano Diretor Municipal (PDM)

O plano diretor municipal em vigor é resultado da sua 1ª revisão, publicada na 2ª série do Diário da República de 30 de novembro de 2009, ao abrigo do Aviso nº 21653/2009.

Desde a entrada em vigor da referida 1ª revisão, o documento foi objeto de cinco retificações [Avisos nº 1963/2011, de 19 de janeiro; nº 11372/2011, de 23 de maio; nº 11881/2011, de 31 de maio; nº 12650/2011, de 15 de junho; e Declaração de Retificação nº 1059/2016, de 27 de outubro], de duas correções materiais [Avisos nº 1048/2017, de 25 de janeiro; e nº 9512/2017, de 18 de agosto] e de três alterações [Avisos nº 23420/2011, de 2 de dezembro; nº 9928/2016, de 11 de agosto; e nº 11348/2017, de 28 de setembro]

1.2. Planos de Urbanização (PU)

1.2.1. Em vigor

a) Plano de Urbanização de Arouca (revisão), publicado ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 107/2007, de 17 de agosto; o documento foi objeto de uma Declaração de Retificação nº 89/2007 de 11 de outubro e de uma alteração (Aviso nº 14946/2018 de 17 de outubro.

b) Plano de Urbanização do Eixo Urbano Escariz-Fermêdo, publicado ao abrigo do Aviso nº 6876/2013, de 24 de maio.

1.2.2. Em elaboração

- Plano de Urbanização do Espaço Industrial Farrapa/Rossio: abertura do procedimento deliberada em reunião da Câmara Municipal realizada em 22 de maio de 2012; estudos de caraterização aprovados em reunião da Câmara Municipal realizada em 5 de fevereiro de 2013. A Discussão Pública decorreu entre 5 de setembro ao dia 2 de outubro de 2017.

1.3. Planos de Pormenor (PP)

1.3.1. Em vigor

a) Plano de Pormenor do Centro Histórico de Arouca, publicado ao abrigo de Declaração da Direção-Geral do Ordenamento do Território constante do Diário da República nº 266, 2ª série, de 17 de novembro de 1992;

b) Plano de Pormenor da Zona Central de Arouca, publicado ao abrigo de Declaração da Direção-Geral do Ordenamento do Território constante do Diário da República nº 168, 2ª série, de 20 de julho de 1993.

1.4. Reserva Ecológica Municipal

1.4.1. Em vigor

a) A delimitação da Reserva Ecológica Nacional foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/96, de 8 de agosto; a delimitação da REN foi objeto de duas alterações (Portaria 112/2011, de 21 de março e Aviso nº 12481/2016 de 12 de Outubro), de uma retificação (Declaração de Retificação nº 14/2011, de 20 de maio) e uma correção material (Aviso nº7101/2018, de 25 de maio).

2. Execução dos PMOT

2.1. Unidades de execução (UE)

a) Unidade de Execução 1 (UE 1) do Parque de Negócios do Alto do Coruto - Escariz: delimitação definitivamente aprovada na reunião da Câmara Municipal realizada em 21 de junho de 2011;

b) Unidade de Execução 3 (UE 3) do Parque de Negócios do Alto do Coruto II - Escariz: delimitação definitivamente aprovada na reunião da Câmara Municipal realizada em 22 de novembro de 2011;

c) Unidade de Execução 4 (UE 4) do Parque de Negócios do Alto do Coruto III - Escariz: delimitação definitivamente aprovada na reunião da Câmara Municipal realizada em 5 de julho de 2011.

2.2. Relatórios ambientais (PDM)

Relatório de Avaliação/Controlo Ambiental - 2012

Relatório de Avaliação/Controlo Ambiental - 2013

3. Outros instrumentos

3.1. Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)

a) Alvarenga: delimitação aprovada em sessão da Assembleia Municipal realizada em 19 de junho de 2015;

b) Escariz/Fermêdo: delimitação aprovada em sessão da Assembleia Municipal realizada em 19 de junho de 2015;

c) Vila de Arouca: delimitação aprovada em sessão da Assembleia Municipal realizada em 19 de junho de 2015.

3.2. Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

_ Aprovado pelo ICNF em 15 de julho de 2015.

3.3. Carta Educativa

_ Aprovada em maio de 2006 pela Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Ministério da Educação.